

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 12 | Dezembro 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Dezembro de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Dezembro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22

Artigos	29
Em Análise	31
<i>Portugal no ranking de competitividade do Global Competitiveness Index (GCI) 2009-2010</i>	31
A Evolução da especialização externa de Portugal face a Angola, Brasil e China	39
Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia	45
A non parametric survival analysis of Business demography dynamics in Portugal	59

Iniciativas e Medidas Legislativas	67
---	-----------

Abreviaturas Utilizadas	75
--------------------------------	-----------

Conjuntura

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança para os meses de Outubro e Novembro continuam a apresentar, na generalidade, uma evolução favorável. Os dados quantitativos, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e produção industrial, apesar de negativos, apresentaram uma evolução menos desfavorável. A taxa de desemprego foi de 10%, e a taxa de inflação registou uma variação homóloga negativa de 1,8% em Novembro (10,2% e -0,2% em Outubro, respectivamente).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes aos meses de Outubro e Novembro continuaram a melhorar, com destaque para a confiança dos empresários dos serviços e da indústria. A taxa de desemprego da AE foi de 9,8% em Outubro (igual ao mês anterior), e a taxa de inflação registou, em Novembro, uma variação positiva de 0,6% (-0,1% em Outubro).
- * Tanto as taxas de juro a 3 meses, como as taxas de juro de longo prazo, estabilizaram quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente.
- * O preço spot do petróleo Brent diminuiu ligeiramente, face ao final de Novembro, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 18 de Dezembro, apresentado um valor de 75 USD/bbl (51€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB diminuiu 2,5%, em termos homólogos reais, no 3.º trimestre (-3,7% no 2.º trimestre). Para este resultado contribuiu a quebra menos intensa do investimento e a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Relativamente ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,7%.
- * Os dados qualitativos referentes ao trimestre terminado em Novembro apontam para uma melhoria da confiança dos empresários na generalidade dos sectores, com excepção dos serviços.
- * A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de -0,6% em Novembro, situando-se 1,2p.p. abaixo do verificado na área do euro. A inflação subjacente foi de -0,4%, igual ao mês anterior).
- * Até Novembro de 2009, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 13071,4 milhões de euros, representando um agravamento de 6908,2 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Para o mesmo período, o défice primário foi de 8017,8 milhões de euros, comparado com os 1239,1 milhões de euros registados em igual mês de 2008. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1097,1 milhões de euros, traduzindo uma redução de 826,1 milhões de euros face ao mesmo período de 2008. Os Serviços e Fundos Autónomos apresentam, igualmente, uma deterioração no saldo da execução orçamental de 89,2 milhões de euros face ao mesmo mês de 2008, situando-se nos 484,6 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Após uma quebra sem precedentes, iniciada nos últimos meses de 2008, assistiu-se nos meses de Maio, Junho e Julho a uma ligeira recuperação das saídas de mercadorias portuguesas, com um sucessivo aumento do seu valor mensal: +2,6% em Maio, +3,4% em Junho e +15,2% em Julho (este último reflectindo já um efeito de sazonalidade), taxas de crescimento em cadeia que comparam respectivamente com -1,4%, -0,9% e +14,6% em iguais

meses de 2008. No mês de Agosto, em que por efeitos sazonais ocorrem sensíveis descidas nas saídas de mercadorias face ao mês precedente, a quebra foi de 32,7%, contra uma redução de 36,1% em igual mês de 2008. No mês de Setembro verificou-se um aumento de 36,4%, face a um acréscimo de 35,0% no mesmo mês do ano anterior.

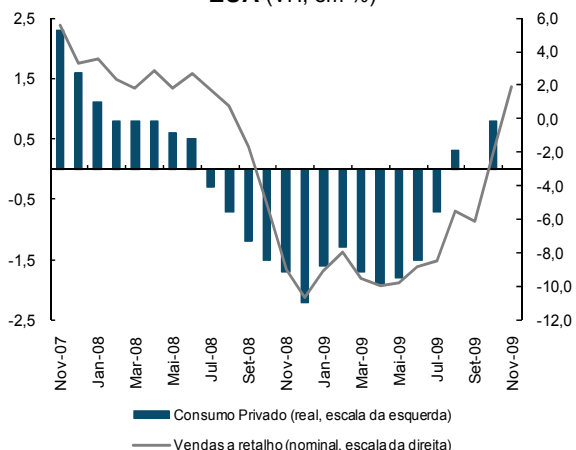
- * O perfil das saídas de bens reflecte o facto de a recessão ter afectado essencialmente bens duradouros, como foi o caso das máquinas e do material de transporte, entre outros, o que teve impacto ao nível do comportamento dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica.
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Setembro*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 18,9%, e as entradas 15,2%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 17,7%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 14,4% face ao período homólogo do ano anterior. Reflectindo o aumento das taxas de variação em cadeia acima referidas, as taxas de variação homólogas das exportações têm vindo a tornar-se menos negativas.
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados**, para o período de Janeiro a Outubro de 2009, aponta para taxas de variação homólogas de -21,6% nas saídas e de -21,9% nas entradas de mercadorias.
- * Ponderando os pesos no total, sobressai, em termos de mercados de destino, o contributo positivo de Angola (0,8 p.p.) para a taxa de variação das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses* (-19,8 p.p.). A Espanha, o principal mercado de destino, contribuiu negativamente (-7,1 p.p.).
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Setembro*, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 16,0% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-2,4 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-13,6 p.p.). As “exportações” de Serviços resistiram melhor à recessão do que as de bens, tendo o seu peso no conjunto dos Bens e Serviços subido de 31,4%, no período de Janeiro a Setembro de 2008, para 34,6% no mesmo período de 2009.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis referentes ao início do 4.º trimestre de 2009 indicam que o crescimento do PIB e do comércio da economia mundial continuou a recuperar. A taxa de inflação regressou a valores positivos nas economias avançadas e em alguns países emergentes.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, os dados relativos ao 4.º trimestre de 2009 indicam o fortalecimento dos indicadores de confiança e uma melhoria da generalidade dos indicadores quantitativos. De facto, no conjunto dos meses de Outubro e Novembro, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 0,1% em termos nominais (-6,7% no 3.º trimestre), com destaque para o facto de terem subido em Novembro (+1,9%) para o valor mais favorável desde Setembro de 2008;
- a produção industrial diminuiu 6,1% (-9,5% no 3.º trimestre) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria subiu para 71% (70% no 3.º trimestre).

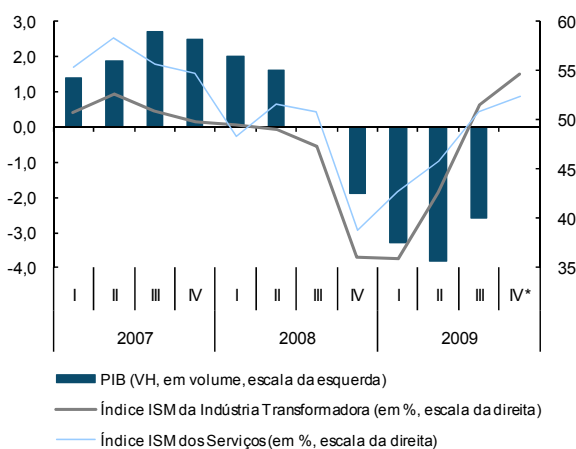
Em Outubro e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 0,8% em termos reais e as exportações registaram um decréscimo de 8,6% em termos nominais (-12,2% em Setembro).

A taxa de desemprego diminuiu para 10% em Novembro e a taxa de inflação homóloga foi positiva (1,8%), facto que não sucedia desde Fevereiro.

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
EUA – PIB real	VH	BEA	0,4	0,0	-19	-3,3	-3,8	-2,6	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-2,2	-3,2	-6,7	-11,6	-12,9	-9,5	-10,1	-5,9	-7,1	-5,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	47,4	36,1	35,9	42,6	51,5	52,9	52,6	55,7	53,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	50,8	38,9	42,8	45,8	50,8	51,3	55,1	55,2	49,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	64,8	57,7	58,3	68,2	68,4	65,7	73,5	70,6	67,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	6,1	6,9	8,1	9,3	9,6	9,7	9,8	10,2	10,0
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	9,0	6,8	6,1	7,9	8,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	23,2	4,7	-20,1	-23,5	-20,5	-23,4	-15,2	-13,8	-12
Japão – PIB real	VH	COGJ	-1,2	-1,4	-4,4	-8,6	-6,0	-4,7	-	-	-	-

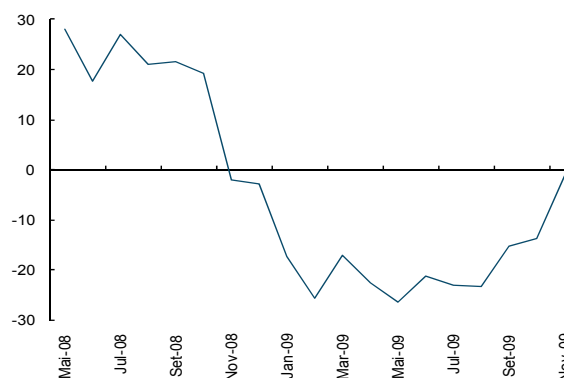
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. * Média de Outubro e Novembro.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam a continuação de um crescimento robusto do investimento, sobretudo em infra-estruturas, traduzindo o impacto das medidas de relançamento económico. As exportações apresentaram uma recuperação acentuada, tendo diminuído 1,2% em termos homólogos nominais em Novembro (quebra de 21%, em média, entre Janeiro e Outubro). A taxa de inflação homóloga aumentou para 0,6%, invertendo o registo de valores negativos ocorrido desde Fevereiro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)

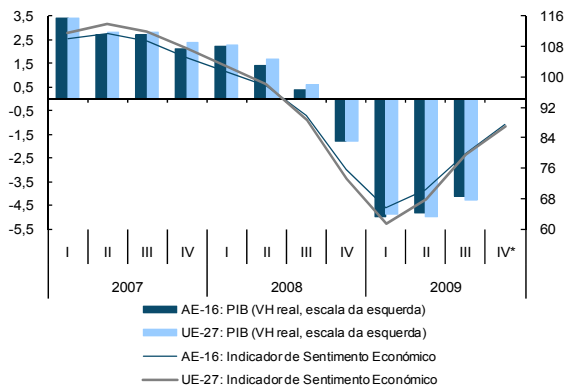


Fonte: Instituto de Estatística da China.

Actividade Económica da UE

Na sequência do crescimento em cadeia do PIB na União Europeia (UE) e na área do euro (AE) no 3º trimestre, especialmente devido à recuperação das exportações, o indicador de sentimento económico continuou a aumentar nos meses de Outubro e Novembro, tendo abrangido todos os indicadores de confiança, embora mais acentuado para os empresários dos serviços e da indústria.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

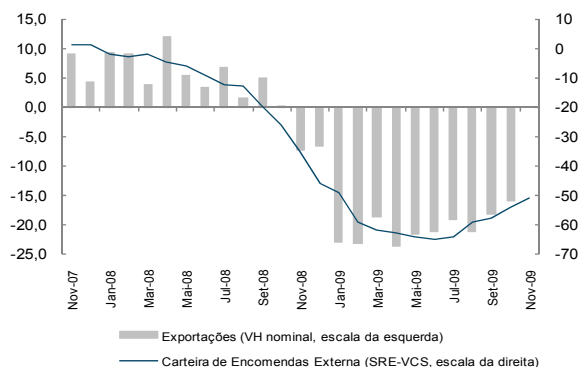


Fontes: CE; Eurostat. * Média de Outubro e Novembro.

Em Outubro, os indicadores quantitativos para área do euro apresentaram, no seu conjunto, uma melhoria. Em termos homólogos:

- a produção industrial regrediu 11% (-14,3% em Setembro);
- as exportações diminuíram 15,9% em termos nominais (-18,3% em Setembro);
- as vendas a retalho decresceram 1,9% em termos reais (-2,8% em Setembro).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da AE



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

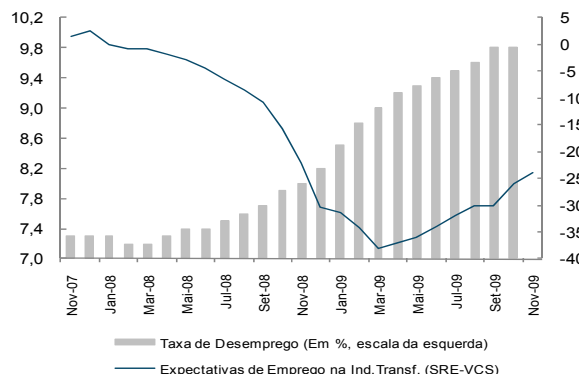
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,8	0,6	-1,8	-4,9	-5,0	-4,3	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	88,7	73,1	61,5	67,7	79,5	81,0	82,6	86,0	87,9	
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	0,6	0,4	-1,8	-5,0	-4,8	-4,1	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,2	89,9	75,6	65,7	70,2	79,9	80,8	82,8	86,1	88,8	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,7	-1,5	-9,3	-18,1	-18,3	-15,2	-15,2	-14,3	-11,0	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,7	-1,3	-1,7	-2,6	-2,3	-2,3	-2,0	-2,8	-1,9	:	
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,6	8,0	8,8	9,3	9,6	9,6	9,8	9,8	:	
IHPC	VH	"	3,3	3,8	2,3	1,0	0,2	-0,4	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	

Em Outubro de 2009, a taxa de desemprego manteve-se em 9,8% na AE e prosseguiu a tendência de subida na UE para 9,3% (9,2% em Setembro), evolução que se estendeu à generalidade dos países, com destaque para o aumento acentuado na Letónia.

No entanto, em Novembro, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego voltaram a melhorar para a indústria transformadora, serviços e para a construção.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da AE



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Novembro, a taxa de inflação homóloga da AE aumentou para 0,5% (invertendo o registo dos valores negativos ocorridos desde Junho) e desceu para 0,3% em termos de variação média dos últimos 12 meses (0,5% em Outubro). Para esta evolução contribuiu essencialmente a quebra homóloga muito menos acentuada registada nos preços de energia, os quais diminuíram 2,4% (-8,5% em Outubro), fenómeno associado ao efeito de base relacionado com a queda dos preços de petróleo a nível mundial há um ano atrás.

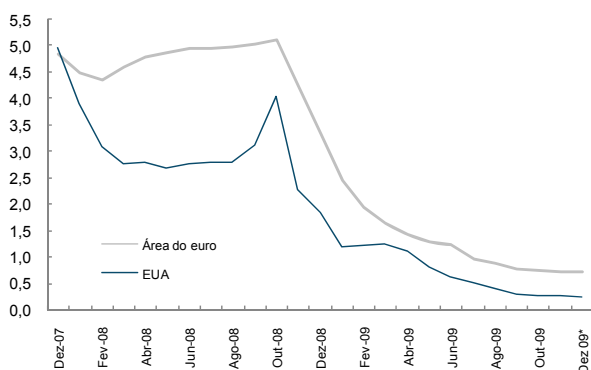
Na AE, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 3.º trimestre de 2009 para 3,2% em termos homólogos nominais (4,3% no 2.º trimestre).

No 3.º trimestre de 2009, o emprego do total da economia apresentou uma quebra de 2,1% em termos homólogos na AE (-1,8% no 2.º trimestre), acompanhado de uma ligeira melhoria da produtividade, embora permanecendo negativa.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo estabilizaram, mantendo-se a um nível historicamente baixo tanto na AE como nos EUA, situando-se, a 22 de Dezembro em 0,71% e em 0,25%, respectivamente.

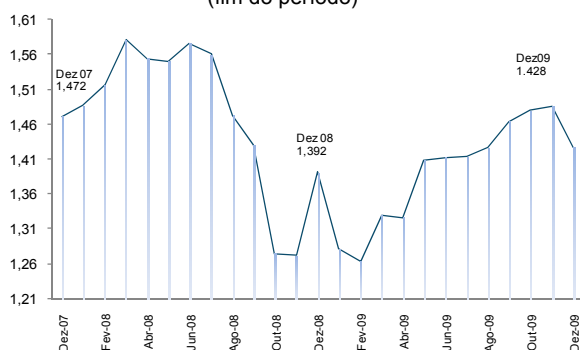
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em Novembro, as taxas de juro de longo prazo registaram aproximadamente o mesmo nível do mês precedente, tanto nos EUA como na AE.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

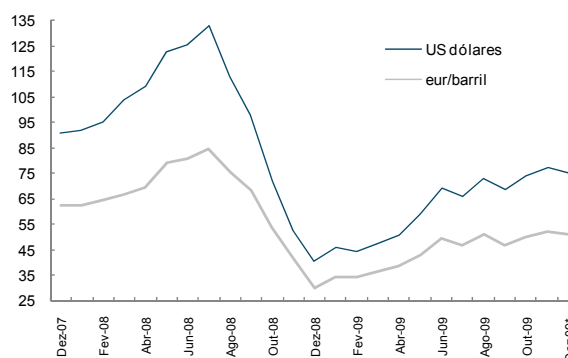


Fonte: Banco de Portugal. Para Dezembro de 2009, o valor é do dia 22.

A taxa de câmbio do euro face ao dólar tem vindo a apresentar uma grande oscilação no decurso do mês de Dezembro. Após ter atingido no início do mês, o valor mais alto (1,51) desde o princípio de Agosto de 2008, iniciou um movimento de depreciação, situando-se em (1,43) no dia 22 (o valor mais baixo dos últimos 3 meses). Esta tendência recente está, em parte, relacionada com a divulgação de indicadores macroeconómicos favoráveis para a economia norte americana.

Em Novembro, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 55,7 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Dezembro, e até dia 22, o preço do petróleo *Brent* registou uma ligeira descida para cerca de 75 USD/bbl (51 €/bbl).

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

O preço das matérias-primas não energéticas acelerou para 15,3% em termos homólogos em Novembro (2,6% em Outubro), extensível a todas as componentes, tendo sido especialmente elevado o aumento dos preços dos metais e dos produtos industriais.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	5,28	2,93	1,51	1,10	0,75	0,82	0,75	0,72	0,72
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,66	3,86	3,24	2,72	3,30	3,50	3,58	3,39	3,37	3,39
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,55	4,04	3,87	3,94	3,75	3,70	3,68	3,65	3,64
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1392	1430	1392	1331	1413	1464	1427	1464	1480	1502
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-4,4	-19,1	-13,3	11,0	15,0	3,5	2,3	0,0	6,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	-9,4	-19,4	-15,4	16,0	19,6	5,2	3,5	-4,5	2,0
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	114,80	54,93	45,73	59,58	69,00	72,93	68,36	73,77	77,43
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	53,1	-38,1	-52,8	-50,0	-39,9	-35,5	-30,3	2,6	47,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	39,5	-31,8	-45,6	-42,8	-36,6	-32,3	-31,3	-7,7	25,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	67,3	76,3	416	33,6	43,8	51,5	54,1	51,5	51,8	55,7

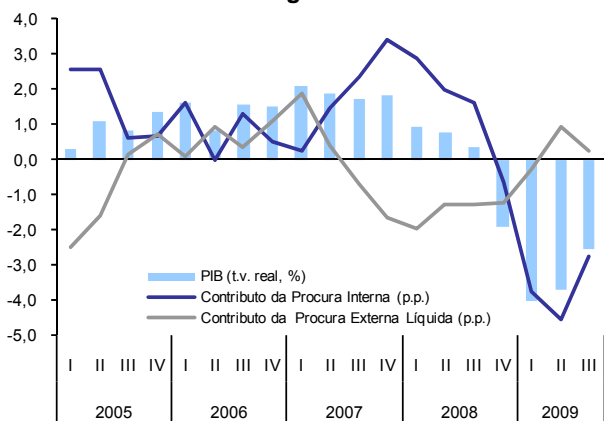
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2009, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB diminuiu 2,5% em termos homólogos reais, representando uma recuperação face ao 2.º trimestre. De facto, face ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,7% em termos reais. Para esta melhoria concorreu o comportamento menos desfavorável do investimento e a manutenção do contributo externo líquido positivo.

Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação Homóloga do PIB

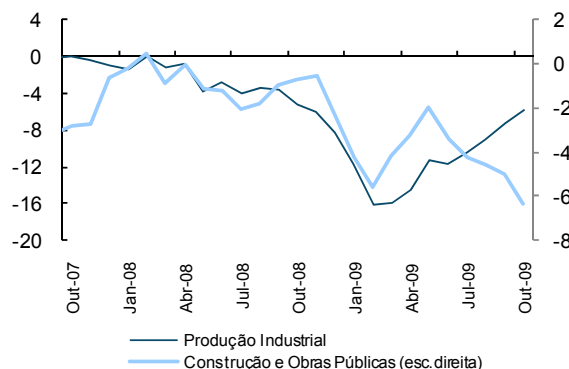


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos a Outubro, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 5,3% e 10,4%, respectivamente (-7,2% e 16,1% no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 9,1% (-5% no trimestre precedente);
- nos serviços, os índices de volume de negócios dos serviços e do comércio a retalho registaram variações negativas de 10,4% e 4,8%, respectivamente (-10,9% e -6,4% no trimestre anterior).

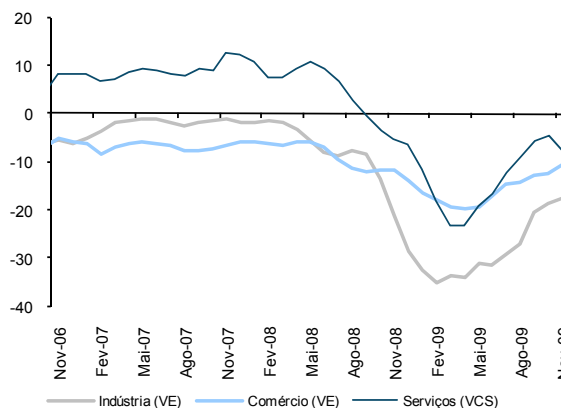
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Novembro, com excepção dos serviços, os indicadores de confiança registaram uma evolução mais favorável na generalidade dos sectores de actividade.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

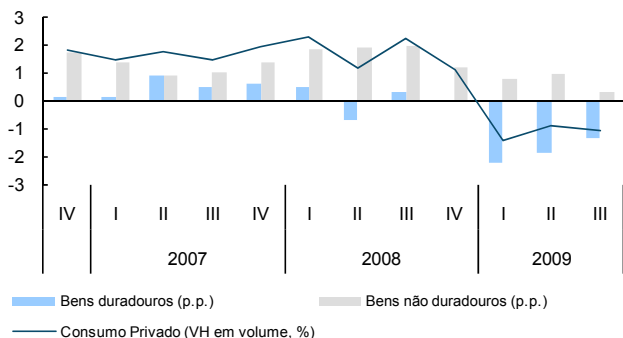
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	0,4	-19	-4,0	-3,7	-2,4	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	92,5	77,7	65,1	68,3	81,5	81,3	87,3	81,2	83,7	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-5	-2	-2	-8	-8	-29	-20	-11	-24	-18	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0	-6	-6	-9	-12	-16	-11	-12	-9	-11	
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	12	12	8	9	-1	-6	-3	-6	-5	-13	
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-9	-43	-38	-37	-41	-46	-44	-47	-45	-45	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-3,6	-8,3	-16,1	-11,7	-7,2	-5,7	-6,4	-5,7	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	5,1	-10,5	-23,4	-20,6	-16,4	-16,2	-12,3	-16,2	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	2,1	-6,5	-13,9	-15,8	-10,9	-9,5	-9,9	-9,5	:	

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 3º trimestre, uma diminuição homóloga real de 1,1%, representando uma ligeira deterioração face ao trimestre precedente. Esta evolução está associada a uma desaceleração do consumo de bens não duradouros, não compensada pela recuperação dos bens duradouros.

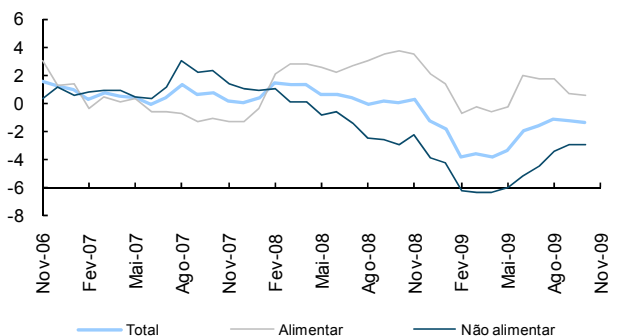
Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

Em Outubro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma variação homóloga de -0,6%, melhorando face ao mês anterior (-1,2%). Esta evolução foi motivada pela recuperação na componente dos bens não alimentares, enquanto a componente de bens alimentares desacelerou.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



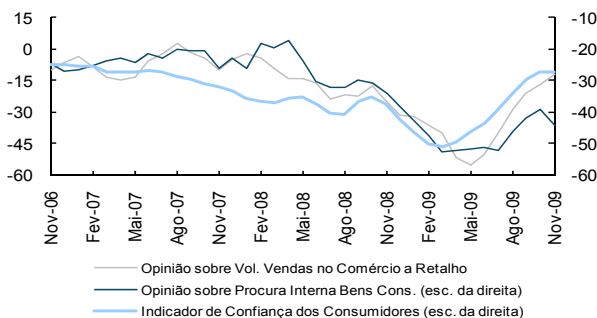
Fonte: INE

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,7	2,2	1,1	-14	-0,9	-1,1	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-38	-37	-43	-51	-43	-29	-29	-26	-25	-30
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-22	-31	-40	-50	-21	-26	-14	-11	-10
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,2	0,1	-1,3	-3,6	-1,9	-1,3	-2,1	-1,2	-0,6	:
Bens alimentares	VH	"	2,6	3,5	2,0	-0,2	1,9	0,7	-0,7	1,7	0,6	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	-2,5	-3,9	-6,4	-5,1	-3,0	-3,3	-3,7	-1,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	0,9	9,1	-42,5	-30,1	-16,7	-14,8	-12,5	3,5	10
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	5,4	2,2	0,0	-4,1	-3,4	0,0	-7,0	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

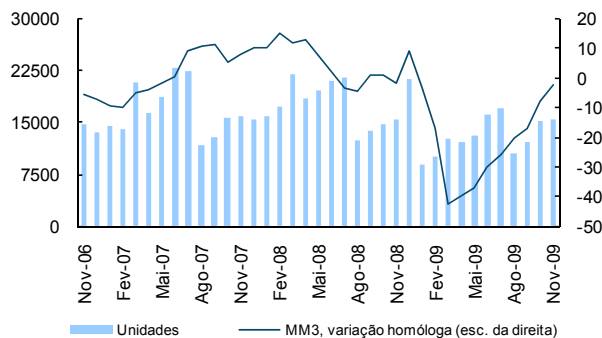


Fonte: INE.

No mês Novembro, a confiança dos consumidores apresentou uma ligeira inflexão reflectindo sobretudo uma deterioração das perspectivas para a evolução do desemprego e da economia nacional. No que toca às opiniões dos empresários, também aqui, e em Novembro, se verificou uma evolução menos favorável quer na apreciação do comportamento da procura interna por bens de consumo, quer na avaliação feita à actividade no comércio a retalho.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros exibiram, em termos médios homólogos nos meses de Outubro e Novembro, um crescimento de 2,2% (-16,4% durante o 2.º trimestre do ano).

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

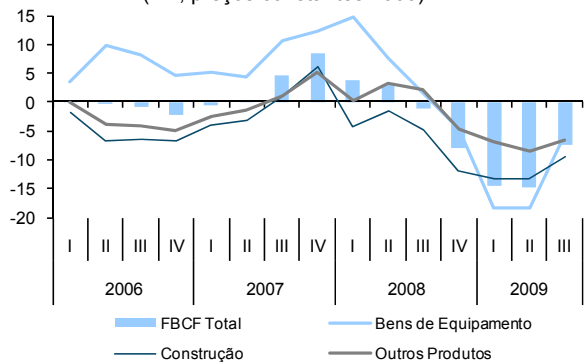


Fonte: ACAP.

Investimento

No 3.º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 7,4% (-14,7% no trimestre precedente), de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu uma evolução menos desfavorável de todas as componentes do investimento.

Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, preços constantes 2000)

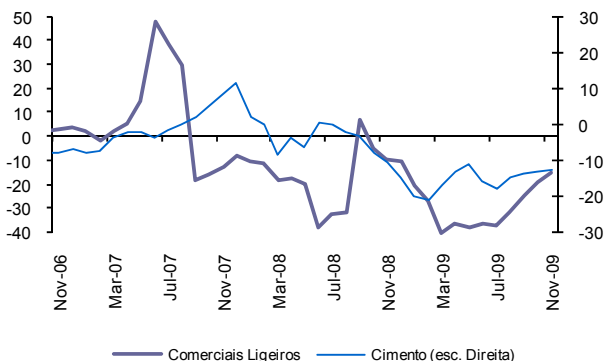


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de Outubro e Novembro apontam para a continuação da recuperação no investimento. Assim, em termos médios homólogos:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 12,3%, em termos homólogos (-13,8% no 3.º trimestre);

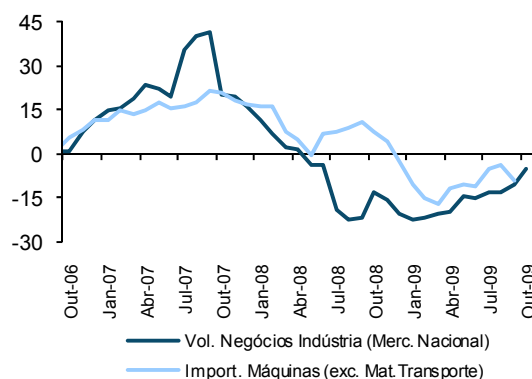
Figura 2.9. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)



Fontes: ACAP, CIMPOR e SECIL.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação de -14,7% (-25% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Em Outubro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 2,4% (-10,6% no 3.º trimestre).

No 3.º trimestre, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos médios homólogos nominais, de 9,2% (-10,9% no 2.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,7	-12	-7,9	-14,5	-14,7	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-7	-3	-15	-17	-16	-14	-6	-14	-18	-5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	6,6	-10,2	-40,5	-36,5	-25,0	-23,6	-15,7	-18,8	-10,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	-3,5	-23,0	-38,2	-47,5	-23,6	-45,7	-7,4	-49,4	-60,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	-21	-30	-37	-33	-30	-43	-33	-11	-20
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,3	-37,2	-47,3	-48,7	-48,4	-40,1	-36,5	-36,3	-44,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	5,2	10,7	-2,5	-16,8	-10,9	-9,2	-14,5	-25,4	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,0	-21,5	-20,1	-20,4	-15,3	-10,6	-7,1	-10,0	2,4	:

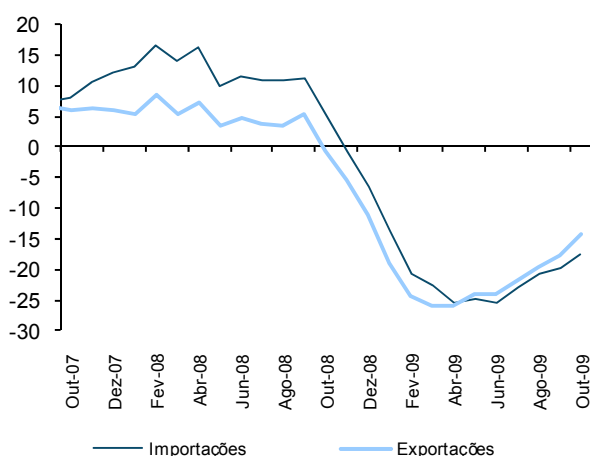
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

No 3.º trimestre, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, os fluxos reais de comércio internacional de bens e serviços mantêm uma evolução negativa. Contudo, devido ao peso mais significativo das importações em relação às importações face ao PIB, o défice da Balança de Bens e Serviços melhorou neste período.

Os dados mais recentes referentes a Novembro sugerem a continuação da recuperação dos fluxos comerciais, mais significativo no caso das exportações.

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

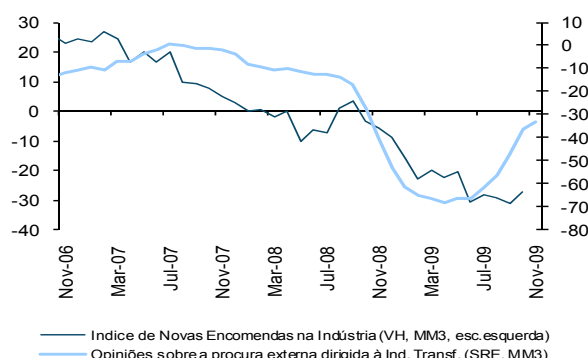


Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida.

Os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria também sugerem que a procura externa mantenha uma evolução favorável nos próximos meses.

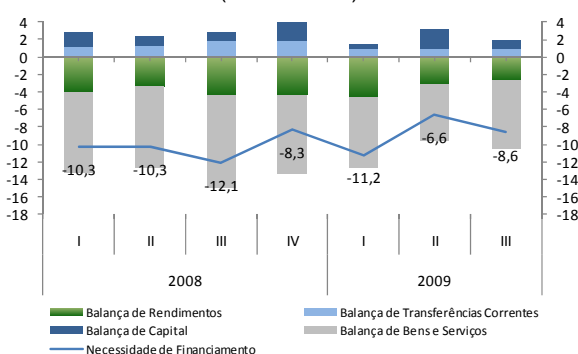
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Nos primeiros nove meses de 2009, as necessidades de financiamento da economia portuguesa foram, em termos médios, menores do que em igual período de 2008.

Figura 2.13. Balança Corrente e de Capital:
composição do saldo
(em % do PIB)



Fonte: INE.

Para a melhoria dos saldos conjuntos das balanças corrente e de capital contribuiu essencialmente a diminuição do défice da balança de bens e serviços, enquanto o *superavit* da balança de capital tem sido menor este ano, caso contrário, as necessidades de financiamento da economia portuguesa melhorariam substancialmente.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

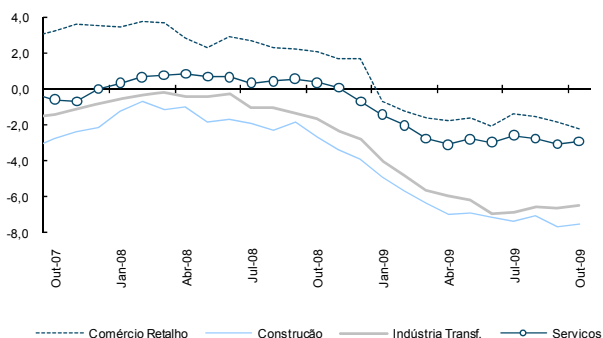
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	0,9	-8,9	-19,0	-15,8	-9,7	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	3,4	-4,4	-14,4	-14,4	-8,0	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,6	-10,6	-9,1	-8,0	-6,4	-8,0	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,3	-12,1	-8,3	-11,2	-6,6	-8,6	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-10,6	5,3	-11,1	-26,0	-24,1	-17,6	-20,5	-16,2	-15,3	-11,8	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-5,9	11,3	-6,4	-22,6	-25,6	-19,6	-21,7	-22,0	-15,3	-15,7	

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		
				Set	Jan-Set	Set	Jan-Set	Var. A.c.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17416	-1382	-12.716	-884	-9.572	3.144
Saldo Balança de Bens	"	"	-21256	-1778	-15.919	-1431	-11870	4.050
Saldo Balança de Serviços	"	"	6441	746	5.070	633	4.478	-593
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7817	-736	-5.784	-505	-4.939	845
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2467	196	1944	412	1645	-298

Mercado de Trabalho

Em Outubro, de acordo com os dados do INE, o índice de emprego melhorou ligeiramente na generalidade dos sectores, com excepção do comércio a retalho em que diminuiu.

Figura 2.14. Índice de Emprego (VH, %)

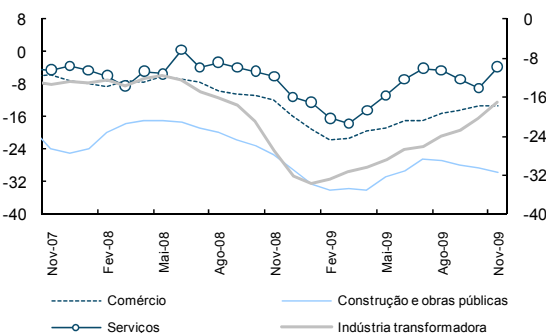


Fonte: INE.

Com efeito, em Outubro o índice de emprego no comércio a retalho exibiu uma variação homóloga de -2,2%, piorando face à evolução desfavorável do mês anterior (-1,9%). No sector da construção, a quebra homóloga de 7,5% foi ligeiramente menor do que a registada em Setembro (-7,6%), contudo o nível de contracção do emprego tem sido elevada ao longo dos últimos meses. Na indústria transformadora o índice do emprego, apesar de negativo, tem vindo a recuperar nos últimos meses. Também, o índice de emprego dos serviços tem vindo a apresentar uma ligeira recuperação, mas não foge às quebras homólogas que se verificam em todos os sectores de actividade.

No conjunto dos meses de Outubro e Novembro, as perspectivas dos empresários para a evolução do emprego, com excepção da construção, melhoraram na generalidade dos sectores, tendo sido este movimento consideravelmente mais expressivo nos sectores dos serviços e da indústria transformadora.

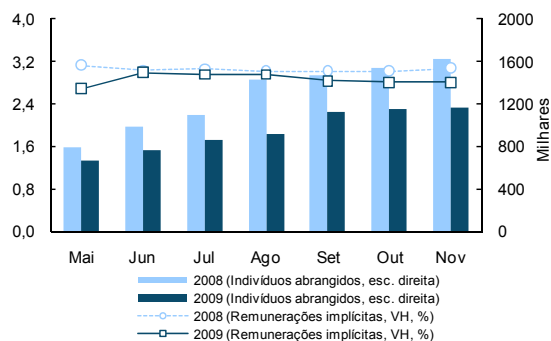
Figura 2.15. Perspectivas sobre o Emprego (MM3)



Fonte: INE.

Até ao final de Novembro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 2,8% (3% em igual mês de 2008). O número de trabalhadores abrangidos ascendia a cerca de 1166 mil, menos 462 mil que em igual período de 2008.

Figura 2.16. Remunerações implícitas na contratação colectiva (VHA, %)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

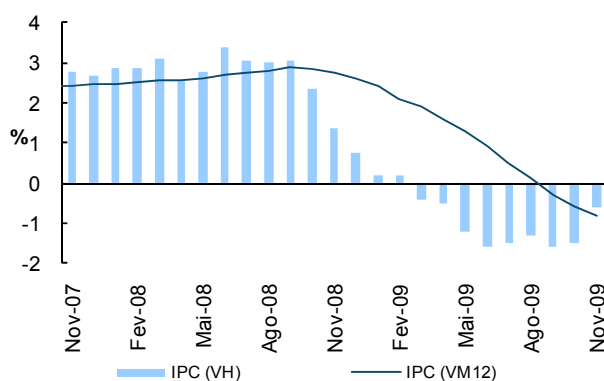
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009			2009			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,7	7,8	8,9	9,1	9,8	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	0,5	-0,1	-0,2	-1,8	-2,9	-3,4	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-0,7	6,6	23,8	28,1	29,1	28,6	29,1	29,1	:	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	11,1	12,4	25,6	38,3	23,3	14,8	17,6	10,2	-0,8	:	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	5,5	13,0	12,8	-14,1	5,7	3,5	-2,3	4,7	-8,6	:	
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	3,0	3,1	2,5	3,0	2,8	3,0	2,8	2,8	2,8	
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,3	5,5	4,6	2,5	4,8	4,7	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,3	3,5	4,4	3,8	4,3	3,2	-	-	-	-	

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Novembro de 2009, o Índice de Preços no Consumidor apresentou uma variação homóloga de -0,6%, representando uma quebra inferior ao mês anterior (-1,5%). Face a Outubro, o IPC registou uma variação positiva de 0,2%, com a taxa de variação média dos últimos 12 meses a cifrar-se em -0,8%, (menos 0,2p.p. que em Outubro).

Figura 2.17. IPC



Fonte: INE.

Para este resultado concorreram as categorias de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, do “Vestuário e calçado”, da “Saúde” e do “Lazer, recreação e cultura” que apresentaram taxas de variação homóloga negativas, mas menos negativas que nos meses anteriores. De realçar a categoria de “Transportes” que inverteu o sinal e passou a contribuir positivamente para o crescimento dos preços.

Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente (VH, %)

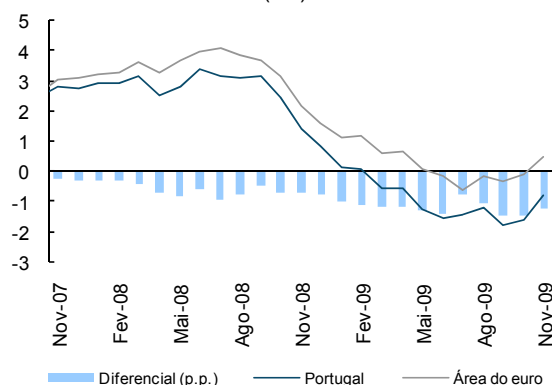


Fontes: INE.

A variação homóloga do IPC, excluindo bens energéticos e alimentares não transformados, manteve-se inalterada em -0,4% em Novembro.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de -0,8%, o que compara com -1,6% em Outubro. Assim, o diferencial negativo face à AE passou a ser de -1,2 p.p. (era de -1,5p.p. em Outubro).

Figura 2.19. IHPC (VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

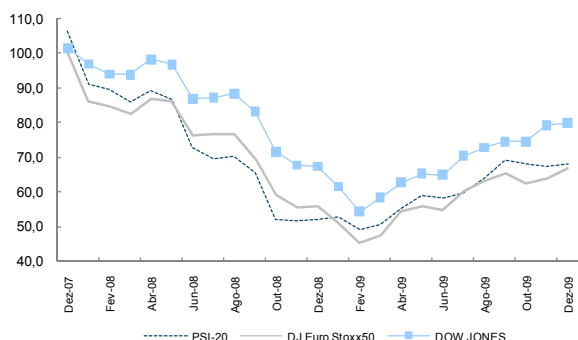
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009								
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,8	0,2	-0,2	0,1	-0,5	-0,3	0,2	:	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-0,4	-0,5	-1,2	-1,6	-1,5	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,6	1,0	0,7	0,3	-0,1	-0,3	-0,5	-0,7	-0,8	-0,9
IPC – Bens	VH	"	:	-1,8	-2,0	-2,9	-3,5	-3,8	-3,3	-3,6	-3,1	-1,8
IPC – Serviços	"	"	:	1,8	1,9	1,8	1,9	2,1	1,9	1,4	1,1	1,2
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,4	0,9	0,9	0,5	0,3	0,5	0,2	-0,2	-0,4	-0,4
IHPC	"	"	2,7	-0,6	-0,6	-1,2	-1,6	-1,4	-1,2	-1,8	-1,6	-0,8
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	:	-1,2	-1,2	-1,3	-1,4	-0,8	-1,0	-1,5	-1,5	-1,2

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Dezembro de 2009, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma tendência ascendente, mas menos pronunciada do que nos meses precedentes. Os receios do mercado quanto à robustez da recuperação económica e à solidez do sector financeiro têm contribuído para esta situação.

Em termos médios e, até 21 de Dezembro, os índices *Dow Jones* e *DJ Euro Stoxx50* subiram 47% e 46%, respectivamente, face ao final de Fevereiro (mês em que atingiu o mínimo do ano).

Figura 2.209. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



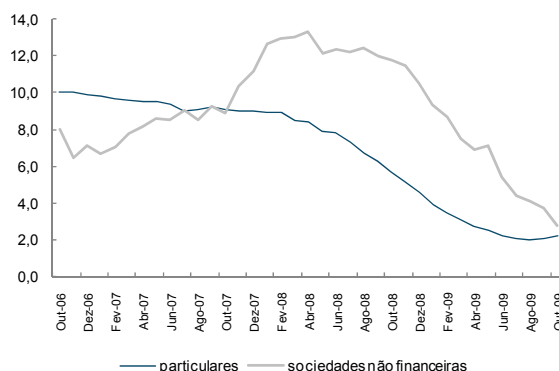
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Dezembro, o valor é do dia 21.

A evolução do índice PSI-20 sugere que a tendência ascendente observada desde Março de 2009 foi interrompida a partir de Outubro. No entanto, em termos médios e, até 21 de Dezembro, o índice PSI-20 subiu 38% face ao final de Fevereiro.

Em Outubro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado às empresas para 2,8% (3,7% em Setembro).

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, este aumentou ligeiramente para 2,2%, pelo 2º mês consecutivo (2,1% em Agosto), devido à aceleração do crédito à habitação, para 2,5%.

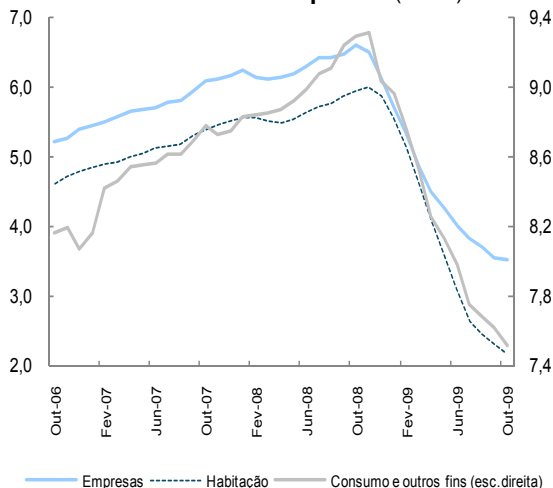
Figura 2.210. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares e para as empresas não financeiras, com destaque para os primeiros, as quais caíram para 3,3% em Outubro (3,4% em Setembro).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

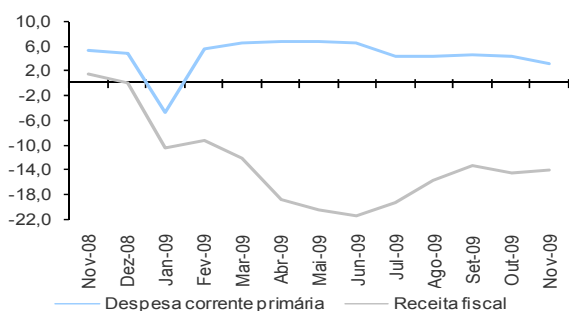
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009									
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,5	4,3	4,4	4,4	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	155	114	80	99	59	68	62	55	59	
PSI20*	VC	CMVM	-513	2,8	9,4	6,9	-16	2,6	7,3	8,3	-16	-10	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	3,2	2,9	2,7	2,5	2,3	2,3	2,3	2,5	:	
- para consumo	va**	"	8,9	6,6	5,7	4,3	4,1	3,1	2,6	2,7	2,4	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	10,5	7,5	6,9	7,1	5,4	4,4	4,1	3,7	2,8	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	4,62	4,07	3,56	3,08	2,64	2,45	2,30	2,17	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	4,85	4,50	4,27	4,01	3,82	3,70	3,54	3,51	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Novembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 13071,4 milhões de euros, apresentando um agravamento de 6908,2 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 8017,8 milhões de euros, constatando-se um aumento face ao mesmo período do ano anterior de 6778,7 milhões de euros.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



Fonte: DGO.

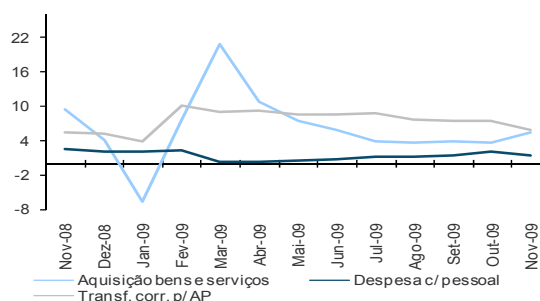
A execução orçamental do Estado até Novembro, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 14,2%, explicado pelos efeitos das medidas de política e pela contracção da actividade económica registada no corrente ano. A evolução da receita fiscal é justificada pelo decréscimo de 15,5% na receita dos impostos indirectos – particularmente IVA, imposto sobre veículos, imposto do selo, imposto sobre o tabaco e imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – e, simultaneamente, pela diminuição de 12,3% da receita dos impostos directos. Descontando os efeitos das medidas de política, a receita fiscal registaria um decréscimo de 10,9%, representando uma melhoria de 0,3 p.p. face ao mês anterior; e
- um acréscimo da despesa total em 4,6%, reflectindo um crescimento da despesa corrente primária, de 3%, e da despesa de capital, de 31%. O aumento registado na despesa corrente primária ocorreu, essencialmente, devido à evolução das transferências correntes que, em termos comparáveis, aumentaram 6,2%. Esta evolução reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social – incluindo as previstas no programa Iniciativa para o Investimento

e o Emprego (IIE) – justificando 1,5p.p. do aumento da despesa, e também o aumento da transferência para cobertura do défice do sistema de pensões da CGA.

As despesas com pessoal registam um aumento de 1,3% quando corrigido o efeito da reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. A despesa com juros e outros encargos também apresentou um aumento de 2,6%. Os subsídios registaram, pelo quinto mês consecutivo, uma diminuição, (-58%) reflectindo a verba paga, em Julho de 2008, relativa à amortização do défice tarifário. O aumento da despesa de capital resulta do maior grau de execução da IIE, o qual passou de 46% até Outubro para 53% até Novembro.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fontes: DGO e GPEARI.

Em 30 de Novembro, a dívida directa do Estado situou-se nos 130,2 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 458 milhões de euros face ao final do mês anterior, isto é, uma variação de 0,4%. A variação da dívida reflectiu, sobretudo, a emissão líquida positiva de Obrigações do Tesouro e ECP e, embora em sentido contrário, a amortização líquida de Bilhetes do Tesouro, CEDIC e de Certificados de Aforro, com a redução dos respectivos stocks.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado (milhões de euros)

	31-Out-09		Nov-09			30-Nov-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	108 183	4 377	3 167	-48	109 345	
Bilhetes do Tesouro	16 447	2 493	3 167	0	15 774	
Obrigações do Tesouro	90 840	1 108	0	-41	91 907	
Não Transaccionável	21 594	2 178	2 882	0	20 890	
Certificados de Aforro	16 987	45	110	0	16 922	
CEDIC	4 258	1 832	2 210	0	3 880	
Total	129 777	6 555	6 048	-48	130 235	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2008	2009	2008	2009	2009			
	Jan a Nov		Jan a Nov		Ago	Set	Out	Nov
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	35954	30964	90,5	77,7	-15,3	-12,8	-14,1	-13,9
Receita corrente	35023	30674	89,1	79,1	-13,9	-11,6	-12,9	-12,4
Impostos directos	13247	11617	89,7	77,7	-12,3	-7,8	-12,3	-12,3
Impostos indirectos	18765	15861	86,6	77,6	-18,4	-17,4	-16,5	-15,5
Despesa Total	42117	44035	89,9	88,5	4,1	5,0	5,8	4,6
Despesa corrente primária	34833	35891	89,8	90,2	4,1	4,5	4,2	3,0
Despesa corrente	39757	40944	90,7	90,0	3,2	3,4	4,2	3,0
Despesa com pessoal	12916	10417	92,3	93,1	-19,5	-19,1	-18,2	-19,3
Aquisição bens e serviços	1029	1086	63,4	67,7	3,6	3,9	3,7	5,5
Subsídios	958	402	83,5	56,3	-57,2	-56,5	-60,2	-58,0
Juros	4924	5054	97,7	88,6	-3,2	-3,8	3,6	2,6
Transferências corr. p/ AP	17377	21195	90,8	92,6	23,6	23,1	22,4	22,0
Saldo Global	-6163	-13071	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1239	-8018	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.
Fonte: DGO.

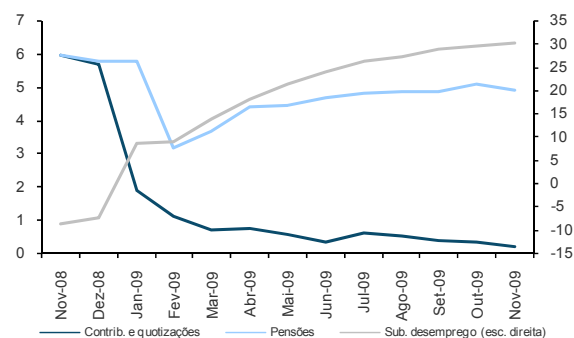
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Novembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1097,1 milhões de euros, representando uma redução de 826,1 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

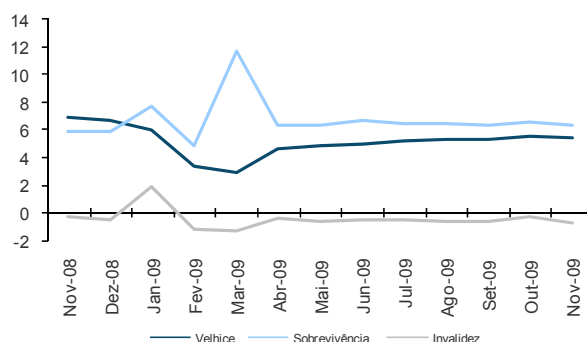
- um aumento da receita corrente em 5,6% resultante da evolução das transferências correntes da Administração Central (11,9%), das transferências correntes do Fundo social Europeu (92,1%) e das contribuições e quotizações (0,2%); e
- um aumento da despesa corrente em 10,8%, traduzindo, maioritariamente, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (4,9%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (30,1%), subsídio familiar a crianças e a jovens (22%) e, embora com menor peso, o complemento solidário para idosos (114,9%). As acções de formação profissional apresentam novamente acréscimos significativos (50,3%), com o aumento de 39,2% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu. Relativamente ao número de beneficiários, verificou-se um aumento de 38% no subsídio de desemprego e de 8,4% no subsídio de doença.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



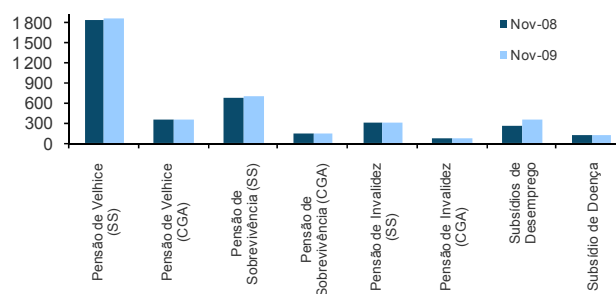
Fonte: MTSS.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios
Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Novembro, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 374,4 milhões de euros, o qual compara com um défice de 323,7 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente registou um aumento de 5,6%, reflectindo principalmente o aumento das contribuições e, em menor grau, o aumento das outras receitas correntes. Corrigindo o efeito da reclassificação referido anteriormente, verifica-se um aumento das transferências do Estado, originado pela necessidade de cobertura do défice deste sistema de pensões, e do diferente perfil da receita do adicional ao IVA para a CGA, tal como definido no decreto-lei de execução orçamental para 2009. A despesa corrente apresentou um aumento de 6,5%, reflectindo, principalmente, o aumento da despesa em pensões (6,8%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2008		2009		2008		2009			
	Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	19497	20569	5,5	87,9	86,8	6764	7176	6,1	90,1	93,1
Contribuições e quotizações	11708	11730	0,2	90,0	84,6	3324	3387	1,9	83,3	90,9
Transferências correntes da Adm. Central	5883	6581	11,9	92,1	96,7	3356	3614	7,7	98,0	98,3
Despesa Total	17574	19472	10,8	81,8	87,9	7088	7550	6,5	91,4	95,8
Pensões	11007	11546	4,9	84,5	84,5	7055	7515	6,5	91,6	95,9
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1418	1844	30,1	79,7	116,8	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	3534	4144	17,2	88,4	100,7	-	-	-	-	-
Saldo Global	1923	1097	-	-	-	-324	-374	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Novembro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 484,6 milhões de euros, verificando-se uma deterioração de 89,2 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao mesmo período do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 5,1%, explicada pelo crescimento da receita de capital e da receita corrente, em 51,9% e 2,1%, respectivamente. O acréscimo da receita de capital traduz o comportamento das transferências dos outros subsectores das Administrações Públicas (100,8%) e, em menor grau, da União Europeia (14%). É relevante relembrar que a composição da receita corrente está influenciada pela reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA de contribuições para transferências correntes recebidas de outros sectores das Administrações Públicas (AP); e
- um aumento da despesa em 5,6%, onde a despesa corrente apresenta um acréscimo de 3,1%, justificado, fundamentalmente, pelo aumento das transferências correntes (6,7%) – que repercute o crescimento das pensões e abonos da responsabilidade da CGA –, da aquisição de bens e serviços (8,4%) e dos subsídios (2,6%). Nas restantes componentes constata-se diminuições –: na despesa com pessoal (-15,5%)¹, nas outras despesas correntes (-34,6%) e nos juros e outros encargos (-26%). A despesa de capital aumentou 44,7%, retratando o comportamento das transferências de capital (59,6%) e das outras despesas de capital (188,8%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Novembro, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na componente integrada nos serviços da administração pública, foi de 244,3 milhões de euros, observando-se um aumento no excedente orçamental de 101,1 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

- um crescimento de 1,8% na receita, fundamentado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências correntes recebidas (3,2%). Em sentido contrário, verificou-se uma redução das outras receitas correntes em (-22,9%) e das taxas, multas e outras penalidades (-24%); e
- um ligeiro aumento da despesa em 0,5%, induzido substancialmente pelo aumento da despesa com aquisição de bens e serviços (9%). Inversamente, observou-se uma diminuição da despesa com pessoal (-28,6%), das outras despesas correntes (26,6%) e das transferências correntes (-17,3%). O comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2008, as quais se consubstanciam numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Nov		Out	Nov	Jan a Nov		Out	Nov
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	21 150	22 221	6,3	5,1	7 650	7 786	1,8	1,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	5 768	3 387	-38,9	-41,3	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	10 354	13 525	32,5	30,6	7 242	7 476	3,3	3,2
Despesa Total	20 576	21 737	5,5	5,6	7 507	7 541	-0,4	0,5
Despesa com pessoal	3 221	2 722	-17,1	-15,5	1 380	985	-33,6	-28,6
Aquisição de bens e serviços	6 539	7 086	8,0	8,4	5 699	6 210	8,7	9,0
Transferências correntes	8 674	9 256	7,2	6,7	155	129	-19,3	-17,3
Saldo Global	574	485	-	-	143	244	-	-

Fonte: DGO.

Nota: ¹ Ver texto sobre o Serviço Nacional de Saúde.

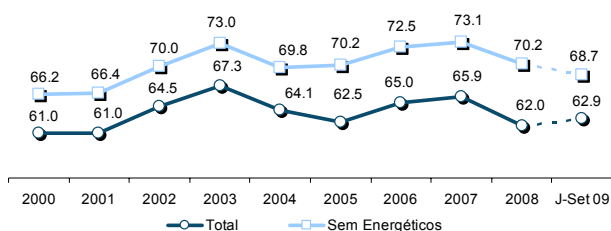
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2009, as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 19,8% em termos homólogos, e as entradas 18,6% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 18,9% e as entradas 15,2%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Setembro			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	29 504	22 819	-22.7	-17.6	-19.8
Entradas (cif)	46 890	36 285	-22.6	-19.6	-18.6
(fob)	44 682	34 576	-22.6	-19.6	-18.7
Saldo (fob-cif)	- 17 386	- 13 465	-22.5	-22.8	-16.6
(fob-fob)	- 15 177	- 11 756	-22.5	-23.3	-16.4
Cobertura (fob/cif)	62.9	62.9	-	-	-
(fob/fob)	66.0	66.0	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	27 663	21 703	-21.5	-17.7	-18.9
Entradas (cif)	38 687	31 579	-18.4	-14.4	-15.2
(fob)	36 865	30 091	-18.4	-14.4	-15.2
Saldo (fob-cif)	- 11 025	- 9 876	-10.4	-6.3	-6.1
(fob-fob)	- 9 202	- 8 389	-8.8	-4.7	-4.5
Cobertura (fob/cif)	71.5	68.7	-	-	-
(fob/fob)	75.0	72.1	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
	Janeiro a Outubro			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	8 404	6 477	-22.9	-21.1	-18.9
Importações (cif)	14 055	9 143	-35.0	-23.2	-31.5
(fob)	13 393	8 712	-35.0	-23.2	-31.5
Saldo (fob-cif)	- 5 651	- 2 666	-52.8	-27.0	-50.4
(fob-fob)	- 4 989	- 2 235	-55.2	-27.7	-52.9
Cobertura (fob/cif)	59.8	70.8	-	-	-
(fob/fob)	62.8	74.3	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Outubro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Setembro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008 e 2009: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 11/2009: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Setembro de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Outubro de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa 2ª versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio Intracomunitário de 95% nas chegadas e nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Nos últimos três meses (Julho a Setembro), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição, face ao período homólogo do ano anterior, de 17,7%, tendo as entradas registado uma descida de 14,4%.

No período de Janeiro a Setembro de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,9% (68,7% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados, para o período de Janeiro a Outubro de 2009, aponta para taxas de variação homólogas de -21,6% nas saídas e de -21,9% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Setembro

(estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Outubro		
	2008	2009	TVH
Saídas (fob)	32 744	25 676	-21.6
Entradas (cif)	52 230	40 787	-21.9
Saldo (fob-cif)	-19 485	-15 111	-22.4
Cobertura (fob/cif)	62.7	63.0	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Outubro de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 22,9% e 35,0% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 979	-20.6	3 332	2 421	-27.3
Fevereiro	5 308	3 695	-30.4	3 375	2 372	-29.7
Março	5 111	4 276	-16.3	3 291	2 603	-20.9
Abril	5 462	3 856	-29.4	3 383	2 467	-27.1
Mai	5 363	3 839	-28.4	3 337	2 531	-24.1
Junho	5 202	4 236	-18.6	3 308	2 616	-20.9
Julho	5 744	4 497	-21.7	3 790	3 013	-20.5
Agosto	4 481	3 495	-22.0	2 421	2 029	-16.2
Setembro	5 207	4 411	-15.3	3 268	2 767	-15.3
Outubro	5 340			3 240		
Novembro	4 748			2 882		
Dezembro	4 197			2 323		
1º Trimestre	15 431	11 950	-22.6	9 998	7 397	-26.0
2º Trimestre	16 027	11 931	-25.6	10 028	7 614	-24.1
3º Trimestre	15 432	12 403	-19.6	9 478	7 808	-17.6
4º Trimestre	14 284			8 445		

Com estimativa rápida do mês de Outubro no comércio Intra:

Out	5 340	4 502	-15.7	3 240	2 856	-11.8
-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 19,8% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos registou um crescimento positivo, tendo ocorrido a menor quebra no grupo "Agro-alimentares (-3,1%)".

Nos restantes grupos as descidas foram, por ordem decrescente: "Energéticos" (-34,9%), "Minérios e Metais" (-28,3%), "Máquinas" (-28,1%), "Material de transporte" (-22,5%), "Químicos" (-19,5%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-17,7%), "Peles, Couros e Têxteis" (-17,4%), "Vestuário e Calçado" (-11,1%), e "Produtos Acabados Diversos" (-9,6%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 6,6% na componente "calçado" e diminuições de 16,7% no "vestuário excepto de malha", e de 12,0% no "vestuário de malha".

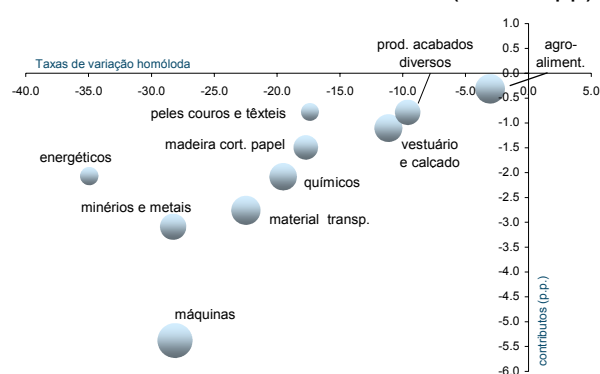
Para a redução das exportações de Energéticos verificada no período de Janeiro a Setembro (-39,4%), contribuiu, em certa medida, a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-5,4 p.p.), "Minérios e metais" (-3,1 p.p.), "Material de transporte" (-2,8 p.p.), "Energéticos" (-2,1 p.p.), Químicos (-2,1 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,5 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,1 p.p.), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,8 p.p.), "Produtos acabados diversos" (-0,8 p.p.) e "Agro-alimentares" (-0,3 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2009 (Total: -19,8 p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
			Anual		Jan-Set		média anual 03-08**	últimos 12 meses		Jan-Set	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	29 504	22 819	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-19.8	-19.8	-22.7	-22.7
000 Agro-Alimentares	2 952	2 795	7.8	10.4	10.0	12.2	11.9	-3.1	-0.3	-5.3	-0.5
100 Energéticos	1 842	1 117	2.4	6.1	6.2	4.9	26.6	-34.9	-2.1	-39.4	-2.5
200 Químicos	3 130	2 508	8.7	10.7	10.6	11.0	9.9	-19.5	-2.1	-19.9	-2.1
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 461	1 976	9.6	8.4	8.3	8.7	2.8	-17.7	-1.5	-19.7	-1.6
400 Peles, Couros e Têxteis	1 275	1 030	6.1	4.4	4.3	4.5	-1.1	-17.4	-0.8	-19.3	-0.8
500 Vestuário e Calçado	2 923	2 563	15.7	9.7	9.9	11.2	-4.2	-11.1	-1.1	-12.3	-1.2
600 Minérios e Metais	3 268	2 245	6.6	10.7	11.1	9.8	16.3	-28.3	-3.1	-31.3	-3.5
700 Máquinas	5 601	3 712	19.7	19.3	19.0	16.3	5.1	-28.1	-5.4	-33.7	-6.4
800 Material de Transporte	3 655	2 706	15.3	12.6	12.4	11.9	1.4	-22.5	-2.8	-26.0	-3.2
900 Produtos Acabados Diversos	2 398	2 169	8.0	7.7	8.1	9.5	4.6	-9.6	-0.8	-9.5	-0.8
Por memória:											
Total sem energéticos	27 663	21 703	97.6	93.9	93.8	95.1	4.7	-18.9	-17.8	-21.5	-20.2

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

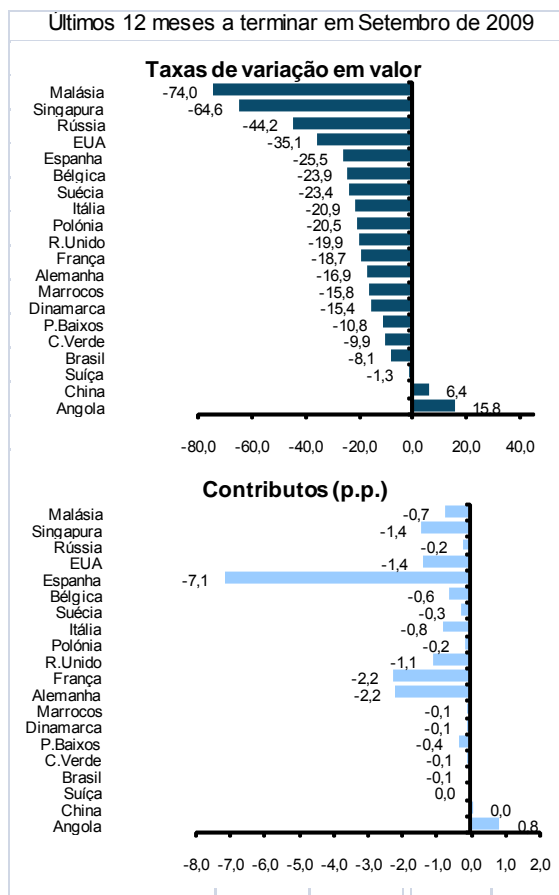
Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 20,9%, cabendo reduções de 21,5% aos países da UE-15 e de 16,6% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros diminuíram 16,6% (Quadro 3.5).

No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Espanha (-25,5%), Bélgica (-23,9%), Suécia (-23,4%), Itália (-20,9%), Reino Unido (-19,9%), França (-18,7%), Alemanha (-16,9%), Dinamarca (-15,4%), e Países Baixos (-10,8%). Entre os Países do Alargamento destaca-se a Polónia (-20,5%).

Neste período, regista-se, entre os Países Terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+15,8%), e China (+6,4%). Assinalam-se diminuições nas exportações para a Malásia (-74,0%), Singapura (-64,6%), e EUA (-35,1%). Também as exportações para Marrocos, Cabo Verde e Brasil registaram quebras (-15,8%, -9,9% e -8,1% respectivamente).

Ponderando os pesos no total, o maior contributo positivo para a taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-19,8 p.p.), coube a Angola (+0,8 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5). A Espanha, o principal mercado de destino, deu um contributo negativo (-7,1 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]					
	Jan-Set		anual		Jan-Set		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Set		
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]	
	Valores em milhões de euros											
TOTAL	29 504	22 819	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-19.8	-19.8	-22.7	-22.7	
Intra UE-27	22 006	17 075	81.0	72.9	74.6	74.8	3.3	-20.9	-15.7	-22.4	-16.7	
dos quais:												
UE-15	21 216	16 438	79.4	70.2	71.9	72.0	3.0	-21.5	-15.5	-22.5	-16.2	
Espanha	8 210	6 013	23.8	26.4	27.8	26.4	7.7	-25.5	-7.1	-26.8	-7.4	
Alemanha	3 787	3 036	14.8	13.1	12.8	13.3	3.0	-16.9	-2.2	-19.8	-2.5	
França	3 492	2 831	13.2	11.5	11.8	12.4	2.6	-18.7	-2.2	-18.9	-2.2	
R.Unido	1 619	1 272	10.3	5.5	5.5	5.6	-6.9	-19.9	-1.1	-21.5	-1.2	
Itália	1 110	869	4.7	3.8	3.8	3.8	0.8	-20.9	-0.8	-21.8	-0.8	
P.Baixos	953	840	3.8	3.2	3.2	3.7	2.4	-10.8	-0.4	-11.9	-0.4	
Bélgica	738	544	4.4	2.5	2.5	2.4	-6.1	-23.9	-0.6	-26.3	-0.7	
Suécia	362	269	1.3	1.2	1.2	1.2	3.5	-23.4	-0.3	-25.6	-0.3	
Dinamarca	212	173	0.9	0.7	0.7	0.8	1.2	-15.4	-0.1	-18.6	-0.1	
Alargamento	790	637	1.7	2.7	2.7	2.8	16.0	-16.6	-0.4	-19.4	-0.5	
Polónia	234	183	0.5	0.8	0.8	0.8	14.1	-20.5	-0.2	-21.6	-0.2	
Extra UE-27	7 499	5 745	19.0	27.1	25.4	25.2	13.3	-16.6	-4.2	-23.4	-5.9	
dos quais:												
Angola	1 560	1 672	2.3	6.2	5.3	7.3	28.3	15.8	0.8	7.2	0.4	
EUA	1 074	720	5.7	3.6	3.6	3.2	-3.5	-35.1	-1.4	-33.0	-1.2	
Singapura	647	76	0.8	2.4	2.2	0.3	30.4	-64.6	-1.4	-88.3	-1.9	
Malásia	293	21	0.1	1.0	1.0	0.1	67.7	-74.0	-0.7	-92.7	-0.9	
Brasil	226	185	0.5	0.9	0.8	0.8	19.9	-8.1	-0.1	-18.0	-0.1	
Suíça	227	217	1.0	0.8	0.8	1.0	0.3	-1.3	0.0	-4.2	0.0	
Marrocos	211	155	0.5	0.7	0.7	0.7	16.2	-15.8	-0.1	-26.3	-0.2	
C.Verde	191	164	0.5	0.7	0.6	0.7	13.5	-9.9	-0.1	-14.5	-0.1	
Por memória:												
Rússia	155	73	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	-44.2	-0.2	-52.9	-0.3	
China	142	152	0.5	0.5	0.5	0.7	4.2	6.4	0.0	7.2	0.0	
PALOP	1 872	1 977	3.1	7.3	6.3	8.7	24.9	13.1	0.8	5.6	0.4	
EFTA	322	286	1.9	1.1	1.1	1.3	-4.9	-8.9	-0.1	-11.3	-0.1	

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com [1] (Out 08-Set 09) / (Out 07-Set 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma redução de 18,6% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: "Energéticos" (-6,0 p.p.), "Minérios e metais" (-3,1 p.p.), "Material de transporte" (-3,0 p.p.), "Máquinas" (-2,8 p.p.), "Químicos" (-1,1 p.p.), "Agro-alimentares" (-0,9 p.p.), "Pele, madeira, cortiça e papel" e "Têxteis, vestuário e calçado" (-0,7% cada), e "Produtos acabados diversos" (-0,4 p.p.).

No período de Janeiro a Setembro de 2009, a UE-27 foi a origem de 77,8% das entradas de mercadorias, cabendo 75,5% aos países da UE-15 e 2,3% aos doze Países do Alargamento (Quadro 3.5). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,0% do total), da Alemanha (12,9%) e de França (8,5%), seguidas das de Itália (5,6%) e dos Países Baixos (5,4%).

Entre os Países Terceiros (22,2% do total), destaque para a Nigéria (2,5%), China (2,3%), Brasil (2,0%) e EUA (1,7%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 5,8% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Set		Anual		Jan-Set		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Set	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	46 890	36 285	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-18.6	-18.6	-22.6	-22.6
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	5 994	5 402	13.0	13.0	12.8	14.9	7.0	-6.9	-0.9	-9.9	-1.3
100-Energéticos	8 203	4 706	10.1	17.5	17.5	13.0	19.5	-35.5	-6.0	-42.6	-7.5
200-Químicos	6 200	5 600	14.1	13.3	13.2	15.4	5.9	-8.0	-1.1	-9.7	-1.3
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 015	1 674	5.5	4.3	4.3	4.6	1.9	-15.3	-0.7	-16.9	-0.7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 882	2 501	8.3	5.9	6.1	6.9	0.1	-11.5	-0.7	-13.2	-0.8
500-Minérios e Metais	4 740	2 947	8.7	9.9	10.1	8.1	9.9	-31.4	-3.1	-37.8	-3.8
600-Máquinas [3]	8 610	6 955	21.1	19.1	18.4	19.2	5.0	-14.7	-2.8	-19.2	-3.5
700-Material de Transporte [4]	5 686	4 188	13.1	11.7	12.1	11.5	4.6	-24.4	-3.0	-26.3	-3.2
800-Prod. Acabados Diversos	2 561	2 312	6.0	5.3	5.5	6.4	4.1	-7.6	-0.4	-9.7	-0.5
Total sem energéticos	38 687	31 579	89.9	82.5	82.5	87.0	5.2	-15.2	-12.6	-18.4	-15.2
Mercados de origem											
Intra UE-27	34 065	28 221	79.4	72.4	72.6	77.8	5.1	-14.2	-10.4	-17.2	-12.5
dos quais:											
UE-15	33 231	27 380	77.7	70.5	70.9	75.5	5.0	-14.6	-10.5	-17.6	-12.5
Espanha	14 221	11 617	30.0	30.1	30.3	32.0	7.1	-14.8	-4.5	-18.3	-5.6
Alemanha	5 698	4 675	14.6	12.1	12.2	12.9	3.1	-14.5	-1.8	-18.0	-2.2
França	3 964	3 079	9.8	8.3	8.5	8.5	3.6	-21.8	-1.9	-22.3	-1.9
Itália	2 471	2 038	6.4	5.1	5.3	5.6	2.3	-14.7	-0.8	-17.5	-0.9
P.Baixos	2 090	1 971	4.7	4.6	4.5	5.4	6.6	-4.4	-0.2	-5.7	-0.3
R.Unido	1 495	1 168	4.9	3.2	3.2	3.2	-1.8	-16.3	-0.5	-21.9	-0.7
Bélgica	1 249	1 040	2.9	2.7	2.7	2.9	5.4	-17.0	-0.5	-16.8	-0.4
Suécia	569	429	1.2	1.3	1.2	1.2	8.8	-13.8	-0.2	-24.6	-0.3
Alargamento	834	841	1.7	1.9	1.8	2.3	9.1	2.8	0.1	0.8	0.0
Extra UE-27	12 825	8 064	20.6	27.6	27.4	22.2	13.5	-30.9	-8.2	-37.1	-10.2
dos quais:											
Nigéria	1 323	900	1.6	2.9	2.8	2.5	21.1	-16.6	-0.4	-32.0	-0.9
Brasil	1 148	730	1.6	2.3	2.4	2.0	15.6	-37.2	-0.9	-36.4	-0.9
China	933	822	0.9	2.3	2.0	2.3	29.3	0.4	0.0	-11.9	-0.2
EUA	801	626	1.9	1.8	1.7	1.7	5.5	-19.7	-0.3	-21.8	-0.4
Líbia	935	271	0.9	1.7	2.0	0.7	22.4	-71.4	-1.3	-71.0	-1.4
Argélia	520	199	0.5	1.2	1.1	0.5	26.5	-48.2	-0.6	-61.7	-0.7
Noruega	559	385	1.3	1.2	1.2	1.1	5.0	-33.1	-0.4	-31.2	-0.4
Arábia Saud.	505	274	0.8	1.1	1.1	0.8	16.3	-26.8	-0.3	-45.7	-0.5
Japão	430	227	1.6	1.0	0.9	0.6	-2.5	-32.3	-0.3	-47.1	-0.4
Índia	389	193	0.4	0.8	0.8	0.5	24.5	-41.4	-0.3	-50.4	-0.4
Iraque	346	113	0.0	0.7	0.7	0.3	860.4	-49.3	-0.3	-67.4	-0.5
Angola	341	51	0.0	0.7	0.7	0.1	179.2	-73.6	-0.5	-84.9	-0.6
Rússia	347	375	1.2	0.7	0.7	1.0	-4.9	-22.2	-0.2	8.1	0.1
OPEP[5]	4 454	2 093	4.3	9.4	9.5	5.8	25.1	-42.4	-3.7	-53.0	-5.0
EFTA	892	637	2.3	1.9	1.9	1.8	3.3	-29.3	-0.6	-28.6	-0.5
PALOP	358	83	0.1	0.8	0.8	0.2	54.2	-63.0	-0.5	-76.9	-0.6

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Out 08-Set 09) / (Out 07-Set 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

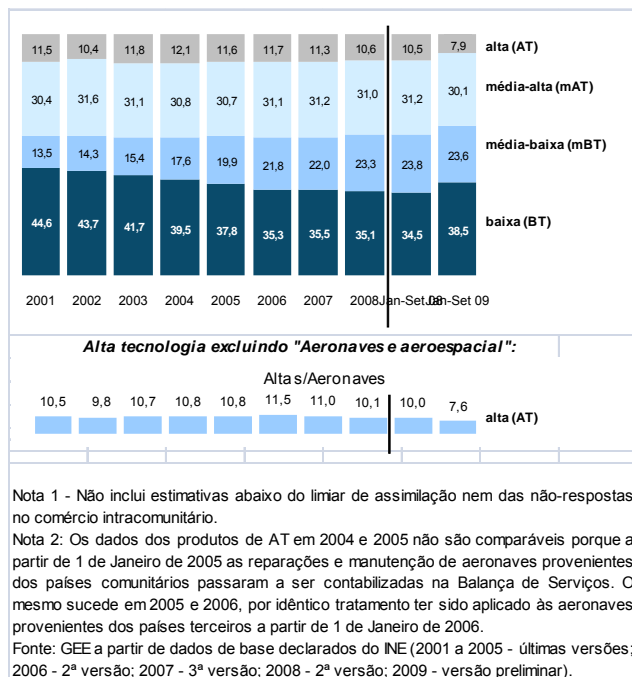
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica¹

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Setembro de 2009, face ao mesmo período do ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 55,0% para 53,7% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

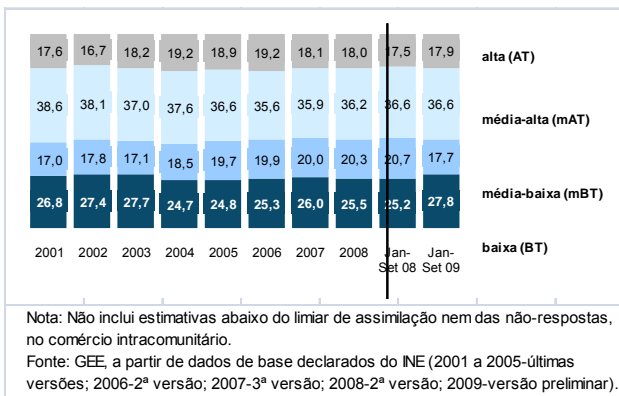


O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 10,5% para 7,9%, reflectindo principalmente uma descida de 2,8 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 34,5% para 38,5%, a que corresponderam subidas de 1,6 p.p. nos "Produtos alimentares, bebidas e tabaco", de 1,2 p.p. nos "Têxteis, vestuário, couros e calçado", e de 0,9 p.p. na "Pasta de papel, papel, cartão e publicações".

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos. Para maior detalhe, consultar:

"Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" n.º 12/2009
www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Quadro 3.7. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2008	Valores em 1000 Euros											
		Janeiro a Setembro			Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ⁽¹⁾ (p.p.)	
		2008	2009	média 2003-08	2008/07	Jan-Set 2009/08	2007	2008	Jan-Set 2008	Jan-Set 2009	2008	Jan-Set 2009	
SÁIDAS*													
Total dos prod. indust. transformados	34 761 413	27 153 450	20 490 400	5.0	-0.7	-24.5	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-24.5	
Alta tecnologia	3 699 678	2 864 280	1 614 436	2.8	-6.3	-43.6	11.3	10.6	10.5	7.9	-0.7	-4.6	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 492 921	2 686 803	1 550 003	3.7	-9.2	-42.3	11.0	10.1	10.0	7.6	-1.0	-4.2	
Média-alta tecnologia	10 760 740	8 461 517	6 163 688	5.0	-1.5	-27.2	31.2	31.0	31.2	30.1	-0.5	-8.5	
Média-baixa tecnologia	8 087 039	6 460 013	4 825 929	14.1	5.1	-25.3	22.0	23.3	23.8	23.6	1.1	-6.0	
Baixa tecnologia	12 213 956	9 367 640	7 886 347	1.5	-1.8	-15.8	35.5	35.1	34.5	38.5	-0.7	-5.5	
<i>Por memória:</i>													
Total das Saídas	36 739 194	28 725 150	21 508 301	5.5	0.0	-25.1	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-25.1	
Residual	1 977 781	1 571 700	1 017 901	16.9	13.0	-35.2	4.8	5.4	5.5	4.7	0.6	-1.9	
ENTRADAS*													
Total dos prod. indust. transformados	46 993 218	36 017 864	28 267 823	5.5	1.8	-21.5	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-21.5	
Alta tecnologia	8 471 743	6 307 605	5 050 636	5.3	1.6	-19.9	18.1	18.0	17.5	17.9	0.3	-3.5	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 731	5 708 741	4 687 079	5.2	0.6	-17.9	17.0	16.8	16.1	16.8	0.1	-2.9	
Média-alta tecnologia	17 006 228	13 173 664	10 348 610	5.0	2.5	-21.4	35.9	36.2	36.6	36.6	0.9	-7.8	
Média-baixa tecnologia	9 531 651	7 455 881	5 001 350	9.1	3.4	-32.9	20.0	20.3	20.7	17.7	0.7	-6.8	
Baixa tecnologia	11 983 596	9 080 714	7 867 227	3.8	-0.1	-13.4	26.0	25.5	25.2	27.8	0.0	-3.4	
<i>Por memória:</i>													
Total das Entradas	58 747 203	45 390 642	33 743 210	7.1	5.8	-25.7	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-25.7	
Residual	11 753 985	9 372 778	5 475 387	15.4	25.6	-41.6	16.9	20.0	20.6	16.2	4.3	-8.6	

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

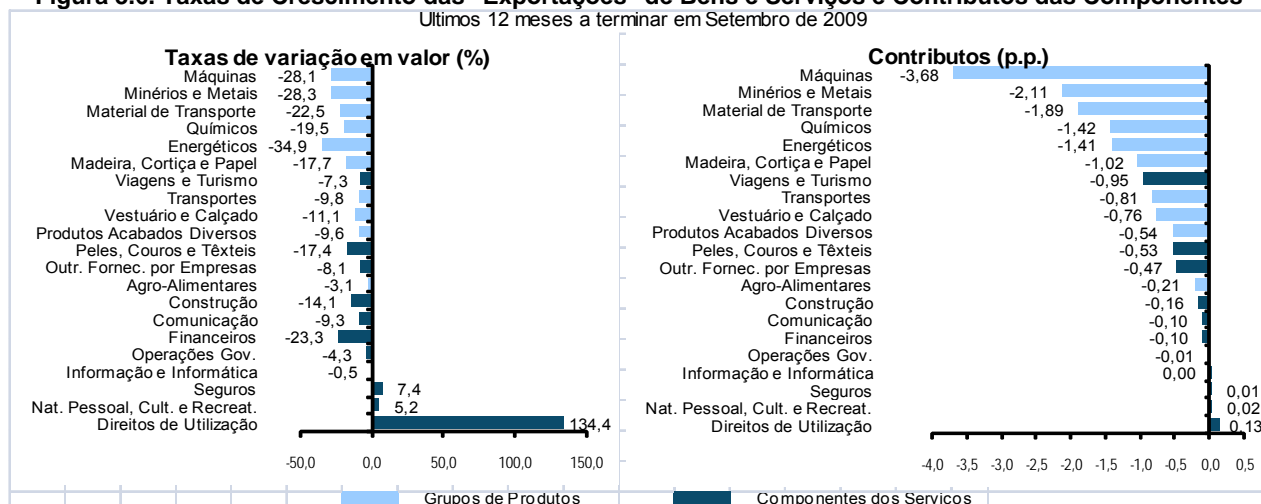
¹ Por dificuldades no carregamento dos dados de base desagregados não foi possível actualizar esta informação, mantendo-se aqui a versão do mês anterior.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Segundo dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Setembro de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 34,6% do lado das “exportações” (crédito), e de 18,1% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 16,0% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-2,4 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-13,6 p.p.) (Quadro 3.7)

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Setembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Set		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Set	
	2008	2009	2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	43 291	35 158	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-16.0	-16.0	-18.8	-18.8
Bens	29 702	22 982	72.2	68.1	68.6	65.4	6.1	-19.8	-13.6	-22.6	-15.5
Serviços	13 589	12 176	27.8	31.9	31.4	34.6	10.4	-7.8	-2.4	-10.4	-3.3
Transportes	3 575	3 090	5.4	8.5	8.3	8.8	17.7	-9.8	-0.8	-13.6	-1.1
Viagens e Turismo	5 806	5 333	14.9	13.3	13.4	15.2	4.9	-7.3	-1.0	-8.1	-1.1
Comunicação	464	424	0.8	1.1	1.1	1.2	14.3	-9.3	-0.1	-8.6	-0.1
Construção	481	385	0.7	1.2	1.1	1.1	19.0	-14.1	-0.2	-19.9	-0.2
Seguros	77	83	0.2	0.2	0.2	0.2	4.4	7.4	0.0	7.7	0.0
Financeiros	171	118	0.4	0.4	0.4	0.3	10.7	-23.3	-0.1	-31.2	-0.1
Informação e Informática	199	200	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	-0.5	0.0	0.5	0.0
Direitos de Utilização	39	115	0.1	0.1	0.1	0.3	11.4	134.4	0.1	194.9	0.2
Outr. Fornec. por Empresas	2 493	2 137	4.4	6.1	5.8	6.1	14.3	-8.1	-0.5	-14.3	-0.8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	153	165	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	5.2	0.0	7.4	0.0
Operações Governamentais	130	125	0.4	0.3	0.3	0.4	3.3	-4.3	0.0	-3.9	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	54 140	42 550	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	-17.2	-17.2	-21.4	-21.4
Bens	45 621	34 852	84.8	84.0	84.3	81.9	7.8	-19.2	-16.2	-23.6	-19.9
Serviços	8 519	7 698	15.2	16.0	15.7	18.1	9.2	-6.5	-1.0	-9.6	-1.5
Transportes	2 613	2 157	4.6	4.9	4.8	5.1	9.6	-12.9	-0.6	-17.5	-0.8
Viagens e Turismo	2 239	2 070	4.4	4.1	4.1	4.9	6.6	-6.6	-0.3	-7.6	-0.3
Comunicação	406	373	0.5	0.8	0.8	0.9	17.9	-8.1	-0.1	-8.3	-0.1
Construção	122	87	0.3	0.2	0.2	0.2	2.6	-22.3	0.0	-28.9	-0.1
Seguros	152	145	0.3	0.3	0.3	0.3	5.6	-1.1	0.0	-4.4	0.0
Financeiros	202	139	0.3	0.4	0.4	0.3	10.1	-22.2	-0.1	-31.0	-0.1
Informação e Informática	271	276	0.4	0.5	0.5	0.6	11.4	-0.9	0.0	1.6	0.0
Direitos de Utilização	243	275	0.6	0.5	0.4	0.6	4.6	13.4	0.1	13.2	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	1 836	1 734	3.0	3.6	3.4	4.1	11.9	0.3	0.0	-5.6	-0.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	311	348	0.5	0.6	0.6	0.8	12.0	9.6	0.1	12.0	0.1
Operações Governamentais	122	94	0.3	0.2	0.2	0.2	0.8	-19.9	0.0	-22.9	-0.1

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Artigos

Portugal no ranking de competitividade do Global Competitiveness Index (GCI) 2009-2010

Merícia Gouveia*

O *World Economic Forum* (WEF) divulga anualmente no *Global Competitiveness Report* uma análise da competitividade das nações que tem por base o *Global Competitiveness Index* (GCI). O objectivo do relatório é medir o potencial produtivo e competitivo das nações, representando as economias cobertas pelo GCI 2009-2010 mais de 98% do PIB mundial.

Este texto analisa de modo sintético a posição relativa de Portugal nos 133 países que constituem o GCI 2009-2010, dando ênfase à comparação com os países pertencentes à UE e à OCDE. Procede-se também a um exame dos indicadores da componente de inovação e sofisticação empresarial que se assume no cálculo do GCI como um factor crítico uma vez que Portugal integra o grupo de países caracterizado como “impulsionado pela inovação”. Em complemento, apresenta-se em anexo uma síntese da metodologia utilizada na construção do GCI.

1. Posicionamento de Portugal no ranking do GCI 2009-2010

No *ranking* do GCI 2009-2010, Portugal mantém a 43ª posição alcançada no ano anterior e continua à frente da Itália (48º lugar), da Grécia (71º lugar) e de oito dos doze países que recentemente se tornaram membros da UE. O top 10 das economias mais competitivas é liderado pela Suíça, que destronou os EUA para segundo lugar. Os países nórdicos mantêm posições privilegiadas, com a Suécia na 4ª posição (1ª na UE27) e a Dinamarca e a Finlândia a ocuparem, respectivamente, o 5º e 6º lugares. Das dez primeiras posições, cinco pertencem a países da UE27: os três já referidos e a Alemanha e a Holanda, respectivamente na 7ª e na 10ª posições (Quadro 1).

Os primeiros lugares nos três sub-índices do GCI 2009-2010 são ocupados pela Finlândia em “Requisitos de Base” e pelos EUA em “Promotores de Eficiência” e “Factores de Inovação”. Para Portugal, as posições relativas dos sub-índices, face ao *ranking* anterior, alteraram-se entre si, passando a melhor performance competitiva a pertencer a “Requisitos de Base” (39ª posição), seguida de “Factores de Inovação” (41ª) e de “Promotores de Eficiência” (43ª).

Desagregando ao nível dos pilares, e face ao *ranking* anterior, Portugal apresenta, em 2009, comportamentos competitivos diversos (ver Quadros 2 e 1A em Anexo):

- Do conjunto dos doze pilares, a posição competitiva mais alta e mais baixa continua a pertencer, respectivamente, à “Infra-estrutura” (23ª) e à “Eficiência do Mercado de Trabalho” (103ª). Na “Infra-estrutura” (23ª), Portugal está colocado à frente dos doze países dos alargamentos recentes da UE e de países como a Noruega (28ª), a Irlanda (52ª) e a Itália (59ª). As segundas melhores posições competitivas de Portugal (31ª) são partilhadas entre os pilares “Prontidão Tecnológica” e “Saúde e Ensino Básico”. “Eficiência do Mercado de Trabalho” e “Sofisticação do Mercado Financeiro” (63ª) foram os pilares que registaram as duas maiores descidas face ao *ranking* anterior. Como sucede em Portugal, é no pilar “Eficiência do Mercado de Trabalho” que países como a França, a Alemanha e a Espanha têm os seus desempenhos competitivos com classificação mais baixos e em que a oscilação de posições extremas entre países é maior. Igualmente no pilar “Estabilidade Macroeconómica” (79ª posição), Portugal tem um desempenho relativo inferior ao *ranking* global (apesar de subir 3 posições) a par de uma série de países da UE27 (casos da Espanha, Reino Unido e Irlanda) e também dos EUA e Japão.

* Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade da autora.

- Em termos dos dois pilares de inovação, os desempenhos competitivos de Portugal variam entre a 33ª posição do pilar “Inovação” e a 53ª do pilar “Sofisticação Empresarial”, que desceu 5 posições. Na “Inovação” Portugal está em melhor posição do que Espanha, Itália, Grécia e dez países dos alargamentos da UE pós 2004. Os EUA é líder absoluto neste pilar e a Finlândia é o primeiro país da UE27 (3º no ranking dos 133 países). Já no pilar “Sofisticação Empresarial”, o resultado para Portugal apresenta uma classificação abaixo do seu ranking global.

Quadro 1 – Rankings do GCI 2009-2010 e das suas Componentes para 38 países

(nº de ordem em 133 países)

País	Estádio Desenv.	2009-2010		Rank GCI 2008-2009 (*)	Sub-índices do GCI 2009-2010		
		Rank GCI	GCI		Requisitos de Base	Promotores de Eficiência	Factores de Inovação e Sofisticação
Suíça	3	1	5,6	2	3	3	3
EUA	3	2	5,6	1	28	1	1
Suécia	3	4	5,5	4	5	7	4
Dinamarca	3	5	5,5	3	4	6	7
Finlândia	3	6	5,4	6	1	12	6
Alemanha	3	7	5,4	7	8	14	5
Japão	3	8	5,4	9	27	11	2
Canadá	3	9	5,3	10	10	4	12
Holanda	3	10	5,3	8	12	10	9
Reino Unido	3	13	5,2	12	26	8	14
Noruega	3	14	5,2	15	11	13	18
Austrália	3	15	5,2	18	14	9	21
França	3	16	5,1	16	15	16	15
Áustria	3	17	5,1	14	13	19	11
Bélgica	3	18	5,1	19	20	18	13
Coreia do Sul	3	19	5,0	13	23	20	16
Nova Zelândia	3	20	5,0	24	16	15	27
Luxemburgo	3	21	5,0	25	7	23	22
Irlanda	3	25	4,8	22	37	22	20
Islândia	3	26	4,8	20	24	30	19
República Checa	3	31	4,7	33	45	24	26
Espanha	3	33	4,6	29	38	29	35
Chipre	3	34	4,6	40	21	41	32
Estónia	3	35	4,6	32	34	27	42
Eslovénia	3	37	4,6	42	29	37	30
Portugal	3	43	4,4	43	39	43	41
Polónia	2-3	46	4,3	53	71	31	46
Eslováquia	3	47	4,3	46	54	34	57
Itália	3	48	4,3	49	67	46	34
Malta	3	52	4,3	52	41	48	48
Lituânia	2-3	53	4,3	44	47	47	53
Hungria	2-3	58	4,2	62	58	45	61
México	2-3	60	4,2	60	59	55	67
Turquia	2-3	61	4,2	63	69	54	58
Roménia	2-3	64	4,1	68	86	49	75
Letónia	2-3	68	4,1	54	60	51	86
Grécia	3	71	4,0	67	56	57	66
Bulgária	2	76	4,0	76	80	62	89

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2009-2010
Nota: (*) - Em 134 países.

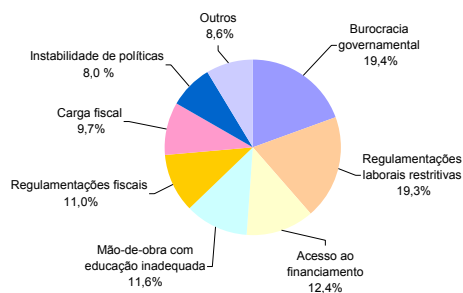
Quadro 2 – Evolução das posições de Portugal nos pilares de competitividade, entre 2008 e 2009

	Insti-tuições	Infra-estrutura	Estabilidade Macroeconómica	Saúde e Ensino Básico	Ensino Superior e Formação	Eficiência do Mercado de Bens	Eficiência do Mercado de Trabalho	Sofisticação do Mercado Financeiro	Prontidão Tecnológica	Dimensão do Mercado	Sofisticação Empresarial	Inovação
1. 2008-2009 (nº ordem em 134 países)	35	26	82	33	37	45	87	43	32	43	48	35
2. 2009-2010 (nº ordem em 133 países)	44	23	79	31	38	51	103	62	31	43	53	33
3. Evolução entre 1. e 2.	↓ 9	↑ 3	↑ 3	↑ 2	↓ 1	↓ 6	↓ 16	↓ 19	↑ 1	=	↓ 5	↑ 2

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2008-2009 e 2009-2010.

Finalmente, para além do GCI, o *Global Competitiveness Report* contempla também uma apreciação de cada país em termos dos factores mais problemáticos para fazer negócios (*doing business*)[†], reflexo das percepções dos executivos de cada país nesta matéria. Para Portugal, estes factores estão concentrados em temas ligados à burocracia, regulamentação laboral e fiscal, financiamento e mão-de-obra (Figura 1)[‡].

**Figura 1 - Factores mais problemáticos para fazer negócios em Portugal
(% das respostas)**



Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2009-2010

2. Competitividade de Portugal em inovação e sofisticação empresarial

De acordo com a metodologia aplicada neste relatório de competitividade global (ver nota metodológica) os pilares de inovação e sofisticação empresarial são considerados críticos para os países classificados como *innovation-driven*, como é o caso de Portugal. Para este estágio de desenvolvimento, o relatório afirma que “as empresas devem competir através da inovação, produzindo novos e diferentes bens usando os mais sofisticados processos de produção”. A análise que segue incide sobre os resultados de Portugal nos pilares de “Inovação” e “Sofisticação empresarial” (Quadro 3), tendo sempre presente que os pilares de competitividade se interrelacionam e influenciam entre si.

Quadro 3 – Performance dos indicadores de competitividade do sub-índice “Inovação e sofisticação empresarial”, para Portugal

Pilares	Nº de ordem em 133 países	Indicadores
Inovação (33º)	Vantagens competitivas	
	17º (31º)	Mercados públicos de produtos de tecnologia avançada
	31º (33º)	Qualidade das instituições de investigação científica
	33º (42º)	Colaboração universidade-indústria em I&D
	38º (32º)	Capacidade para a inovação
	Desvantagens competitivas	
45º (53º)	Despesas em I&D das empresas	
46º (48º)	Disponibilidade de cientistas e engenheiros	
48º (42º)	Patentes de utilidade (*)	
Sofisticação empresarial (53º)	Vantagens competitivas	
	40º (37º)	Sofisticação do processo de produção
	42º (36º)	Marketing
	Desvantagens competitivas	
	43º (32º)	Empresas exportadoras na cadeia de valor nacional
	51º (55º)	Vantagem competitiva nos mercados internacionais
	57º (50º)	Qualidade de fornecedores locais
	57º (68º)	Estado do desenvolvimento de <i>clusters</i>
	57º (54º)	Controlo da distribuição internacional
	59º (54º)	Quantidade de fornecedores locais
66º (43º)	Vontade/aceitação para delegar autoridade	

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2009-2010.

Notas: () - nº de ordem em 134 países em 2008-2009; (*) Fonte: USPTO (United States Patent and Trademark Office); Fonte dos restantes indicadores: Executive Opinion Survey 2009.

[†] Com base numa lista de 15 factores, é pedido aos executivos de empresas que seleccionem os 5 factores que consideram mais problemáticos para os negócios nos seus países e que os ordenem de 1 (mais problemático) a 5. A fonte desta informação é o *Executive Opinion Survey* 2009 do WEF.

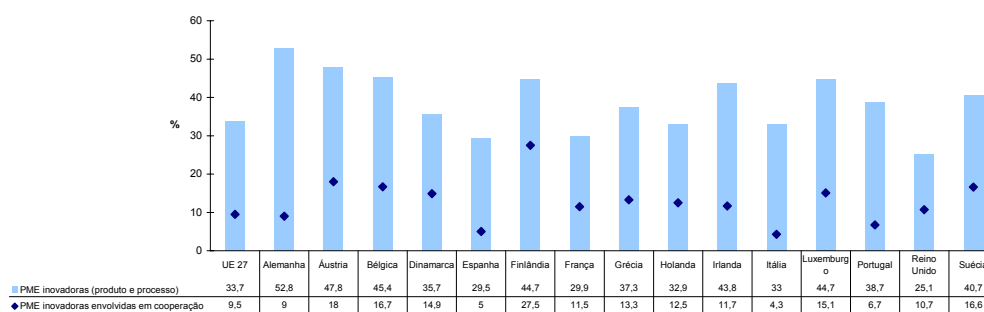
[‡] Acerca destas matérias, ver texto sobre o *Doing Business* 2010 publicado no BMEP de Novembro 2009.

No pilar “Inovação”, a avaliação dos desempenhos competitivos situa-se em matérias ligadas a decisões ao nível dos mercados públicos quanto à adopção de produtos de tecnologia avançada, à qualidade das instituições de investigação científica, à colaboração universidade-indústria em I&D e à capacidade das empresas para a inovação. Face ao ano anterior, Portugal melhorou as suas posições relativas nos três primeiros indicadores, apresentando, pelos critérios do relatório, uma vantagem competitiva (classificação do indicador acima da posição global, quadro 3).

Em complemento dos resultados do GCI em matéria de inovação, refira-se, adicionalmente, que no *ranking* europeu da inovação, de acordo com o *European Innovation Scoreboard* (EIS) 2008, Portugal subiu para o 16º lugar (era 21º no EIS 2007), em referência aos países membros da UE27, e passou a integrar o grupo de países denominado “Inovadores Moderados”[§], a par de países como a Espanha, Itália e Grécia.

Ao nível da capacidade das empresas para a inovação, o EIS 2008 refere que, em Portugal, a percentagem de PME com actividades inovadoras (produto e processo), em 2006, atingiu 38,7%, valor acima da média da UE27 (33,7%), enquanto que em termos de PME envolvidas em actividades de cooperação, Portugal regista 6,7%, face aos 9,5% da UE27 (ver Figura 2).

Figura 2 – Inovação empresarial no total das PME (%), 2006



Fonte: *European Innovation Scoreboard* 2008 (EIS 2008).
Nota: Dados de 2004 para a Grécia.

Os indicadores do pilar “Inovação” considerados como desvantagens competitivas reportam-se às despesas em I&D das empresas, à disponibilidade de cientistas e engenheiros e ao número de patentes USPTO^{**} por mil habitantes. Contudo, estas matérias têm vindo a registar evoluções positivas como comprovam alguns indicadores quantitativos seleccionados. Segundo os dados provisórios do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) referentes a 2008, a despesa em I&D no sector das empresas registou um crescimento de 22% relativamente a 2007, atingindo cerca de 0,76% do PIB (contra 0,62% em 2007) e representando cerca de metade da despesa nacional total em I&D. Quanto ao indicador que mede o número de investigadores na população activa em Portugal, em 2008, foram atingidos os 7,2 por mil activos, valor acima do registado em anos anteriores. Relativamente ao número de patentes, o relatório considera apenas as que são registadas no USPTO, ignorando o European Patent Office (EPO). No entanto, os indicadores de impacto do Plano Tecnológico (PT), em 2006, indicam que as patentes EPO^{††} atingiram as 12,9 por milhão de habitantes, superando a meta de 12 fixada para 2010. Também as marcas comunitárias registadas (118,5 por milhão de habitante) ultrapassaram largamente, em 2007, a meta de 50 estabelecida para 2010.

[§] Face à anterior inclusão no grupo “*Catching-up countries*”

^{**} United States Patent and Trademark Office

^{††} European Patent Office

O pilar “Inovação” versa tópicos que estão no âmbito de medidas que têm vindo a ser desenvolvidas no quadro da política económica em curso, nomeadamente do Plano Tecnológico (PT), lançado em 2005 (ver Caixa 1).

Caixa 1 – Algumas medidas no âmbito do pilar “Inovação”

O Plano Tecnológico (PT) abrange medidas que incidem em várias áreas, nomeadamente as de política de inovação e tecnologia, no sentido de promover o desenvolvimento e reforçar a competitividade do país. Com o objectivo de promover os resultados da inovação nas empresas foram lançadas várias medidas, nomeadamente dirigidas às PME. O realinhamento do sistema de incentivos às empresas (PRIME) com o PT veio reforçar os meios financeiros e fomentar uma maior selectividade e simplificação de processos, focalizados na inovação, internacionalização e recursos humanos.

Algumas das medidas em curso relacionam-se com a reorganização dos instrumentos públicos de capital de risco e com o estímulo à capacidade de inovar e empreender cujo foco, no período entre 2005-2008, incidiu na promoção da cultura empreendedora – envolvente e empreendedores e no apoio à criação, consolidação e crescimento de *start ups*. No âmbito da medida Inov Tools - Compromisso com a Inovação, foi desenvolvida a Plataforma INOVAR que integra uma ferramenta de auto avaliação das empresas (INOVAR on-line) sobre as suas capacidades em matéria de competitividade e de inovação. Ainda em termos de medidas de apoio à inovação é de referir o reforço do envolvimento da garantia mútua no financiamento de projectos de forte conteúdo de inovação (medida implementada no âmbito do FINICIA) e a criação, em 2008, do Finova (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação), que está vocacionado para a criação ou o reforço de instrumentos de financiamento de empresas, particularmente PME, e aos projectos com maior grau de inovação. Igualmente de referir o lançamento do Vale Inovação e do Vale I&DT, integrados, respectivamente, nos SI Qualificação e internacionalização das PME e SI I&DT, do QREN, que visam a introdução de instrumentos simplificados destinados às PME para facilitar a aproximação "centros de saber/empresas".

No pilar “**Sofisticação Empresarial**”, as vantagens competitivas de Portugal centram-se na sofisticação do processo de produção e na medida em que são utilizadas ferramentas e técnicas sofisticadas de *marketing* pelas empresas. Nos restantes indicadores, Portugal apresenta desvantagens competitivas que assentam na dimensão da presença de empresas exportadoras na cadeia de valor nacional, na natureza das vantagens competitivas das empresas portuguesas nos mercados internacionais, na qualidade e quantidade dos fornecedores locais, no estado de desenvolvimento dos *clusters*, no nível de controlo da distribuição e *marketing* por empresas nacionais e na vontade/aceitação na delegação de autoridade nos subordinados.

Algumas das medidas de política governamental que têm vindo a ser desenvolvidas recentemente visam precisamente alguns destes pontos (ver Caixa 2)

Caixa 2 – Algumas medidas no âmbito do pilar “Sofisticação empresarial”

No âmbito dos apoios e incentivos às empresas portuguesas que contribuem para aumentar a sua presença e competitividade no mercado global assinalam-se algumas medidas implementadas, nomeadamente, a concessão de incentivos fiscais à internacionalização das empresas, incentivos à qualificação e internacionalização de PME (SI – Qualificação PME) e incentivos fiscais à I&D empresarial (SIFIDE).

Em 2008 foi lançada uma medida referente à criação e dinamização de Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros *clusters*, que visa promover a clusterização em sectores relevantes da economia nacional, em linha com as orientações da política comunitária relativas ao reforço da competitividade e da dimensão internacional dos clusters europeus. Ainda no âmbito de *clusters*, está em curso uma medida que visa o desenvolvimento de um *cluster* industrial eólico através da concessão de incentivos ao sector da indústria e serviços nacional com elevado carácter de inovação e articulação com o tecido de IDE nacional. Estas iniciativas enquadram-se na Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) do QREN ao permitir colmatar falhas ao nível da cooperação e do funcionamento em rede entre os diversos agentes (empresas, estado, universidade, etc) para o desenvolvimento dos sectores considerados relevantes

Por outro lado, o desenvolvimento do plano "Portugal Logístico" veio proporcionar uma oportunidade de recentramento de Portugal no contexto europeu através da execução de uma rede de 12 plataformas logísticas multimodais e integradas nas Redes de Transporte Trans-Europeias, do desenvolvimento de uma moderna plataforma tecnológica de informação e comunicação e de uma actuação concertada na distribuição urbana de mercadorias. Igualmente, com o lançamento da Plataforma de protecção e comercialização de direitos de propriedade industrial pretende-se minimizar e atenuar falhas de mercado relacionadas com o processo de inovação na economia.

Outra medida enquadrável neste pilar, e que se encontra em fase de reavaliação, tem a ver com a criação de *tradings* nos novos

mercados alvo/centros de distribuição com o objectivo é fornecer às empresas portuguesas serviços de colocação dos seus produtos nos mercados externos, facilitando os processos administrativos e logísticos.

Como conclusão genérica final, observa-se que:

Face ao *ranking* anterior, Portugal manteve a mesma posição competitiva (43^a) no GCI em 2009-2010. Os melhores desempenhos relativos estão centrados nos pilares relacionados com a infra-estrutura, saúde e ensino básico, prontidão tecnológica, inovação e ensino superior e formação, que estão em contraposição com a eficiência do mercado de trabalho, a sofisticação do mercado financeiro e a estabilidade macroeconómica.

Em matéria de inovação e sofisticação empresarial, Portugal tem melhores resultados competitivos nos indicadores de inovação e tem um desempenho menos favorável nos indicadores de sofisticação dos negócios, apesar das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas com vista a apoiar e incentivar a inovação e competitividade das empresas portuguesas.

Anexo

Síntese metodológica

O GCI 2009-2010 é composto por um conjunto de factores críticos essenciais para impulsionar a produtividade e a competitividade das economias, organizados em três sub-índices: “Requisitos de Base”, “Promotores de Eficiência” e “Factores de Inovação e Sofisticação”. Estes sub-índices estão subdivididos em doze pilares de competitividade designados do seguinte modo: “Instituições”, “Infra-estrutura”, “Estabilidade macroeconomia”, “Saúde e ensino básico”, “Ensino pós-básico e formação”, “Eficiência do mercado de bens”, “Eficiência do mercado de trabalho”, Sofisticação do mercado financeiro, *Readiness* tecnológica, Dimensão do mercado, Sofisticação empresarial e Inovação.

Para o cálculo do GCI, os países são agrupados em três estádios de desenvolvimento (medidos através do PIB *per capita* em dólares): 1º estádio - *factor-driven*, 2º estádio - *efficiency-driven* e 3º estádio - *innovation-driven*^{††}. Este conceito é integrado no índice global através da atribuição de pesos relativos mais altos aos pilares que são relativamente mais importantes para um determinado país em virtude do seu estádio de desenvolvimento.

Estádios de desenvolvimento e pesos dos sub-índices do GCI

Estádio de desenvolvimento das economias	Peso dos sub-índices em cada estádio de desenvolvimento das economias			Patamares de rendimento dos estádios de desenvolvimento - PIB per capita (dólares) -
	Requisitos de Base (Instituições, Infra-estrutura, Estabilidade macroeconómica e Saúde e ensino básico)	Promotores de Eficiência (Ensino superior e formação, Eficiência do mercado de bens, Eficiência do mercado de trabalho, Sofisticação do mercado financeiro, <i>Readiness</i> tecnológica e Dimensão do mercado)	Factores de Inovação e Sofisticação (Sofisticação empresarial e Inovação)	
Estádio 1: Factor-driven (maior ênfase nos Requisitos de Base)	60%	35%	5%	<2.000 Transição do estádio 1 para o 2 2.000 - 3.000
Estádio 2: Efficiency-driven (maior ênfase nos Promotores de Eficiência)	40%	50%	10%	3.000 - 9.000 Transição do estádio 2 para o 3 9.000 - 17.000
Estádio 3: Innovation-driven (ênfase crescente nos Factores de Inovação e Sofisticação)	20%	50%	30%	>17.000

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2009-2010

^{††} Portugal integra o grupo de países neste estádio.

A informação de suporte utilizada na construção do GCI baseia-se em 110 variáveis das quais dos terços têm origem em informação qualitativa (“survey data”), proveniente do *Executive Opinion Survey* 2009 do WEF baseada em mais de 13 mil respostas de gestores de topo recolhidas por 150 Institutos Parceiros que administram o *Executive Opinion Survey* a nível nacional. Este *Survey* cobre 133 países e engloba variáveis para as quais as fontes “hard data” são escassas ou inexistentes. O restante um terço baseia-se em dados quantitativos (“hard data”) proveniente de fontes públicas internacionais nomeadamente, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Nações Unidas. Estas variáveis quantitativas são normalizadas para uma escala de 1 e 7 (máximo competitivo) de modo a ajustá-las ao tipo de resultados divulgados pelo *Survey*.

A informação para o *Executive Opinion Survey* 2009 foi obtida no 1º trimestre de 2009. Para os dados quantitativos, o ano de base varia de indicador para indicador e situa-se entre 2006 e 2009, com predominância de 2008.

O cálculo do GCI resulta de uma média ponderada das muitas diferentes componentes e é baseado em agregações sucessivas das pontuações desde o nível da variável (mais baixo) até ao resultado global do GCI (nível mais alto).

Quadro comparativo

Quadro 1A – Rankings dos três sub-índices do GCI 2009-2010 e dos respectivos pilares em 38 países

País	Requisitos de Base	Pilares				País	Promotores de Eficiência	Pilares						País	Factores de Inovação e Sofisticação	Pilares	
		Insti-tuições	Infra-estrutura	Estabilidade Macroeconómica	Saúde e Ensino Básico			Ensino Superior e Formação	Eficiência do Mercado de Bens	Eficiência do Mercado de Trabalho	Sofisticação do Mercado Financeiro	Prontidão Tecnológica	Dimensão do Mercado			Sofisticação Empresarial	Inovação
Finlândia	1	4	10	12	1	EUA	1	7	12	3	20	13	1	EUA	1	5	1
Suíça	3	8	5	17	21	Suíça	3	6	5	2	14	3	36	Japão	2	1	4
Dinamarca	4	3	12	14	6	Canadá	4	9	16	7	11	11	14	Suíça	3	3	2
Suécia	5	2	14	15	12	Dinamarca	6	2	7	5	8	4	49	Suécia	4	4	5
Luxemburgo	7	6	19	6	25	Suécia	7	3	4	19	12	1	32	Alemanha	5	2	7
Alemanha	8	16	1	30	24	Reino Unido	8	18	20	8	24	8	6	Finlândia	6	9	3
Canadá	10	17	7	31	7	Austrália	9	14	9	9	4	20	19	Dinamarca	7	8	10
Noruega	11	7	28	7	17	Holanda	10	10	6	27	23	2	18	Holanda	9	6	13
Holanda	12	10	15	38	14	Japão	11	23	17	12	40	25	3	Áustria	11	7	19
Áustria	13	14	9	37	18	Finlândia	12	1	19	23	7	10	53	Canadá	12	17	12
Austrália	14	12	25	18	16	Noruega	13	12	23	15	10	7	47	Bélgica	13	11	14
França	15	26	3	58	11	Alemanha	14	22	18	70	36	12	5	Reino Unido	14	12	15
Nova Zelândia	16	5	35	33	4	Nova Zelândia	15	11	8	11	3	23	59	França	15	10	18
Bélgica	20	24	18	56	3	França	16	15	25	67	21	24	8	Coreia do Sul	16	21	11
Chipre	21	22	24	39	5	Bélgica	18	8	13	44	25	22	25	Noruega	18	16	17
Coreia do Sul	23	53	17	11	27	Áustria	19	17	11	34	27	19	33	Islândia	19	23	16
Islândia	24	13	11	119	2	Coreia do Sul	20	16	36	84	58	15	12	Irlanda	20	18	22
Reino Unido	26	21	20	71	23	Irlanda	22	20	15	22	45	21	52	Austrália	21	26	20
Japão	27	28	13	97	19	Luxemburgo	23	39	3	42	9	5	85	Luxemburgo	22	22	21
EUA	28	34	8	93	36	Rep. Checa	24	24	27	20	42	30	40	Rep. Checa	26	25	25
Eslóvenia	29	46	31	26	22	Estónia	27	21	28	21	29	16	94	Nova Zelândia	27	34	23
Estónia	34	31	34	47	28	Espanha	29	33	46	97	50	29	13	Eslóvenia	30	33	29
Irlanda	37	19	52	65	10	Islândia	30	4	31	6	85	14	120	Chipre	32	31	35
Espanha	38	49	22	62	38	Polónia	31	27	53	50	44	48	20	Itália	34	20	50
Portugal	39	44	23	79	31	Eslóvenia	34	47	32	29	28	33	57	Espanha	35	28	40
Malta	41	33	38	81	32	Eslóvenia	37	19	38	56	48	32	72	Portugal	41	53	33
Rep. Checa	45	62	48	43	33	Chipre	41	28	24	46	18	38	99	Estónia	42	48	37
Lituânia	47	59	43	57	55	Portugal	43	38	51	103	62	31	43	Polónia	46	44	52
Eslóvenia	54	78	63	40	48	Hungria	45	35	64	63	69	40	45	Malta	48	46	53
Grécia	56	70	47	103	41	Itália	46	49	65	117	100	39	9	Lituânia	53	56	58
Hungria	58	76	57	83	53	Lituânia	47	30	59	45	72	36	69	Eslóvenia	57	51	68
México	59	98	69	28	65	Malta	48	37	40	93	13	27	121	Turquia	58	52	69
Letónia	60	65	56	99	50	Roménia	49	52	61	79	56	58	41	Hungria	61	76	45
Itália	67	97	59	102	26	Letónia	51	34	57	37	60	47	83	Grécia	66	66	65
Turquia	69	96	62	64	74	Turquia	54	73	56	120	80	54	15	México	67	62	78
Polónia	71	66	103	74	35	México	55	74	90	115	73	71	11	Roménia	75	83	70
Bulgária	80	116	102	45	58	Grécia	57	43	75	116	83	53	34	Letónia	86	82	88
Roménia	86	84	110	75	63	Bulgária	62	60	81	54	76	56	58	Bulgária	89	89	91

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2009-2010

A Evolução da especialização externa de Portugal face a Angola, Brasil e China*

Ricardo Pinheiro Alves

1. Introdução

A estrutura das exportações de bens de Portugal tem vindo a mudar progressivamente, no sentido de incorporar maior conteúdo tecnológico e no sentido do reforço da especialização intra-sectorial (Amaral, 2006). No presente trabalho, procura-se avaliar a evolução recente em matéria de especialização intra-industrial, comparando com três países em desenvolvimento (Brasil, China e Angola).

A escolha daqueles três países explica-se por duas razões: são economias em rápido desenvolvimento, onde a especialização tradicionalmente assenta relativamente mais em vantagens comparativas do que na diferenciação de produtos; e são países com um peso crescente nas trocas com Portugal. Angola foi, em 2008, o 4º mercado para as exportações portuguesas (a seguir a Espanha, Alemanha e França), enquanto que Brasil e China são, respectivamente, os maiores fornecedores de Portugal fora da União Europeia (foram, em 2008, os 9º e 10º fornecedores, os maiores a seguir a oito países europeus).

A análise baseia-se no cálculo de Índices de Grubel&Lloyd (Grubel e Lloyd, 1975), para o período 1992-2007, tomando como nível de desagregação a SITC a 3 dígitos. Os dados utilizados, da *SITC Revision 3*, são disponibilizados pela Base de Dados COMTRADE, da Organização das Nações Unidas, e referem-se aos anos de 1992, 1997, 2002 e 2007, não considerando, por conseguinte, os efeitos da actual crise económica†.

O trabalho começa pela apresentação dos Índices de Grubel&Lloyd (IGL) e do CII *per capita*, do comércio total de Portugal e dos referidos países com o Mundo. Continua com o cálculo dos IGL para 13 sectores de actividade e do indicador relativo à diferença entre a distribuição sectorial das exportações de Portugal e dos 3 países, terminando com breves conclusões.

2. Comércio externo

A Tabela 1 mostra o peso de alguns parceiros nas relações comerciais (medidas pela somas das exportações, X, e das importações, M) de Portugal, Brasil, Angola e China. Estes dados permitem identificar duas diferenças nas características do comércio externo de Portugal face aos restantes três países. Em primeiro lugar, o peso do comércio de Portugal em 2007 com os países desenvolvidos apresentados no quadro (54,5%) é superior ao registado pelos outros três países (inferior a 40%). Em segundo, o maior parceiro comercial de Angola, Brasil e China é a maior economia do Mundo, os Estados Unidos, enquanto que Portugal tem as relações comerciais mais concentradas nos países desenvolvidos com quem partilha uma união económica e monetária (a UE representou, no período de Janeiro a Julho de 2009, 78% das importações e 75% das exportações de Portugal).

3. Comércio Intra-industrial

O nível e a evolução do padrão de especialização português podem ser aferidos pelos IGL, que representam o peso do comércio intra-industrial (CII) no comércio total. O aumento dos IGL no comércio bilateral entre dois países indicia uma maior semelhança na sua especialização externa. Os IGL são calculados pela seguinte fórmula:

$$IGLi = CII / (Xi + Mi) \times 100 = ((Xi + Mi) - |Xi - Mi|) / (Xi + Mi) \times 100(1)$$

sendo i o país, X as exportações e M as importações.

* As opiniões expressas no artigo são da exclusiva responsabilidade do autor.

† Os dados relativos a Angola são calculados com base nas estatísticas dos seus parceiros comerciais.

Tabela 1 – Peso de alguns parceiros no comércio total (X + M) de Portugal, Angola, Brasil e China - 2007

	Portugal	Angola	Brasil	China
Alemanha	12,7%	1,2%	7,2%	5,3%
Espanha	28,4%	1,6%	2,1%	1,3%
Estados Unidos	2,8%	24,2%	18,4%	18,6%
França	9,8%	5,3%	3,2%	2,4%
Japão	0,8%	0,7%	3,6%	10,9%
Soma	54,5%	33,0%	34,5%	38,5%

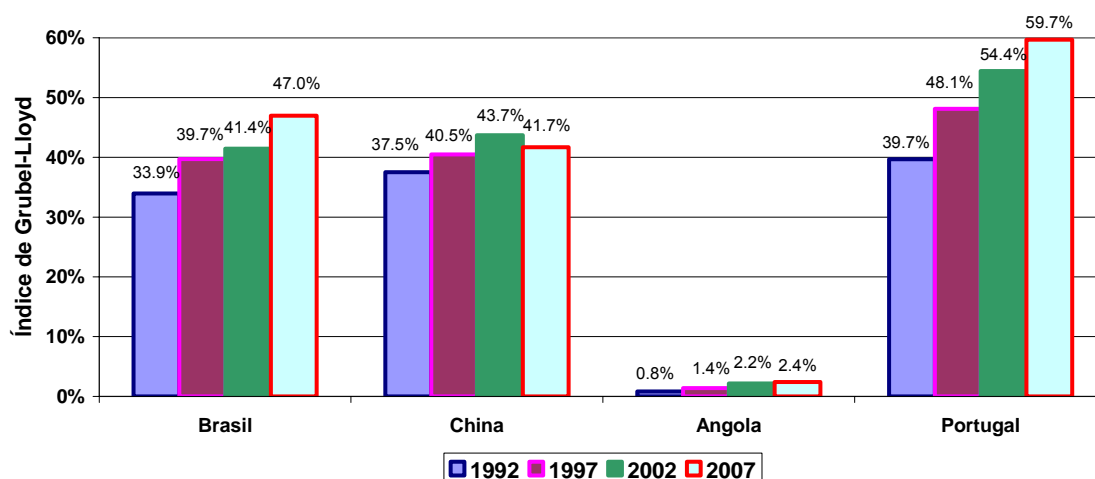
Fonte: GEE, cálculos próprios com base nos dados Comtrade

Nota: $\text{Peso} = (X_i + M_i) / (X_{\text{total}} + M_{\text{total}}) \times 100$. $i = \text{país}$

No Gráfico 1 apresentam-se os IGL calculados para os 4 países em análise, na sua relação com o resto do mundo. De acordo com estes dados, os quatro países considerados apresentam um diferente nível de comércio intra-industrial com a totalidade dos seus parceiros comerciais. Portugal é o país onde a estrutura das exportações por grupo de produtos apresenta maiores semelhanças com a das importações, sendo o valor do IGL, em 2007, o mais alto (59,7%). Brasil e China apresentam valores de IGL inferiores (47% e 41,7%, respectivamente, em 2007), enquanto que Angola regista um baixo nível de comércio intra-industrial, explicado fundamentalmente pelo peso do petróleo nas exportações deste país (o sector representa 93% do total das exportações em 2007).

Gráfico 1 - Evolução dos ÍGL do comércio com o Mundo

Fonte: GEE, cálculos próprios com base nos dados Comtrade



Nota: $\text{IGLi} = \text{CII} / (X_i + M_i) \times 100 = ((X_i + M_i) - |X_i - M_i|) / (X_i + M_i) \times 100$, $i = \text{produto}$

A evolução ao longo do período considerado caracterizou-se por um crescimento do comércio intra-industrial realizado pelos quatro países considerados. Os valores dos IGL apresentados reflectem, no entanto, realidades diferentes. Portugal, Brasil e China apresentam valores acima de 30%, em 1992, e acima de 40%, em 2007. Mas em Angola o peso do CII no comércio total é muito baixo ao longo de todo o período (atinge o máximo de 2,4% em 2007), o que significa que a dependência das exportações de petróleo pouco se atenuou.

Para além disso, a evolução dos IGL em Portugal, Brasil e China também difere no que se refere à variação verificada no período em análise. Em 1992, os níveis de CII (em percentagem do comércio total)

daqueles três países eram semelhantes, mas a evolução até 2007 mostra que Portugal e Brasil apresentam um crescimento contínuo, reforçando o padrão de exportações baseado na diferenciação de produtos, enquanto que o IGL da China diminuiu entre 2002 e 2007, mantendo a sua especialização intersectorial alicerçada em vantagens comparativas tradicionais.

Por último, até 2007 verificou-se uma distanciação de Portugal, onde os IGL aumentaram em 20 pontos percentuais (p.p.), de 40% para 60%, uma variação superior à verificada nos outros dois países (13 p.p. e 4 p.p., respectivamente no Brasil e China) que indicia um ritmo diferente de evolução da estrutura de exportações.

Os dados apresentados na tabela 2 apresentam o Comércio Intra Industrial *per capita* para os quatro países e também confirmam aquela ideia, pois os valores relativos a Portugal foram os que cresceram mais, em termos absolutos, no período em questão. O maior crescimento do CII *per capita* de Portugal mantém-se mesmo considerando as diferenças registadas no crescimento da população.

Tabela 2 - Comércio Intra Industrial *per capita*

USD	1992	1997	2002	2007
Brasil	128,2	281,4	249,4	696,0
China	53,1	106,7	211,1	681,8
Angola	4,2	7,0	18,9	80,2
Portugal	1951,5	2758,7	3462,9	7298,4

Fonte: GEE, cálculos próprios com base nos dados Comtrade

Nota: CII *per capita* = $((X_i + M_i) - |X_i - M_i|) / \text{População total}$. i = produto a 3 dígitos

Na Tabela 3 apresentam-se os IGL referentes ao comércio bilateral de Portugal com os restantes 3 países em análise e também com alguns dos seus parceiros tradicionais, designadamente a Alemanha, a Espanha, os EUA, a França e a Itália. De acordo com estes dados, os valores de CII bilateral de Portugal com os 3 países emergentes são relativamente baixos, muito inferiores aos verificados com os países desenvolvidos considerados. No entanto, e apesar do pequeno crescimento dos IGL nas relações comerciais da China com o Mundo, foi nas relações com este país que os valores mais cresceram no período em questão.

A tabela mostra ainda que os valores de IGL bilateral de Portugal com os países da União Europeia - que pertencem ao espaço económico em que o nosso país está inserido e onde aspectos como a proximidade geográfica e o investimento directo estrangeiro têm maior influência - são significativamente maiores do que os verificados com os Estados Unidos. Os dados apontam, pois, para um padrão de especialização mais apoiado em vantagens comparativas tradicionais no comércio com o EUA e um padrão de especialização mais apoiado na diferenciação de produtos nas trocas com a União Europeia.

Tabela 3 – IGLbilaterais de Portugal com:

	1992	1997	2002	2007
Brasil	6,8%	12,8%	9,4%	7,0%
China	1,8%	4,9%	13,8%	11,6%
Angola	0,4%	1,7%	0,5%	0,2%
Alemanha	30,6%	42,1%	49,7%	47,2%
Espanha	46,6%	47,4%	52,4%	55,5%
Estados Unidos	15,5%	20,2%	21,9%	15,4%
França	36,4%	41,6%	44,6%	52,9%
Itália	22,5%	35,3%	35,0%	35,1%

Fonte: GEE, cálculos próprios com base nos dados Comtrade

Nota: IGLi = $CII / (X_i + M_i) \times 100 = ((X_i + M_i) - |X_i - M_i|) / (X_i + M_i) \times 100$. i = produto a 3 dígitos

4. Análise sectorial

A comparação da distribuição sectorial das exportações de Portugal com os três países emergentes nos anos em análise permite verificar se existe uma aproximação nas estruturas de especialização externa. A diferença entre a distribuição sectorial das exportações resulta do somatório dos módulos da diferença entre o peso das exportações do sector i nas exportações totais (X) do país p (Portugal) e do país k (Angola, Brasil ou China) considerado:

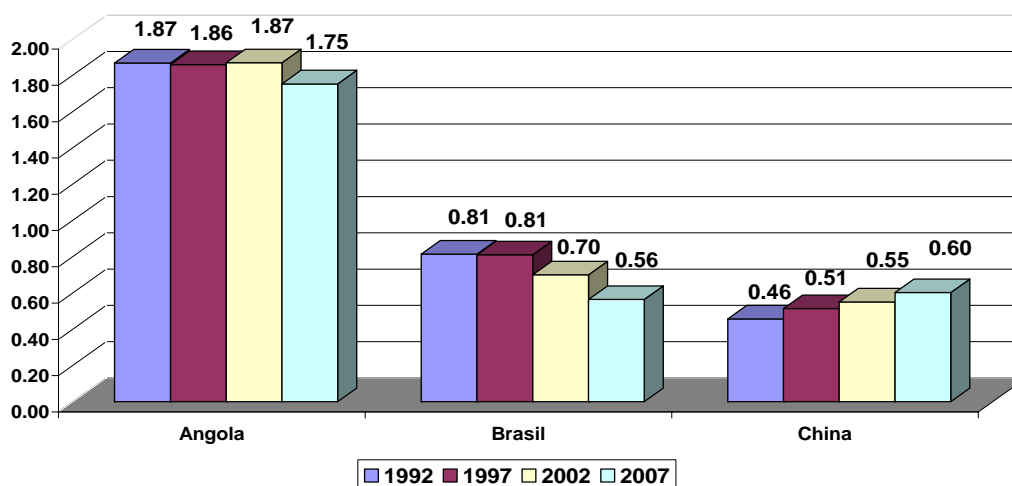
$$\text{Dist } X = \sum_{i=1}^n |X_{ip} - X_{ik}| \quad (2)$$

O indicador pode variar entre 0, quando a estrutura de exportações de dois países é exactamente igual, e 2, quando é totalmente diferente. Os valores apresentados no Gráfico 2 mostram que no período 1992-2007 se assistiu a uma aproximação da estrutura de exportações de Portugal e do Brasil, os dois países que apresentam um maior crescimento dos seus IGL no comércio com o Mundo (gráfico 1), e um afastamento entre Portugal e a China. Esta informação não permite inferir sobre a intensidade da concorrência directa entre os produtos exportados pelos três países já que não são comparados os mercados das empresas de cada sector. Note-se, no entanto, que a diferença entre a estrutura das exportações de Portugal face a ambos os países é significativa ao longo de todo o período, rondando os 0,6 em 2007. A estrutura de especialização de Angola é muito diferente da de Portugal, devido ao peso das exportações de petróleo, registando números próximos do máximo valor que este indicador pode apresentar.

Considerando agora os sectores individualmente, a tabela 4 apresenta os Índices de Grubel&Lloyd (IGL) calculados para as relações comerciais com o Mundo nos treze sectores considerados pelas notas técnicas do “Trade Performance Index” (WTO / UNCTAD, 2007 – sectores analisados a 3 dígitos). Da sua leitura destaca-se que os IGL sectoriais de Portugal diferenciam-se dos restantes países pois são os únicos que apresentam uma tendência claramente crescente ao longo do período (em todos os sectores excepto em Minerais) e são os que apresentam valores médios mais altos em 2002 e 2007, superiores a 65%. Os sectores em Portugal que apresentam valores de IGL inferiores a 50% são os “Minerais” e “Alimentos Frescos”. Em todo o período considerado, os valores dos IGL de 2007 são os mais altos em 85% (11 em 13) dos sectores considerados.

Gráfico 2 - Distância das estruturas de exportação face a Portugal

Fonte: GEE, cálculos próprios com base nos dados Comtrade



Nota: $\text{Dist } X = \sum_{i=1}^n |X_{ip} - X_{ik}|$

No Brasil, a evolução dos valores dos IGL é diferenciada, pois seis sectores registam uma tendência decrescente entre 2002 e 2007 enquanto que outros seis apresentam um crescimento nos valores dos índices, com impacto positivo no IGL total. O sector de Computadores e comunicações é o único em que o sentido da evolução não é evidente. Na China, à semelhança do que acontece com o IGL total, assiste-se a uma tendência de redução em 77% (10 em 13) dos IGL sectoriais no período mais recente. Os que apresentam crescimento são produtos químicos, máquinas não eléctricas e alimentos processados. No total, oito sectores apresenta o IGL mais baixo em 2007. Finalmente, os valores médios dos IGL de Angola são muito inferiores ao dos restantes países, reflectindo a sua estrutura de exportações extremamente concentrada.

5. Conclusão

Ao longo do período que medeia entre 1992 e 2007:

- Em termos globais, o comércio externo de Portugal registou uma aproximação mais rápida à estrutura do comércio mundial do que os 3 países emergentes considerados. O IGL de Portugal é o mais alto e foi o que aumentou mais no período em causa (20 pontos percentuais, de 40% para 60%), tendo-se distanciado dos IGL de Brasil, China e Angola (cresceram 13, 4 e 1,6 p. p., respectivamente). Os dados a nível de indústria mostram que Portugal foi o único país que apresentou crescimento do peso do comércio intra-industrial em quase todos sectores.
- A especialização intra-sectorial portuguesa reforçou-se com alguns países da UE mas manteve-se a predominância de comércio baseado em vantagens comparativas tradicionais com os EUA.
- Apesar da crescente abertura da China aos mercados internacionais, a especialização inter-sectorial do seu comércio externo manteve-se ao longo do período. Curiosamente, este foi o país, entre os três considerados, em que os IGL bilaterais com Portugal mais cresceram.
- O IGL do Brasil cresceu continuamente ao longo do período, tendo sido o único país cuja estrutura de exportações apresentou uma tendência de aproximação à de Portugal. Apesar disso, os valores dos IGL bilaterais entre os dois países não confirmam esta aproximação e a distância entre as estruturas de exportação continua significativa.
- Angola não evidenciou, ao longo do período, alterações significativas na sua especialização, que se mantém fortemente dependente das exportações de petróleo.

Referências

- Amaral, João Ferreira do (2006), “Evolução do Comércio Externo Português de Exportação (1995 -2004)”, GEE Papers nº 1, Fevereiro (<http://www.gee.min-economia.pt/RePEc/WorkingPapers/jfa.pdf>)
- Grubel, Herbert and Peter Lloyd (1975), “Intra-Industry Trade: The Theory and Measurement of International Trade in Differentiated Products”, London, The Macmillian Press
- WTO / UNCTAD (2007), “The Trade Performance Index – Technical Notes”, International Trade Center, Geneva, May

Tabela 4 - IGL sectoriais com o Mundo

Sector	Angola				Brasil				China				Portugal			
	1992	1997	2002	2007	1992	1997	2002	2007	1992	1997	2002	2007	1992	1997	2002	2007
Alimentos Frescos	28,5%	63,8%	62,9%	13,7%	48,1%	60,3%	33,8%	23,1%	76,5%	88,8%	97,2%	63,0%	23,8%	26,6%	29,6%	31,7%
Alimentos processados	0,1%	1,4%	1,4%	0,2%	38,0%	59,7%	35,1%	31,3%	52,1%	75,1%	60,4%	76,1%	74,1%	75,5%	74,3%	86,3%
Minerais	0,8%	1,4%	1,9%	2,2%	70,4%	62,8%	95,2%	94,1%	99,8%	74,8%	54,0%	24,1%	54,5%	47,7%	31,9%	45,6%
Madeira e papel	1,8%	5,3%	4,9%	1,7%	28,3%	58,9%	29,3%	32,0%	72,6%	90,0%	99,5%	68,3%	71,9%	73,3%	78,2%	87,8%
Têxteis	26,4%	57,9%	59,2%	12,9%	40,6%	92,0%	98,0%	79,3%	93,7%	94,0%	77,7%	45,8%	85,0%	92,3%	94,5%	98,5%
Vestuário	14,4%	17,3%	15,6%	0,3%	20,7%	63,7%	78,2%	62,8%	5,1%	6,8%	6,4%	3,4%	33,7%	40,9%	58,0%	76,0%
Produtos de pele	0,0%	0,1%	0,3%	0,1%	17,8%	31,8%	16,4%	22,2%	42,5%	34,8%	30,4%	25,7%	56,0%	59,0%	69,7%	81,7%
Metal e Transf. Básica	3,3%	3,8%	2,0%	0,9%	28,2%	69,3%	53,0%	65,6%	86,6%	86,8%	96,0%	70,0%	76,9%	74,5%	75,2%	84,3%
Maquinas não-eléctricas	7,8%	21,4%	21,2%	4,6%	97,0%	59,7%	70,2%	88,9%	31,9%	46,5%	60,1%	97,4%	38,8%	43,7%	59,2%	72,1%
Computadores e comunicações	0,2%	0,0%	0,4%	0,0%	66,4%	30,6%	79,7%	69,9%	96,2%	69,6%	62,8%	41,3%	47,3%	61,2%	67,3%	68,3%
Componentes electrónicos	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	71,2%	33,2%	43,3%	62,0%	80,3%	93,4%	73,1%	76,2%	87,5%	92,8%	94,3%	94,3%
Equipamento de transporte	26,4%	57,9%	59,2%	12,9%	56,9%	90,7%	65,3%	70,9%	50,1%	94,4%	93,8%	78,7%	44,2%	86,1%	84,0%	83,6%
Químicos	0,1%	0,7%	1,0%	2,0%	74,6%	50,6%	55,1%	63,7%	51,8%	64,9%	54,3%	70,9%	45,0%	50,0%	51,0%	61,2%

Nota: Valores mais baixos a encarnado e valores mais altos a azul.

Fonte: Cálculos GEE com base na COMTRADE

Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia

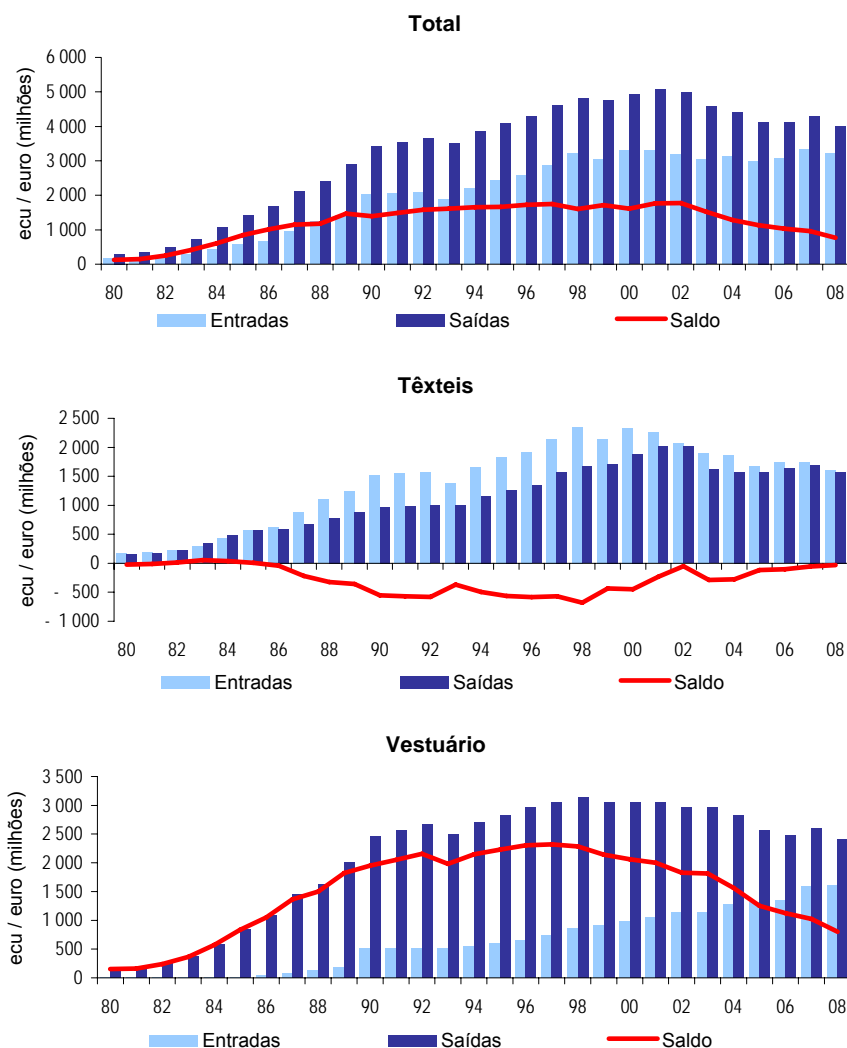
Principais competidores

Walter Anatole Marques¹¹

Balança comercial portuguesa do Sector Têxtil

A balança comercial dos têxteis e vestuário é tradicionalmente favorável a Portugal, tendo o seu saldo atingido o valor máximo em 2002, quando rondou 1,8 mil milhões de euros, saldo que se encontra em declínio deste então, até se situar em 773 milhões de euros em 2008 (Figura 1).

Figura 1 - Balança Comercial portuguesa do Sector Têxtil 1980-2008



Nota: Valores em Ecu até 1998 e Euro nos anos seguintes.
Fonte: GEE a partir das últimas versões de dados de base do INE; 1980 a 2003 - declarados; 2004 a 2008 - estimados (incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio Intra).

¹¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

A balança dos produtos Têxteis, em cujas 'Importações'¹² se incluem as matérias-primas e bens intermédios utilizados na indústria do sector, é habitualmente deficitária. Por sua vez, o Vestuário contribui decisivamente para a balança positiva do conjunto dos Têxteis e Vestuário, apesar de um aumento sustentado das entradas de Vestuário a partir de meados dos anos 90.

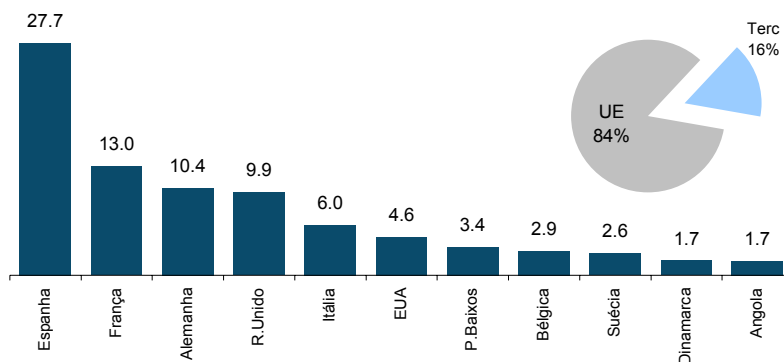
Após ter atingido cerca de 1/3 das 'Exportações'¹³ totais em 1987, o peso do sector no comércio global tem vindo a decrescer, situando-se em 10,5% em 2008. A parte do vestuário no sector, que em 1990 se aproximava dos 73%, tem vindo a descer tendencialmente, situando-se em 60,5% em 2008.

1. União Europeia, principal destino dos Têxteis e Vestuário portugueses

A União Europeia é o principal destino dos Têxteis e Vestuário portugueses, tendo absorvido 84% das saídas em 2008 (Figura 2).

No âmbito da UE, os principais mercados foram a Espanha (27,7%), seguida da França (13,0%), Alemanha (10,4%) e Reino Unido (9,9%). Entre os Países Terceiros, destaque para os EUA (4,6%), e Angola (1,7%).

Figura 2 - Principais mercados de destino em 2008 dos Têxteis e Vestuário portugueses (%)



Fonte. GEE, a partir de dados de base declarados do INE.

Será oportuno analisar o comportamento das expedições portuguesas para os seus principais mercados de destino no espaço comunitário, face à concorrência dos principais fornecedores, em particular a China, no momento em que este país, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), após ter ultrapassado os EUA e mais recentemente a Alemanha, parece querer consolidar a sua posição como maior exportador mundial de mercadorias.

Ao entrar na OMC, em Dezembro de 2001, a China passou a beneficiar do regime contratual em vigor. Para além dos instrumentos de defesa comercial (*anti-dumping*, anti-subsunções e salvaguardas), a UE pôde recorrer no sector têxtil até 2008, no caso da China, a outros instrumentos específicos e de transição estabelecidos aquando da adesão àquela Organização. Mas com a liberalização total a partir de 1 de Janeiro de 2005 as exportações de têxteis e de vestuário chineses para a UE aumentaram substancialmente, o que motivou uma ronda de negociações (Acordos de Xangai e Pequim).

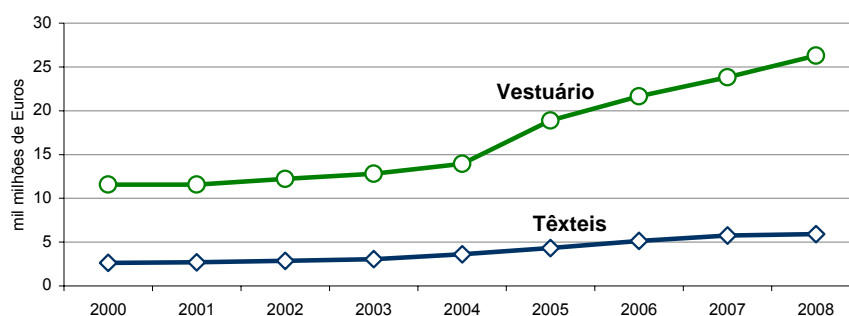
Na Figura 3 pode observar-se a evolução das entradas de Têxteis e de Vestuário na UE com origem na China (incluindo Macau e Hong-Kong), entre 2000 e 2008.

¹² 'Importações' (também designadas por Entradas) aqui entendidas como o somatório das Chegadas provenientes dos países da UE com as Importações com origem nos Países Terceiros.

¹³ 'Exportações' (também designadas por Saídas) aqui entendidas como o somatório das Expedições para os países comunitários com as Exportações para os Países Terceiros.

Figura 3 – Evolução das entradas de Têxteis e de Vestuário na UE (2000-2008)
Origem China ^[1]

Valor (mil milhões de Euros)



Peso no total (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Vestuário	14.3	13.7	14.3	14.9	15.5	20.0	21.2	22.0	23.9
Têxteis	3.9	4.0	4.4	4.9	5.7	7.5	8.5	8.7	9.7

[1] Inclui aqui as regiões administrativas especiais de Macau e Hong-Kong.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat, 2000 a 2006 - Annual data, Supplement 2/2008; 2007 e 2008 - Monthly data, 7/2009.

2. Quotas de mercado dos 20 principais países fornecedores de Têxteis e Vestuário dos 4 principais mercados de Portugal na União Europeia

Neste capítulo vão-se analisar, para o conjunto dos Têxteis e Vestuário e para cada uma das suas componentes, as quotas de mercado dos principais países fornecedores de Têxteis e Vestuário a Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, entre 2000 e 2008 e de Janeiro a Maio de 2008 e 2009.

3.1 - Espanha

Quadro 1 – Têxteis e Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de Espanha										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai
											08	09	
% do Total	84.8	86.0	87.3	88.5	89.1	90.5	90.6	92.1	93.2	92.5	93.7		
China	7.9	8.1	8.9	9.8	11.4	15.4	15.9	17.6	19.3	16.8	19.4	1	1
Itália	18.0	17.9	16.4	16.2	16.0	14.7	14.2	13.5	12.3	12.8	11.6	2	2
França	10.6	10.4	10.3	10.1	9.9	9.9	9.3	9.6	9.3	8.8	7.8	3	3
Marrocos	3.6	5.5	5.8	6.6	6.3	6.0	6.8	7.6	7.5	7.9	7.6	4	4
Turquia	2.4	2.5	3.1	4.1	5.4	5.9	6.6	7.7	7.2	7.3	7.3	5	5
Alemanha	8.6	8.4	7.9	7.8	7.8	7.3	7.1	6.8	6.9	8.5	5.9	6	7
PORTUGAL	8.3	8.5	8.9	9.6	8.4	8.1	7.3	7.1	6.8	6.6	7.7	7	8
Índia	3.0	3.0	3.5	3.4	3.3	4.3	4.2	3.9	4.0	4.5	5.5	8	6
Bélgica	4.8	4.7	4.9	4.8	4.4	4.4	4.3	4.2	4.0	3.8	3.8	9	9
Bangladesh	1.2	1.3	1.7	2.1	2.7	2.7	3.1	2.8	3.3	3.1	4.4	10	10
Países Baixos	3.1	3.1	2.9	2.9	2.4	2.3	2.3	2.1	2.4	2.4	2.5	11	11
Reino Unido	4.3	3.7	3.2	3.0	2.6	2.2	1.9	1.8	2.1	1.8	1.5	12	13
Paquistão	1.5	1.6	1.7	1.9	2.1	1.9	2.0	2.0	1.9	2.1	2.1	13	12
Vietname	0.8	0.9	0.8	0.5	0.7	0.7	0.8	0.9	1.3	1.0	1.6	14	15
Dinamarca	0.8	0.7	2.0	0.9	0.9	0.9	1.0	1.0	0.9	1.1	0.9	15	14
Tailândia	1.1	0.9	1.0	0.9	0.8	0.6	0.6	0.5	0.9	0.4	0.9	16	16
Camboja	0.1	0.1	0.2	0.2	0.3	0.3	0.6	0.6	0.8	0.8	0.7	17	18
Tunísia	0.5	0.5	0.6	0.6	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8	1.0	0.9	18	17
Indonésia	1.9	1.8	1.5	1.2	1.4	0.9	0.9	0.8	0.8	0.8	0.9	19	19
Coreia do Sul	2.5	2.3	2.0	1.8	1.5	1.1	1.0	0.9	0.6	0.8	0.5	20	20

Por memória:

TVH	-	7.5	5.7	6.1	6.8	10.0	12.4	4.6	-1.4	-	-9.9
-----	---	-----	-----	-----	-----	------	------	-----	------	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Portugal ocupou a 7ª posição entre os principais fornecedores do conjunto dos **Têxteis e Vestuário** a Espanha em 2008 e a 8ª no período de Janeiro a Maio de 2009, com uma quota respectivamente de 6,8% e 7,7%. A primeira posição foi ocupada pela China (19,3% em 2008 e 19,4% em Janeiro a Maio de 2009), seguida da Itália (12,3% e 11,6%), França (9,3% e 7,8%), Marrocos (7,5% e 7,6%) e Turquia (7,2% e 7,3%). No período de Janeiro a Maio de 2009, face a igual período de 2008, Portugal ganhou quota neste principal mercado de destino dos Têxteis e Vestuário portugueses (+1,1 p.p.), face a quebras da Itália (-1,2 p.p.), da França (-1,0 p.p.) e da Alemanha (-2,6 p.p.) (Quadro 1).

A taxa de crescimento das entradas do conjunto dos Têxteis e do Vestuário em Espanha em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009 foi negativa, respectivamente -1,4% e -9,9%.

Na componente **Têxteis**, Portugal ocupou o 5º lugar entre os principais fornecedores de Espanha nos dois períodos, com 6,9% do total em 2008 e 7,9% nos cinco primeiros meses de 2009. A primeira posição foi ocupada pela Itália (17,8% e 17,5%, respectivamente), seguida da China (12,0% e 12,5%), Alemanha (10,2% e 9,5%), e França (9,6% e 8,6%) (Quadro 2).

A taxa média de crescimento anual das entradas de Têxteis em Espanha em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009 foi negativa, respectivamente -12,6% e -24,9%.

Quadro 2 – Têxteis

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de Espanha											Ranking	
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	88.4	88.6	88.9	90.1	90.5	91.0	91.7	91.8	91.7	91.5	91.3		
Itália	20.5	20.7	20.4	20.9	20.5	19.7	20.5	19.0	17.8	16.7	17.5	1	1
China	3.8	3.9	4.3	5.1	6.5	8.2	9.9	11.1	12.0	11.7	12.5	2	3
Alemanha	12.1	11.7	11.9	12.0	11.7	10.9	10.4	9.8	10.2	10.4	9.5	3	2
França	11.5	11.5	11.7	11.6	11.0	11.0	10.0	9.5	9.6	10.5	8.6	4	4
PORTUGAL	5.7	5.8	6.1	6.7	6.4	7.0	6.3	6.3	6.9	6.0	7.9	5	5
Turquia	2.7	3.3	3.4	4.0	5.0	5.2	5.8	6.2	5.9	5.9	5.4	6	7
Índia	3.7	4.1	4.5	4.3	4.5	5.1	5.7	5.8	5.3	5.8	5.0	7	6
Paquistão	2.4	2.6	2.9	3.5	3.9	3.6	3.8	4.4	4.5	4.6	5.0	8	9
Bélgica	4.9	4.8	4.4	4.4	4.4	4.2	4.0	3.8	3.5	3.4	3.5	9	8
Países Baixos	3.4	3.2	3.2	3.1	2.9	2.9	2.8	2.7	2.8	2.7	2.9	10	11
Reino Unido	4.2	3.8	4.0	3.9	3.4	3.2	2.9	2.6	2.4	2.4	2.3	11	10
Coreia do Sul	3.6	3.7	3.4	3.1	2.7	2.6	2.3	2.4	2.2	2.3	2.0	12	12
Marrocos	0.6	1.2	1.1	0.8	1.1	0.9	0.9	1.5	2.1	2.3	2.2	13	13
Áustria	1.1	1.1	1.0	1.1	1.3	1.3	1.2	1.3	1.5	1.5	1.3	14	14
Indonésia	2.2	2.3	2.2	1.7	1.7	1.6	1.4	1.4	1.3	1.5	1.4	15	15
EUA	2.3	1.8	1.5	1.4	1.1	1.2	1.2	1.2	1.2	1.1	1.2	16	16
Taiwan	1.6	1.4	1.3	1.1	1.0	1.2	1.1	1.0	1.0	1.0	1.0	17	17
Japão	1.5	1.0	1.1	0.8	0.7	0.7	0.6	0.6	0.6	0.6	0.7	18	18
Bangladesh	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	0.5	0.6	0.6	0.5	0.7	19	19
Polónia	0.3	0.4	0.4	0.4	0.5	0.4	0.4	0.5	0.5	0.5	0.6	20	20

Por memória:

TVH	-	0.4	-1.0	-1.0	-1.4	-0.7	4.4	-1.7	-12.6	-	-24.9
-----	---	-----	------	------	------	------	-----	------	-------	---	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n.º 8/2009.

Na componente **Vestuário**, Portugal ocupou o 6º lugar entre os principais fornecedores de Espanha em 2008 e o 5º nos primeiros cinco meses de 2009, respectivamente com 6,8% do total e 7,7%. A primeira posição foi ocupada pela China (22,0% e 21,7%), seguida da Itália (10,3% e 9,7%), Marrocos (9,5% e 9,3%), França (9,2% e 7,5%), e Turquia (7,7% e 8,0%) (Quadro 3).

Após uma taxa de crescimento positiva em 2008 (+3,5%), a taxa de variação homóloga das entradas de Vestuário em Espanha nos cinco primeiros meses de 2009 foi negativa (-3,6%).

Quadro 3– Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de Espanha										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	85.8	86.9	88.6	89.1	89.7	92.0	91.4	93.7	95.5	94.9	96.4		
China	12.1	12.0	12.7	13.2	14.5	19.3	18.8	20.4	22.0	18.9	21.7	1	1
Itália	15.5	15.2	13.2	12.9	13.1	12.0	11.1	11.1	10.3	11.2	9.7	2	2
Marrocos	6.8	9.5	9.6	10.7	9.7	8.8	9.6	10.3	9.5	10.3	9.3	3	4
França	9.6	9.3	9.2	8.9	9.2	9.4	8.9	9.6	9.2	8.1	7.5	4	3
Turquia	2.1	1.9	2.9	4.1	5.6	6.3	7.0	8.3	7.7	7.9	8.0	5	6
PORTUGAL	11.1	11.1	11.1	11.6	9.7	8.6	7.8	7.5	6.8	6.8	7.7	6	5
Alemanha	4.9	5.3	4.7	4.9	5.4	5.4	5.6	5.5	5.6	7.7	4.7	7	8
Bangladesh	2.2	2.4	2.8	3.5	4.4	4.0	4.4	3.7	4.3	4.2	5.6	8	7
Bélgica	4.7	4.7	5.3	5.1	4.4	4.5	4.4	4.4	4.1	3.9	3.9	9	9
Índia	2.2	1.9	2.7	2.7	2.6	3.9	3.4	3.0	3.5	4.0	5.7	10	11
Países Baixos	2.8	3.0	2.7	2.8	2.1	2.0	2.0	1.8	2.3	2.3	2.4	11	12
Reino Unido	4.4	3.7	2.6	2.4	2.1	1.7	1.5	1.5	2.0	1.6	1.2	12	13
Vietname	1.4	1.6	1.4	0.8	1.0	0.9	1.0	1.1	1.6	1.3	1.9	13	10
Dinamarca	1.1	1.0	3.3	1.3	1.2	1.2	1.4	1.3	1.2	1.4	1.1	14	14
Camboja	0.2	0.2	0.3	0.3	0.4	0.5	0.8	0.9	1.1	1.1	0.9	15	16
Tailândia	1.5	1.1	1.3	1.1	0.9	0.6	0.6	0.5	1.1	0.4	1.1	16	17
Tunísia	1.0	0.9	1.0	1.0	1.3	1.2	1.1	1.0	1.0	1.3	1.1	17	15
Paquistão	0.6	0.7	0.7	0.8	1.0	1.0	1.1	1.0	1.0	1.1	1.2	18	21
Egipto	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1	0.3	0.6	0.6	0.9	19	18
Indonésia	1.5	1.3	1.0	0.9	1.2	0.5	0.7	0.6	0.6	0.6	0.7	20	22

Por memória:

TVH	-	14.8	11.9	11.9	12.6	16.7	16.7	7.6	3.5	-	-3.6
-----	---	------	------	------	------	------	------	-----	-----	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

3.2 – França

Quadro 4 – Têxteis e Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de França										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	83.4	84.3	85.1	86.4	87.5	89.2	89.0	89.9	91.1	90.8	92.0		
Bélgica	13.6	13.5	13.8	14.0	14.5	14.8	15.0	15.5	15.5	15.1	15.4	1	1
China	5.0	5.5	6.1	6.1	7.0	11.1	11.8	13.6	15.0	12.5	15.9	2	2
Itália	13.8	13.4	13.1	13.7	13.2	12.8	12.2	11.9	12.1	12.3	11.2	3	3
Alemanha	9.3	9.1	8.9	9.0	9.2	8.8	9.0	9.1	9.6	10.0	9.6	4	4
Espanha	4.8	4.6	4.8	4.9	4.9	4.6	4.6	4.4	5.0	4.9	5.3	5	5
Tunísia	5.1	5.9	6.2	5.9	5.6	5.1	4.9	4.9	4.8	5.3	4.7	6	7
Países Baixos	3.8	4.1	3.8	4.2	4.2	4.2	4.2	4.1	4.1	4.1	4.1	7	8
Índia	2.7	2.8	2.9	2.8	2.9	3.3	3.7	3.7	3.6	4.2	4.6	8	6
Marrocos	5.3	5.6	5.3	4.9	4.7	4.1	3.9	3.8	3.6	3.9	3.6	9	9
Turquia	3.3	3.6	4.1	4.2	4.1	4.2	3.9	3.8	3.5	3.7	3.3	10	10
Reino Unido	4.0	3.5	2.9	3.0	3.0	2.8	2.6	2.5	2.7	2.7	2.6	11	11
Bangladesh	1.8	1.8	1.8	1.8	2.2	2.1	2.5	2.5	2.7	2.4	3.1	12	13
PORTUGAL	3.6	3.4	3.3	3.3	3.0	2.6	2.4	2.4	2.4	2.6	2.4	13	12
Roménia	1.4	1.8	2.1	2.2	2.4	2.2	2.1	1.7	1.4	1.4	1.3	14	15
Suíça	0.9	1.0	1.0	1.3	1.4	1.2	1.1	1.3	1.3	1.2	1.2	15	14
Áustria	1.4	1.3	1.3	1.4	1.4	1.3	1.2	1.1	1.2	1.3	1.2	16	16
Paquistão	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1	1.0	0.9	1.0	0.9	0.8	0.9	17	18
Polónia	0.9	1.0	1.1	1.1	1.0	1.1	1.0	1.0	0.8	1.0	0.7	18	17
Tailândia	0.8	0.6	0.6	0.6	0.8	0.9	1.0	0.9	0.6	0.7	0.5	19	19
Bulgária	0.6	0.8	0.9	0.9	1.0	0.9	0.9	0.6	0.6	0.6	0.5	20	20

Por memória:

TVH	-	2.3	-2.5	0.1	1.0	2.7	3.3	0.5	3.1	-	-7.1
-----	---	-----	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Portugal ocupou a 13ª posição entre os principais fornecedores do conjunto dos **Têxteis e Vestuário** a França em 2008 e a 12ª no período de Janeiro a Maio de 2009, com uma quota 2,4% nos dois períodos (Quadro 4). A primeira posição foi ocupada pela Bélgica (15,5% em 2008 e 15,4% em Janeiro a Maio de 2009), seguida da China (15,0% e 15,9%), Itália (12,1% e 11,2%), e Alemanha (9,6% nos dois períodos).

Após uma taxa de crescimento positiva em 2008 (+3,1%), a taxa de variação homóloga das entradas do conjunto dos Têxteis e do Vestuário em França nos cinco primeiros meses de 2009 foi negativa (-7,1%).

Na componente **Têxteis**, Portugal ocupou o 9º lugar entre os principais fornecedores de França em 2008, e o 8º nos cinco primeiros meses de 2009, respectivamente com 3,0% e 3,2% do total (Quadro 5). A primeira posição foi ocupada pela Itália (16,8% e 15,9%, respectivamente), seguida da Bélgica (15,8% e 15,9%), Alemanha (14,1% e 13,3%), e China (7,7% e 9,1%).

As taxas de crescimentos das entradas de Têxteis em França em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009 foram negativas, respectivamente -4,1% e -19,3%.

Quadro 5 – Têxteis

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de França											Ranking	
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	88.6	88.3	88.1	88.1	89.2	90.1	90.2	91.0	91.6	91.6	92.0		
Itália	19.4	19.8	19.0	19.2	18.8	18.0	17.7	17.0	16.8	17.1	15.9	1	1
Bélgica	15.4	14.9	14.9	14.9	16.0	15.5	15.5	15.7	15.8	15.7	15.9	2	3
Alemanha	13.7	13.6	13.2	12.9	13.0	12.8	13.2	13.6	14.1	14.1	13.3	3	2
China	2.8	2.9	3.2	3.4	4.1	6.4	7.5	7.4	7.7	7.6	9.1	4	4
Espanha	7.0	7.1	7.6	7.3	7.5	7.3	7.3	6.9	6.6	6.8	6.6	5	5
Países Baixos	4.1	4.1	4.0	4.2	4.5	4.5	4.3	4.3	4.6	4.4	4.8	6	7
Turquia	3.1	3.4	3.7	3.9	3.7	3.7	3.7	3.9	3.6	3.6	3.6	7	6
Reino Unido	5.2	4.8	4.2	4.1	3.8	3.7	3.4	3.1	3.3	3.5	3.3	8	9
PORTUGAL	2.4	2.3	2.6	2.9	2.7	2.7	2.7	2.7	3.0	3.0	3.2	9	8
Índia	2.1	2.0	2.0	2.0	2.3	2.6	2.4	2.7	2.5	2.3	2.7	10	11
Tunísia	0.9	1.4	1.6	1.4	1.4	1.4	1.6	2.1	2.2	2.2	2.5	11	10
Paquistão	1.5	1.5	1.7	1.7	1.8	1.7	1.6	1.7	1.7	1.5	1.7	12	12
Japão	1.7	1.7	1.5	1.2	1.1	1.2	1.2	1.4	1.6	1.4	1.8	13	13
Áustria	2.0	1.8	1.9	1.9	2.2	1.7	1.6	1.7	1.6	1.6	1.7	14	14
Polónia	0.6	0.8	1.0	1.2	1.3	1.6	1.6	1.7	1.5	1.7	1.4	15	15
Suíça	1.9	1.9	1.5	1.7	1.5	1.4	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	16	16
Coreia do Sul	1.8	1.6	1.7	1.5	1.3	1.5	1.1	1.3	1.2	1.2	1.4	17	17
Rep Checa	0.4	0.6	0.7	0.7	0.6	0.6	0.8	0.7	0.9	1.1	0.6	18	18
Dinamarca	0.7	0.7	0.8	0.9	0.8	0.8	0.9	0.9	0.8	0.8	0.7	19	19
EUA	1.8	1.4	1.2	1.0	0.8	1.0	0.9	0.8	0.7	0.7	0.8	20	20

Por memória:

TVH	-	-3.7	-6.5	-3.9	-2.4	-2.5	1.2	-0.1	-4.1	-	-19.3
-----	---	------	------	------	------	------	-----	------	------	---	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Na componente **Vestuário**, Portugal ocupou o 13º lugar entre os principais fornecedores de França em 2008 e o 10º nos primeiros cinco meses de 2009, respectivamente com 2,2% do total e 2,1% (Quadro 6).

A primeira posição foi ocupada pela China (17,9% e 18,4%), seguida da Bélgica (15,3% e 15,1%), Itália (10,2% e 9,5%), e Alemanha (7,8% e 8,2%).

Após uma taxa de crescimento positiva em 2008 (+6,3%), a taxa de variação homóloga das entradas de Vestuário em França nos cinco primeiros meses de 2009 foi negativa (-1,4%).

Quadro 6 – Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores de França											Ranking	
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	84.4	85.7	86.9	87.9	88.3	90.7	90.2	91.3	92.7	92.4	93.5		
China	6.4	7.0	7.7	7.6	8.5	13.3	13.8	16.4	17.9	14.8	18.4	1	1
Bélgica	12.4	12.6	13.3	13.6	13.7	14.5	14.7	15.4	15.3	14.9	15.1	2	2
Itália	10.1	9.6	9.8	10.8	10.4	10.3	9.7	9.6	10.2	10.1	9.5	3	4
Alemanha	6.3	6.3	6.5	7.0	7.2	6.9	7.1	7.1	7.8	8.1	8.2	4	3
Tunísia	8.0	8.7	8.9	8.2	7.7	6.9	6.3	6.2	5.8	6.8	5.5	5	6
Marrocos	8.4	8.6	8.0	7.1	6.7	5.8	5.3	5.3	4.8	5.5	4.7	6	5
Espanha	3.4	3.1	3.3	3.7	3.6	3.4	3.4	3.2	4.3	4.0	4.8	7	8
Índia	3.2	3.3	3.3	3.2	3.1	3.7	4.3	4.1	4.0	5.1	5.4	8	7
Países Baixos	3.6	4.0	3.7	4.2	4.1	4.0	4.1	4.0	3.9	4.0	3.9	9	9
Bangladesh	2.9	2.8	2.8	2.7	3.2	3.1	3.6	3.5	3.6	3.3	4.2	10	11
Turquia	3.5	3.8	4.3	4.3	4.2	4.4	4.0	3.8	3.5	3.7	3.2	11	12
Reino Unido	3.2	2.7	2.1	2.4	2.6	2.4	2.3	2.3	2.4	2.4	2.3	12	13
PORTUGAL	4.4	4.0	3.7	3.5	3.1	2.6	2.3	2.3	2.2	2.5	2.1	13	10
Roménia	2.3	2.8	3.1	3.1	3.3	3.0	2.8	2.2	1.7	1.7	1.5	14	14
Suíça	0.3	0.4	0.7	1.0	1.4	1.1	1.1	1.3	1.3	1.1	1.1	15	16
Áustria	1.1	1.0	1.0	1.1	1.0	1.0	1.0	0.8	1.0	1.1	1.0	16	17
Maurícias	2.2	2.2	2.1	1.9	1.5	1.2	1.1	1.0	0.8	1.0	0.7	17	15
Tailândia	1.1	0.9	0.8	0.8	1.1	1.3	1.4	1.2	0.8	1.0	0.6	18	21
Bulgária	1.0	1.3	1.3	1.3	1.4	1.3	1.2	0.8	0.7	0.8	0.7	19	18
Vietname	0.6	0.6	0.6	0.4	0.4	0.5	0.7	0.7	0.6	0.6	0.6	20	22

Por memória:

TVH	-	6.2	0.0	2.3	2.8	5.3	4.3	0.7	6.3	-	-1.4
-----	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

3.3 – Alemanha

Quadro 7 – Têxteis e Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores da Alemanha											Ranking	
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	73.2	73.9	75.3	76.5	77.2	79.7	78.8	80.3	81.9	81.1	83.9		
China	7.1	7.0	7.8	8.8	10.2	15.2	15.6	18.1	20.9	17.9	20.2	1	1
Turquia	10.1	10.3	11.2	11.8	11.6	10.9	10.3	10.4	9.4	10.1	8.8	2	2
Itália	12.0	12.1	11.2	10.5	9.8	9.4	8.8	8.1	7.3	7.5	7.4	3	3
Países Baixos	6.0	5.9	6.0	5.8	5.5	5.8	5.9	6.1	6.0	6.0	6.4	4	4
Bangladesh	2.2	2.4	2.3	3.0	3.8	3.5	4.3	4.0	4.4	4.3	5.5	5	5
Bélgica	4.0	4.2	4.2	4.2	4.4	4.5	3.9	3.8	4.0	4.0	4.3	6	7
Polónia	4.1	4.3	3.9	3.5	3.2	2.8	2.8	2.9	3.6	3.6	4.5	7	8
Índia	2.5	2.6	2.4	2.6	2.7	2.9	3.4	3.4	3.5	4.1	4.3	8	6
França	3.9	3.9	4.0	3.7	3.4	3.3	2.9	3.0	2.9	3.1	3.0	9	9
Áustria	2.4	2.2	2.2	2.3	2.5	2.9	2.7	2.8	2.7	2.8	2.8	10	10
Roménia	3.0	3.4	3.5	3.4	3.5	3.2	3.0	2.4	2.4	2.4	2.3	11	11
Rep Checa	2.6	3.0	3.3	3.8	3.4	2.3	2.4	2.4	2.2	2.3	1.9	12	13
Reino Unido	2.6	2.1	2.5	2.2	2.3	2.3	2.1	2.1	2.1	2.0	2.1	13	12
Dinamarca	1.8	1.6	1.6	1.6	1.7	1.8	1.9	2.0	2.0	2.0	2.0	14	15
Suíça	2.1	2.0	2.0	2.1	2.1	2.0	1.8	2.1	1.9	2.0	1.6	15	14
Indonésia	1.7	1.6	1.5	1.6	1.6	1.5	1.6	1.4	1.6	1.5	1.5	16	16
Espanha	1.1	1.2	1.3	1.4	1.4	1.5	1.3	1.5	1.4	1.4	1.4	17	18
Paquistão	1.1	1.1	1.2	1.3	1.4	1.2	1.3	1.3	1.3	1.3	1.3	18	17
PORTUGAL	2.2	2.1	1.8	1.7	1.5	1.5	1.4	1.3	1.2	1.4	1.4	19	19
Bulgária	0.8	1.0	1.1	1.3	1.3	1.3	1.4	1.3	1.2	1.3	1.2	20	20

Por memória:

TVH	-	-1.5	-5.2	-2.3	-0.4	2.1	6.9	2.8	-0.7	-	0.7
-----	---	------	------	------	------	-----	-----	-----	------	---	-----

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Portugal ocupou o 19º lugar entre os principais fornecedores do conjunto dos **Têxteis e Vestuário** à Alemanha em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009, com uma quota de 1,2% em 2008 e de 1,4% nos cinco primeiros meses de 2009 (Quadro 7). A primeira posição foi ocupada pela China (20,9% em 2008 e 20,2% em Janeiro a Maio de 2009), seguida da Turquia (9,4% e 8,8%), e Itália (7,3% e 7,4%). De referir que no mercado alemão 3 Países do Alargamento detêm quotas superiores à de Portugal nos fornecimentos do conjunto dos Têxteis e Vestuário: Polónia (7ª posição no “ranking” em 2008), Roménia (11ª) e República Checa (12ª).

Após uma ligeira quebra da taxa de crescimento em 2008 (-0,7%), seguiu-se um acréscimo da mesma ordem de grandeza nos cinco primeiros meses de 2009 (+0,7%).

Na componente **Têxteis**, Portugal ocupou também o 19º lugar entre os principais fornecedores nos dois períodos, respectivamente com 1,4% e 1,5% do total (Quadro 8). A primeira posição foi ocupada pela Itália (12,3% e 12,9%, respectivamente em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009), seguida da China (10,0% e 10,1%), Bélgica (7,5% e 8,2%), e Países Baixos (7,4% e 8,0%).

As taxas de crescimento das entradas de Têxteis na Alemanha em 2008 e nos primeiros cinco meses de 2009 decresceram respectivamente -4,6% e -8,0%.

Quadro 8 – Têxteis

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores da Alemanha										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	84.1	84.2	83.7	83.9	84.6	85.9	85.4	86.3	86.1	86.0	87.2		
Itália	17.3	17.4	16.3	15.8	15.4	15.1	14.8	13.6	12.3	12.2	12.9	1	1
China	4.5	4.3	4.2	4.7	5.8	7.5	8.4	9.2	10.0	9.5	10.1	2	3
Bélgica	7.5	7.4	7.5	7.2	7.2	7.3	7.3	7.0	7.5	7.7	8.2	3	2
Países Baixos	6.7	6.9	6.8	6.7	6.7	6.9	7.0	7.2	7.4	7.3	8.0	4	4
Turquia	4.4	5.0	5.3	5.9	6.3	6.4	6.3	6.1	5.9	5.8	5.4	5	5
Áustria	4.4	4.0	4.1	4.1	4.2	4.7	4.6	4.5	4.5	4.6	5.1	6	7
Rep Checa	4.1	5.0	5.3	5.7	4.6	4.0	4.3	4.5	4.5	4.7	4.6	7	6
França	6.5	6.4	6.5	6.2	5.5	5.7	4.7	4.5	4.3	4.4	4.4	8	9
Suíça	4.4	4.3	4.4	4.4	4.3	4.0	3.9	4.1	4.0	4.1	3.4	9	8
Polónia	2.8	3.1	3.3	3.2	3.3	3.0	3.4	3.8	4.0	4.0	4.6	10	11
Índia	3.2	3.2	2.7	2.9	3.4	3.3	3.5	3.9	3.7	3.5	4.0	11	10
Luxemburgo	1.0	0.8	1.0	1.8	2.8	2.9	2.8	3.3	3.6	3.6	2.6	12	12
Reino Unido	3.6	3.2	3.3	3.0	2.9	2.9	2.6	2.7	2.8	2.8	2.7	13	13
Espanha	2.5	2.5	2.7	2.7	2.6	2.9	2.4	2.5	2.2	2.3	2.2	14	14
Paquistão	1.5	1.4	1.5	1.8	1.9	1.7	1.8	1.9	2.0	2.0	2.1	15	15
Dinamarca	1.7	1.6	1.6	1.6	1.7	1.6	1.5	1.5	1.7	1.7	1.8	16	16
EUA	2.7	2.5	2.3	2.1	1.8	1.8	2.0	1.9	1.7	1.7	1.5	17	17
Japão	1.9	1.8	1.7	1.4	1.2	1.2	1.3	1.4	1.4	1.5	1.2	18	18
PORTUGAL	2.0	1.9	1.9	1.8	1.8	1.7	1.5	1.5	1.4	1.4	1.5	19	19
Coreia do Sul	1.4	1.5	1.4	1.2	1.3	1.3	1.2	1.3	1.2	1.2	1.1	20	20

Por memória:

TVH	-	-1.8	-8.0	-2.3	0.3	1.3	5.8	3.4	-4.6	-	-8.0
-----	---	------	------	------	-----	-----	-----	-----	------	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Na componente **Vestuário**, Portugal ocupou o 19º lugar entre os principais fornecedores da Alemanha em 2008 e o 18º nos primeiros cinco meses de 2009, respectivamente com 1,2% e 1,3% do total (Quadro 9). A primeira posição foi ocupada pela China (26,3% e 25,0%), seguida da Turquia (11,2% e 10,5%), e Bangladesh (6,5% e 7,9%).

As taxas de crescimento das entradas de Vestuário na Alemanha em 2008 e nos primeiros cinco meses de 2009 aumentaram respectivamente +1,3% e +5,5%.

Quadro 9 – Vestuário

Origem	Quotas de mercado dos principais fornecedores da Alemanha										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	72.8	73.4	74.5	74.6	75.2	80.0	79.3	81.6	84.4	83.7	86.0		
China	8.6	8.6	9.8	10.9	12.5	19.3	19.4	22.9	26.3	22.5	25.0	1	1
Turquia	13.3	13.2	14.4	15.0	14.5	13.2	12.4	12.7	11.2	12.5	10.5	2	2
Bangladesh	3.4	3.7	3.5	4.6	5.7	5.2	6.4	6.0	6.5	6.6	7.9	3	4
Países Baixos	5.5	5.4	5.6	5.3	4.9	5.3	5.4	5.6	5.3	5.4	5.6	4	3
Itália	9.0	9.1	8.5	7.6	6.7	6.4	5.6	5.1	4.9	4.8	4.7	5	6
Polónia	4.8	4.9	4.2	3.7	3.1	2.7	2.4	2.4	3.4	3.4	4.5	6	5
Índia	2.1	2.2	2.3	2.4	2.3	2.7	3.3	3.2	3.3	4.4	4.5	7	8
Roménia	4.4	4.9	5.0	4.8	5.0	4.6	4.1	3.2	3.0	3.2	2.8	8	7
Bélgica	2.0	2.3	2.5	2.6	2.9	3.0	2.2	2.1	2.3	2.0	2.4	9	9
França	2.5	2.4	2.7	2.3	2.2	2.1	1.9	2.3	2.2	2.4	2.3	10	11
Dinamarca	1.8	1.6	1.5	1.6	1.7	1.9	2.2	2.2	2.1	2.2	2.1	11	12
Indonésia	2.4	2.2	2.0	2.1	2.2	2.1	2.1	1.9	2.0	2.0	1.9	12	13
Reino Unido	2.0	1.5	2.1	1.7	1.9	1.9	1.8	1.8	1.8	1.6	1.9	13	10
Áustria	1.3	1.3	1.2	1.3	1.5	1.9	1.7	1.9	1.8	1.8	1.7	14	14
Bulgária	1.1	1.5	1.5	1.8	1.9	1.9	2.0	1.8	1.7	1.8	1.7	15	16
Vietname	1.5	1.4	1.3	1.0	1.1	1.1	1.4	1.6	1.6	1.5	1.5	16	17
Tunísia	2.1	2.1	2.0	1.8	1.6	1.3	1.3	1.4	1.5	1.6	1.3	17	15
Macedónia	0.8	0.8	0.7	0.9	1.0	1.1	1.2	1.3	1.3	1.4	1.2	18	21
PORTUGAL	2.3	2.2	1.8	1.6	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2	1.4	1.3	19	18
Hungria	1.9	2.0	1.7	1.4	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.2	20	22

Por memória:

TVH	-	-1.3	-3.7	-2.4	-0.7	2.6	7.4	2.5	1.3	-	5.5
-----	---	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	---	-----

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

3.4 – Reino Unido

Quadro 10 – Têxteis e Vestuário

Origem	Quota de mercado dos principais fornecedores do Reino Unido										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	77.2	78.2	79.8	81.3	82.3	84.6	85.2	86.5	87.6	87.0	88.2		
China	9.7	10.7	11.6	12.5	13.5	19.1	19.5	21.5	27.4	22.5	28.2	1	1
Turquia	6.2	7.6	9.1	9.7	9.9	10.3	9.9	10.5	8.8	9.8	7.6	2	2
Índia	4.1	4.4	4.2	4.2	4.5	5.4	5.5	6.1	6.3	7.3	7.4	3	3
Itália	6.7	6.8	7.1	6.9	6.8	6.6	6.2	6.3	6.1	6.3	4.9	4	4
Bélgica	6.7	6.7	6.7	6.4	6.4	6.0	6.2	5.7	5.2	5.3	4.8	5	5
Bangladesh	2.6	3.1	3.0	3.6	4.2	3.8	4.6	4.4	4.9	4.8	5.9	6	7
Alemanha	6.4	5.2	5.3	5.3	5.2	5.0	4.8	4.7	4.6	5.0	4.5	7	8
Países Baixos	3.3	3.1	3.2	3.2	3.4	3.4	3.3	3.1	3.2	3.4	3.3	8	6
França	4.6	4.1	4.2	4.7	4.7	4.1	3.9	3.5	3.1	3.3	3.7	9	9
Sri Lanka	2.5	2.3	2.3	2.2	2.4	2.3	2.6	2.5	3.0	3.1	3.7	10	10
Paquistão	2.0	2.2	2.6	2.6	2.8	2.1	2.2	2.2	2.3	2.4	2.5	11	11
PORTUGAL	3.0	2.9	3.1	3.2	2.8	2.4	2.1	1.9	1.6	1.9	1.4	12	13
Espanha	1.2	1.1	1.3	1.6	1.5	1.6	1.6	1.6	1.6	1.7	1.6	13	12
Marrocos	2.7	2.7	2.7	2.5	2.5	2.0	1.7	1.7	1.6	1.8	1.3	14	15
Roménia	1.8	2.3	2.7	3.0	3.0	2.7	2.6	3.1	1.5	1.8	1.3	15	14
Indonésia	3.1	3.1	2.5	2.1	1.9	1.6	1.7	1.5	1.4	1.3	1.5	16	16
EUA	2.8	2.5	1.9	1.8	1.5	1.5	1.5	1.4	1.4	1.4	1.5	17	18
Hong-Kong	5.1	4.4	4.0	3.9	3.5	2.9	3.4	2.5	1.3	1.7	0.8	18	17
Vietname	0.4	0.5	0.5	0.4	0.5	0.6	1.0	1.1	1.3	1.0	1.1	19	19
Irlanda	2.5	2.4	1.9	1.7	1.3	1.0	1.0	1.0	1.1	1.1	1.1	20	20

Por memória:

TVH	-	1.6	3.5	-7.1	5.0	1.1	5.4	1.2	-10.3	-	-6.7
-----	---	-----	-----	------	-----	-----	-----	-----	-------	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Portugal ocupou o 12º lugar entre os principais fornecedores do conjunto dos **Têxteis e Vestuário** ao Reino Unido em 2008 e no 13º no período de Janeiro a Maio de 2009, com uma quota respectivamente de 1,6% e 1,4% (Quadro 10). A primeira posição foi ocupada pela China (27,4% em 2008 e 28,2% nos primeiros cinco meses de 2009), seguida da Turquia (8,8% e 7,6%), e Índia (6,3% e 7,4%).

As taxas de crescimento das entradas de Têxteis e Vestuário no Reino Unido em 2008 e nos primeiros cinco meses de 2009 decresceram respectivamente -10,3% e -6,7%.

Na componente **Têxteis**, Portugal ocupou o 11º lugar entre os principais fornecedores em 2008, e o 10º nos cinco primeiros meses de 2009, respectivamente com 2,2% e 1,8% do total (Quadro 11). A primeira posição foi ocupada pela China (13,7% e 15,7%, respectivamente em 2008 e no período de Janeiro a Maio de 2009), seguida da Bélgica (12,9% e 11,9%), Alemanha (8,8% e 8,6%), e Itália (8,5% e 7,7%).

As taxas de crescimento das entradas de Têxteis no Reino Unido em 2008 e nos primeiros cinco meses de 2009 decresceram respectivamente -14,6% e -20,1%.

Quadro 11 – Têxteis

Origem	Quota de mercado dos principais fornecedores do Reino Unido										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai
											08	09	08
% do Total	84.7	84.9	86.0	86.9	87.1	87.6	87.9	88.0	88.3	88.1	88.2		
China	5.4	5.6	6.9	8.1	9.4	11.1	12.2	12.4	13.7	12.8	15.7	1	1
Bélgica	12.0	12.6	13.1	13.6	14.7	13.9	14.4	14.4	12.9	13.4	11.9	2	3
Alemanha	9.0	8.5	8.7	8.7	8.7	8.8	8.6	8.7	8.8	9.0	8.6	3	2
Itália	9.6	10.0	10.1	9.8	9.1	9.4	9.0	8.7	8.5	8.9	7.7	4	4
Índia	5.3	6.0	5.4	5.4	5.9	5.9	6.1	6.5	6.9	6.4	6.5	5	5
Países Baixos	5.0	4.6	5.1	5.6	6.0	6.7	6.4	6.3	6.4	6.5	6.9	6	7
Turquia	5.0	5.4	5.2	5.1	5.4	5.6	5.7	5.7	5.4	5.6	5.0	7	6
Paquistão	3.6	4.1	5.0	4.9	5.3	4.1	4.3	4.5	4.6	4.4	5.1	8	9
França	6.4	5.6	5.9	5.7	5.1	4.6	4.0	3.7	3.7	3.7	3.5	9	8
EUA	5.5	5.1	4.1	4.1	3.4	3.8	3.5	3.2	3.3	3.0	3.5	10	11
PORTUGAL	2.9	2.9	2.9	2.9	2.6	2.5	2.2	2.4	2.2	2.3	1.8	11	10
Irlanda	3.9	3.9	3.2	2.9	2.2	1.5	1.4	1.7	2.1	2.1	2.1	12	12
Espanha	2.5	2.4	2.7	2.8	2.5	2.3	2.4	2.3	2.0	2.2	1.8	13	13
Dinamarca	0.9	1.0	1.0	1.2	1.3	1.5	1.5	1.5	1.5	1.6	1.5	14	14
Bangladesh	0.6	0.7	0.8	0.6	1.1	1.1	1.4	1.4	1.5	1.4	1.6	15	15
Coreia do Sul	2.4	2.4	2.3	2.0	1.6	1.6	1.5	1.6	1.4	1.4	1.2	16	16
Taiwan	1.9	1.7	1.5	1.3	1.1	1.2	1.2	0.9	1.1	1.1	1.1	17	17
Israel	1.1	0.9	0.8	0.7	0.7	0.8	0.7	0.8	0.9	0.9	1.1	18	18
Japão	1.3	1.0	1.0	0.9	0.7	0.8	0.8	0.7	0.8	0.7	0.8	19	19
Rep Checa	0.4	0.4	0.5	0.5	0.4	0.5	0.5	0.6	0.7	0.7	0.7	20	20

Por memória:

TVH	-	-3.6	-3.0	-11.5	2.9	-7.5	3.3	0.6	-14.6	-	-20.1
-----	---	------	------	-------	-----	------	-----	-----	-------	---	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

Na componente **Vestuário**, Portugal ocupou o 18º lugar entre os principais fornecedores do Reino Unido em 2008 e o 21º nos primeiros cinco meses de 2009, respectivamente com 1,4% e 1,2% do total (Quadro 12). A primeira posição foi ocupada pela China (32,4% nos dois períodos) seguida da Turquia (10,0% e 8,5%), Índia (6,1% e 7,8%) e Bangladesh (6,1% e 7,3%).

As taxas de crescimento das entradas de Vestuário no Reino Unido em 2008 e nos primeiros cinco meses de 2009 decresceram respectivamente -8,6% e -1,2%.

Quadro 12 – Vestuário

Origem	Quota de mercado dos principais fornecedores do Reino Unido										Ranking		
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	Jan-Mai		08	J-Mai 09
										08	09		
% do Total	76.5	77.5	79.8	81.8	83.1	86.0	86.6	88.4	89.9	89.2	90.4		
China	12.3	13.5	13.9	14.5	15.3	22.3	22.4	25.0	32.4	26.6	32.4	1	1
Turquia	6.9	8.8	11.0	11.8	12.0	12.2	11.5	12.4	10.0	11.6	8.5	2	2
Índia	3.4	3.5	3.6	3.6	3.8	5.2	5.3	5.9	6.1	7.7	7.8	3	4
Bangladesh	3.8	4.5	4.1	5.0	5.6	4.9	5.9	5.6	6.1	6.2	7.3	4	3
Itália	4.9	5.0	5.6	5.5	5.7	5.4	5.1	5.3	5.1	5.1	4.0	5	6
Sri Lanka	4.0	3.5	3.3	3.2	3.5	3.2	3.5	3.4	4.0	4.3	4.8	6	5
Alemanha	4.8	3.4	3.6	3.7	3.6	3.5	3.3	3.2	3.1	3.3	3.2	7	8
França	3.5	3.3	3.4	4.2	4.5	3.9	3.9	3.4	3.0	3.1	3.7	8	7
Bélgica	3.5	3.4	3.4	3.1	2.7	2.9	3.0	2.4	2.4	2.0	2.4	9	9
Marrocos	4.3	4.2	4.0	3.6	3.6	2.8	2.3	2.4	2.1	2.5	1.7	10	11
Países Baixos	2.3	2.2	2.2	2.0	2.2	2.1	2.0	1.9	2.1	2.1	2.1	11	12
Roménia	2.8	3.4	4.0	4.3	4.3	3.7	3.5	4.2	2.0	2.4	1.7	12	13
Hong-Kong	7.9	6.6	5.8	5.5	4.9	4.0	4.7	3.4	1.7	2.2	1.0	13	10
Indonésia	3.9	3.9	3.0	2.6	2.3	2.0	2.2	1.8	1.6	1.6	1.8	14	14
Vietname	0.7	0.8	0.6	0.5	0.6	0.8	1.2	1.3	1.5	1.3	1.3	15	16
Espanha	0.4	0.4	0.6	1.0	1.1	1.3	1.3	1.3	1.5	1.5	1.6	16	17
Paquistão	1.0	1.1	1.4	1.6	1.7	1.3	1.4	1.4	1.5	1.6	1.6	17	15
PORTUGAL	3.0	2.9	3.1	3.3	2.9	2.4	2.0	1.7	1.4	1.7	1.2	18	21
Maurícias	1.7	1.4	1.3	1.3	1.2	1.0	1.2	1.2	1.1	1.2	1.2	19	18
Tailândia	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5	1.3	1.2	1.0	1.1	1.1	1.1	20	22

Por memória:

TVH	-	4.8	7.2	-4.9	5.9	5.0	6.2	1.4	-8.6	-	-1.2
-----	---	-----	-----	------	-----	-----	-----	-----	------	---	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2000-2007 - Annual data, supplement 2/2008; 2008 - Monthly data nº 8/2009.

3. Quota e estrutura dos principais produtos fornecidos por Portugal e pela China à UE-26¹⁴ em 2004 e 2008

De acordo com os dados estatísticos do Eurostat disponíveis, a quota de Portugal nas entradas de **Têxteis** na UE desceu de 1,9%, em 2004, para 1,8%, em 2008, a par de uma subida da quota da China¹⁵ de 5,7% para 9,7%.

A quota do principal produto português de “exportação” para a UE, as “Roupas de cama, mesa, toucador e cozinha” (26% dos fornecimentos de Têxteis em 2008), desceu de 8,6% para 6,2% entre 2004 e 2008, ao mesmo tempo que a quota da China subia, no mesmo período, de 7,1% para 13,2%.

A China detém elevadas quotas noutros produtos têxteis, como “Cobertores” (50,4% em 2008), “Encerados, toldos e tendas” (43,3%), “Cortinados” (29,7%), “Tecidos de seda” (29,1%), “Artefactos para garnição de interiores” (27,4%), “Artefactos confeccionados, como esfregões, panos de cozinha, artefactos de limpeza e moldes para vestuário” (27,4%), “Tecidos de fibras sintéticas” (22,1%), “Lã” (13,9%), “Sacos para embalagem” (13,8%), e “Tecidos de algodão-até 200g/m²” (10,3%).

No Quadro 13 encontram-se relacionados os produtos NC-4 que representaram cerca de 73% dos fornecimentos de Têxteis portugueses à UE em 2008.

¹⁴ Conjunto dos países da UE excluindo Portugal, para serem comparáveis as quotas de Portugal e da China.

¹⁵ Os dados relativos à China não incluem aqui as regiões administrativas especiais de Hong-Kong e Macau, que representaram em 2008 apenas 1,0% do conjunto dos Têxteis e 3,8% do Vestuário.

Quadro 13 – Têxteis

(ordenado pela estrutura do total das entradas na UE-26)

NC-4	Descritivo dos Têxteis	Quota na UE (%)				Estrutura por origem (%)					
		Portugal		China		Intra+Extra		Portugal		China	
		2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
	Total	1.9	1.8	5.7	9.7	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
6302	Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha	8.6	6.2	7.1	13.2	6.4	7.4	29.2	26.0	8.0	10.0
5402	Fios filament sint não acondic p/ retalho (excl p/costurar)	0.4	0.3	1.2	6.6	7.0	6.5	1.3	1.3	1.4	4.4
5603	Falsos tecidos, mesmo impregnados/revestidos/etc.	0.3	0.2	0.6	1.9	4.7	5.7	0.7	0.6	0.5	1.1
5407	Tecidos de fios de filamentos sintéticos	0.5	0.6	14.7	9.6	5.5	4.6	1.5	1.6	14.1	4.5
5703	Tapetes e outros revest. têxteis p/ pavimentos, tufados	0.7	0.7	2.1	3.6	3.8	4.0	1.5	1.6	1.4	1.5
6307	Outros artefactos confeccionados, incluindo moldes	2.0	0.9	18.8	27.4	2.8	3.8	2.9	2.0	9.1	10.8
5208	Tecidos c/ 85% ou mais de algodão, até 200g/m2	2.5	2.2	5.3	10.3	4.4	3.7	5.8	4.5	4.1	3.9
5903	Tecidos impregnados/revestidos/estratificados/etc	1.9	2.1	1.5	5.4	3.1	2.9	3.2	3.4	0.8	1.6
5503	Fibras sintéticas/penteadas/transformadas p/fiação	0.5	0.8	3.6	3.2	2.6	2.9	0.7	1.3	1.7	1.0
5209	Tecidos <= 85% de algodão, com mais de 200g/m2	1.1	0.8	1.6	5.0	3.0	2.1	1.8	1.0	0.9	1.1
5911	Produtos e artefactos têxteis para usos técnicos	0.8	1.2	0.5	1.4	1.6	1.9	0.6	1.2	0.1	0.3
6303	Cortinados, cortinas, reposteiros e estores; sanefas	0.6	0.8	15.7	29.7	1.6	1.9	0.5	0.8	4.4	5.8
5205	Fios >=85% de algodão, não acondic p/venda a retalho	1.1	1.5	0.7	6.1	2.4	1.8	1.5	1.5	0.3	1.2
6006	Outros tecidos de malha	1.0	1.7	2.5	9.5	1.4	1.7	0.8	1.6	0.6	1.6
5702	Tapetes/outro revest têxteis p/pavimentos, excl tufados	3.0	1.7	3.3	4.7	1.4	1.6	2.2	1.6	0.8	0.8
5509	Fios fibras sintét. (excl p/costurar), não acondic p/retalho	2.9	3.0	0.8	1.6	2.0	1.6	3.0	2.7	0.3	0.3
5902	Telas para pneus c/fios de nylon/poliésteres/etc.	2.3	2.2	0.2	1.8	1.2	1.6	1.5	1.9	0.0	0.3
6306	Encerados/toldos/tendas/velas; artigos campismo	0.2	0.1	39.1	43.3	1.1	1.5	0.1	0.1	7.7	6.7
5112	Tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados	3.0	2.0	1.7	3.0	1.7	1.4	2.6	1.6	0.5	0.4
6305	Sacos para embalagem	0.9	0.4	7.2	13.8	0.9	1.4	0.4	0.3	1.1	2.0
6304	Outros artefactos para guarnição de interiores	5.7	4.1	24.4	27.4	1.2	1.4	3.6	3.2	5.1	3.9
5515	Outros tecidos de fibras sintéticas descontinuas	8.5	5.5	1.7	22.1	1.5	1.3	6.9	4.0	0.4	2.9
5601	Pastas/fibras têxteis comp < 5mm, nós e borbotos	0.5	0.4	1.4	2.1	1.0	1.3	0.3	0.3	0.3	0.3
6004	Tecidos malha larg >30cm c/5% ou mais de elastómeros	0.5	0.5	1.2	8.1	1.0	1.2	0.3	0.4	0.2	1.0
5101	Lã não cardada nem penteada	0.3	0.4	1.4	1.1	1.5	1.1	0.3	0.2	0.4	0.1
5806	Fitas de fios ou fibras paralelizadas e colados	0.5	0.7	4.7	8.0	1.1	1.1	0.3	0.5	0.9	0.9
5105	Lã, pêlos finos/grosseiros, cardados/penteados	0.4	0.2	2.8	13.9	1.2	1.1	0.3	0.1	0.6	1.5
5107	Fios de lã penteada, não acondicionados para retalho	5.4	3.6	7.4	8.4	1.1	1.1	3.0	2.1	1.4	0.9
5801	Veludos, pelúcias e tecidos de froco	1.7	4.3	14.6	9.8	1.3	1.0	1.2	2.5	3.3	1.0
5512	Tecidos >= 85% de fibras sintéticas descontinuas	0.5	0.5	1.6	6.5	0.9	0.9	0.2	0.3	0.3	0.6
5007	Tecidos de seda ou de desperdícios de seda	0.1	0.1	21.3	29.1	0.7	0.9	0.0	0.0	2.6	2.6
6005	Tecidos malha-urdidura (incl fabric. teares p/galões)	1.7	2.2	3.1	7.5	0.8	0.8	0.7	1.0	0.4	0.6
6301	Cobertores e mantas	2.9	2.7	39.2	50.4	0.6	0.8	0.9	1.2	4.2	4.0
5516	Tecidos de fibras artificiais descontinuas	0.8	0.4	10.6	14.6	1.1	0.7	0.5	0.2	2.0	1.1
5111	Tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados	0.8	0.7	0.9	1.7	0.9	0.7	0.4	0.3	0.1	0.1
Representatividade do conjunto de produtos:						74.7	75.4	80.8	72.9	80.0	80.8

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2004 - Annual data, Supplement 2/2008; 2008 - Monthly data nº 8/2009.

Na área do **Vestuário** a perda de quota de Portugal entre os dois anos foi bastante mais acentuada, de 2,6%, em 2004 para 1,8%, em 2008, com a quota da China a subir mais de 10 pontos percentuais, de 13,0% para 23,3%.

A quota do principal produto português de “exportação” para a UE, as “*T-shirts* e camisolas interiores de malha” (23,1% do total do Vestuário exportado com este destino em 2008), desceu de 5,8% para 3,7% entre 2004 e 2008, ao mesmo tempo que a quota da China subia de 6,7% para 11,4%. No segundo produto, “Camisolas, pull-overs e cardigans de malha” (10,2% em 2008), a descida da quota do produto português foi de 2,6% para 1,4%, enquanto a da China subia de 11,0% para 26,8%. Seguem-se os “Fatos, casacos, calças e calções de tecido para homem”, que viram a quota de Portugal descer de 2,3% para 1,5%, ao mesmo tempo que a da China subia de 7,9% para 17,8%.

A China detém elevadas quotas na generalidade dos produtos do Vestuário adquiridos pela UE-26 em 2008. Com quotas superiores a 40%, referem-se o “Vestuário de malha para bebés”, o “Vestuário de feltro e falsos tecidos”, o “Vestuário de tecido para bebés”, os “Casacos e anoraques para senhora”, e os “Sobretudos, anoraques e blusões de tecido para homem”. Com quotas entre 30% e 40%, os “Acessórios e partes de vestuário de malha”, os “Fatos de treino, esqui, calções e fatos de banho em malha”, as “Luvas de malha”, as “Combinações, cuecas, roupões e roupa de noite para senhora, em tecido”, as “Cuecas, pijamas e roupões de malha para homem”, e as “Combinações, cuecas, roupões e roupa de noite para senhora, de malha”.

No Quadro 14 encontram-se relacionados os produtos NC-4 que representaram 95,2% dos fornecimentos portugueses de Vestuário à UE em 2008.

Quadro 14 – Vestuário
(ordenado pela estrutura do total das entradas na UE-26)

NC-4	Descritivo do Vestuário	Quota na UE (%)				Estrutura por origem (%)					
		Portugal		China		Intra+Extra		Portugal		China	
		2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
	Total	2.6	1.8	13.0	23.3	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
6204	Fatos/conj/casacos/vestidos/saias/calças, de tecido, p/S	1.1	1.0	14.0	22.8	16.7	15.0	6.9	8.2	18.0	14.6
6110	Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes, de malha	2.6	1.4	11.0	26.8	12.9	13.0	12.7	10.2	10.9	14.9
6203	Fatos/conj/casacos/calças/calções, de tecido, p/H	2.3	1.5	7.9	17.8	12.3	11.8	10.9	10.0	7.5	9.0
6109	T-shirts e camisolas interiores, de malha	5.8	3.7	6.7	11.4	11.5	11.0	25.4	23.1	5.9	5.4
6202	Casacos comprid/anoraques/blusões, de tecido, p/S	0.5	0.6	39.9	42.8	3.9	4.2	0.7	1.4	12.0	7.8
6104	Fatos/conj/casacos/vestidos/saias/calças, de malha, p/S	3.1	2.2	16.7	21.0	2.9	3.8	3.4	4.7	3.8	3.4
6205	Camisas de tecido, p/H	3.3	2.3	11.0	19.0	3.8	3.6	4.8	4.6	3.2	3.0
6206	Camiseiros e blusas, de tecido, p/S	2.3	1.8	13.4	16.8	3.2	3.6	2.8	3.7	3.3	2.6
6115	Meias-calças/meias, incluindo para varizes, de malha	5.5	3.5	2.1	13.8	3.1	3.2	6.5	6.2	0.5	1.9
6201	Sobretudos/anoraques/blusões, de tecido, p/H	1.0	0.6	38.5	41.8	3.0	3.0	1.2	1.1	8.8	5.3
6108	Combinações/calcinhas/roupa noite/roupões, de malha, p/S	1.9	1.1	20.6	30.6	3.2	2.8	2.4	1.8	5.1	3.7
6212	Soutiens/cintas/suspensórios/ligas, mesmo de malha	1.4	1.2	18.6	26.0	2.8	2.5	1.5	1.8	4.0	2.8
6211	Fatos treino/esqui/biquínis/calções/slips banho, de tecido	1.5	2.2	25.7	27.9	2.6	2.3	1.5	2.8	5.2	2.7
6106	Camiseiros e blusas, de malha, p/S	4.1	2.6	8.7	10.1	1.5	2.0	2.4	2.9	1.0	0.9
6210	Vestuário de feltro/falsos tecidos/tecidos revestidos	1.3	0.4	34.8	46.2	1.7	2.0	0.8	0.5	4.5	4.0
6105	Camisas de malha, p/H	4.9	2.8	8.2	12.6	1.3	1.8	2.4	2.8	0.8	1.0
6111	Vestuário e seus acessórios para bebés, de malha	4.2	1.9	41.1	46.6	1.6	1.7	2.6	1.8	5.0	3.3
6107	Cuecas/ceroulas/pijamas/roupões, robes, de malha, p/H	2.9	1.8	21.2	30.8	1.5	1.4	1.6	1.4	2.4	1.8
6112	Fatos treino/esqui/biquínis/calções/slips banho, de malha	1.6	1.0	35.9	35.1	1.5	1.4	1.0	0.8	4.2	2.0
6114	Outro vestuário de malha	3.8	2.0	20.2	20.0	0.9	1.1	1.3	1.2	1.4	1.0
6103	Fatos/conj/casacos/calças/calções de malha, p/H	3.5	2.4	18.7	23.1	0.9	0.8	1.3	1.1	1.3	0.8
6209	Vestuário e seus acessórios, de tecido, para bebés	2.4	1.3	40.7	45.8	0.8	0.8	0.7	0.6	2.5	1.5
6102	Casacos compridos, anoraques, blusões, de malha, p/S	2.2	1.2	14.7	26.2	0.6	0.8	0.5	0.5	0.6	0.9
6116	Luvras e semelhantes, de malha	1.8	1.4	26.9	32.9	0.6	0.7	0.4	0.6	1.3	1.0
6214	Xailes/enços de pescoço/cachecóis/véus, de tecido	0.4	0.4	17.8	21.7	0.6	0.7	0.1	0.2	0.9	0.6
6208	Combinações/calcinhas/roupa noite/roupões, de tecido, p/S	1.9	2.2	27.7	32.9	0.7	0.6	0.5	0.7	1.5	0.8
6117	Outros acessórios e partes de vestuário, de malha	0.4	0.6	26.0	35.2	0.6	0.5	0.1	0.2	1.3	0.8
6217	Outros acessórios e partes de vestuário, de tecido	1.6	0.6	11.0	15.6	0.6	0.5	0.4	0.2	0.5	0.3
6101	Sobretudos, anoraques, blusões, de malha, p/H	2.1	1.8	12.0	24.7	0.3	0.4	0.3	0.4	0.3	0.4
	Representatividade do conjunto de produtos:					97.7	96.8	97.1	95.2	117.8	98.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2004 - Annual data, Supplement 2/2008; 2008 - Monthly data n° 8/2009.

A non parametric survival analysis of Business demography dynamics in Portugal¹

Alcina Nunes²

Elsa de Morais Sarmento³

1. Introduction

This article addresses the post-entry performance of Portuguese firms, using survival and hazard functions, along a period of eighteen years, from 1985 to 2007. The method follows the “Manual on Business Demography Statistics” (OECD/Eurostat, 2007), so as to assure international comparability with other datasets, such those from the Entrepreneurship Indicators Programme (OECD/Eurostat 2008 and 2009). In the exercise, we use a sub-set of the *Quadros de Pessoal* dataset (Employment Administrative Records by the Portuguese Ministry of Labour and Social Security), where only active employer enterprises are considered. The survival analysis is then disaggregated in different dimensions, namely sectors, regions and size class.

This article proceeds as follows. In Section 2, we present some basic concepts. In section 3, we briefly describe the Kaplan-Meier survival function and the Nelson-Aalen hazard rate that underlie our analysis. In Section 4, we perform a survival analysis for the economy as a whole. In Sections 5, 6 and 7 we break down the analysis by economic sectors, regions and start-up size classes, respectively. Section 8 concludes.

2. Basic Concepts

Following OECD/Eurostat (2007), three basic definitions will be used. First, we adopt the concept of “employer enterprises”, which consists of the population of active enterprises, with at least one paid employee. Hence, the analysis focuses on a specific subsample of the universe of Portuguese enterprises. Second, a “birth” amounts to the “creation of a combination of production factors with the restriction that no other enterprises are involved in the event”. This means that a birth occurs only when an enterprise starts activity. Births do not include entries into the population which result from break-ups, spit-offs, mergers, restructuring of enterprises or reactivations of units which are dormant within a period of two years. Our population consists of enterprises that have at least one paid employee in its birth year and also of enterprises that, despite existing before the year in consideration, were below the one employee threshold. An employer enterprise entry is thus counted in the dataset as a birth of an employer enterprise after it recruits its first employee, while complying with the above mentioned requisites. Third, an employee enterprise “death” occurs when an employer enterprise stops having employees. Deaths do not include exits from the population due to mergers, take-overs, break-ups or restructuring of a set of enterprises. Moreover, deaths do not include exits from a sub-population if it results from a change of activity. Therefore, a death can occur because the enterprise ceases to trade or because it shrinks below the one employee threshold. The manual recommends waiting for two years after the reference period to allow for reactivations, before deaths are calculated.

3. Survival and hazard functions

This section provides an analysis of new firm survival, which draws extensively on the survival analysis literature in industrial economics.

¹ This work reflects the opinions of the authors and not of the Ministry of Economics, Innovation and Development.

The authors would like to thank Gabinete de Estratégia e Planeamento of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security (in the person of Dr. Manuel João) for the provision of data and the helpful assistance.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação; Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação; Departamento de Economia e Gestão, DEGEI, Universidade de Aveiro, Portugal.

The survivor function reports the probability of a firm of surviving beyond time t (the moment of observation), that is the probability that there is no failure event (a “death”) prior to t . The function is equal to one at time $t=0$ and decreases towards zero as time (t) goes to infinity. Considering T a non-negative variable, denoting the time to a failure event (“death”), in this case given by the time taken by an enterprise to exit the market from the moment of entry. The survivor function is thus represented by:

$$S(t) = 1 - F(t) = \Pr(T > t)$$

With $F(t) = \Pr(T \leq t)$ being the cumulative distribution function.

The hazard function or the conditional failure rate is the instantaneous rate of failure. It is the (limiting) probability that the failure event (“death”) event occurs in a given interval, conditional upon the subject having survived to the beginning of that interval, divided by the width of the interval:

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{\Pr(t + \Delta t > T > t | T > t)}{\Delta t} = \frac{f(t)}{S(t)},$$

Where $f(t) = \frac{dF(t)}{dt} = \frac{d\{1 - S(t)\}}{dt} = -S'(t)$ is the density function.

The hazard rate measures the rate at which risk is accumulated and can vary from zero (no risk at all) to infinity.

The integral from 0 to t of the hazard rates is known as the cumulative hazard function ($H(t)$). It records the number of times failures were observed over a given time period.

In practice, to estimate the survivor function, $S(t)$, that is the probability of survival past time t or, equivalently, the probability of failure after t , the non-parametric Kaplan-Meier estimator was applied. For a dataset with observed failure times, t_1, \dots, t_k , where k is the number of distinct failure times observed in the data, the Kaplan-Meier estimate at any time t is given by:

$$\hat{S}(t) = \prod_{j|t_j \leq t} \left(\frac{n_j - d_j}{n_j} \right)$$

Where n_j is the number of enterprises at risk at time t_j and d_j is the number of failures at time t_j . The product is done for all the failure periods, departing from time t .

The most common estimator for the cumulative hazard rate is the non-parametric Nelson-Aalen estimator, which is defined by the sum of the instantaneous ratio of the failures over the number of enterprises at risk. This estimator is thus given by:

$$\bar{H}(t) = \sum_{j|t_j \leq t} \frac{d_j}{n_j}$$

4. Survival and hazard functions for the all economy

In Table 1, we estimate hazard duration and survival functions for the Portuguese economy as a whole. The survival function shows the probability of survival, considering that the firm has been active during a certain period, and the hazard function shows the probability of “death” throughout a given period of time.

According to this table, In Portugal, during the period from 1987 to 2005, approximately 86% of all the employer enterprise births remained active after one year of activity. That means that around 14% of all enterprises, died before they their first year of activity was completed. These results are in line with the OECD’s estimates, where around 60% to 80% of newly born enterprises survive beyond the first two years of activity, and only around 40% to 50% of total enterprises survive beyond the seventh year of activity. Eurostat (2009) also reported for the whole business economy, that roughly half of the enterprises survive during their first 5 years.

This data also reveals that after six years of activity, almost 50% of the Portuguese enterprise population was still active. In Portugal, the estimated median duration of a new born enterprise lies between 5 and 6 years (Figure 1). After 18 years of activity, only 22% of employer enterprise start-ups were still alive or equivalently, almost 78% had already exited the market.

Table 1 - Life Table for Employer Enterprise Births, 1987-2005

Time	Observations	Deaths	Censored Observations	Kaplan-Meier		Nelson Aalen	
				Survivor Function	Failure Function	Hazard Rate	Cumulative Hazard Rate
Years	n°	n°	n°	%	%	%	%
				P(S)	100-P(S)	P(D)	$\sum P(D)$
1	451.041	63.088	24000*	86,0%	14,0%	14,0%	14,0%
2	364.233	46.351	22000*	75,1%	24,9%	10,9%	26,7%
3	295.786	32.973	28000*	66,7%	33,3%	8,4%	37,9%
4	235.002	23.655	24000*	60,0%	40,0%	6,7%	47,9%
5	187.102	17.353	19000*	54,4%	45,6%	5,6%	57,2%
6	150.840	12.966	12000*	49,7%	50,3%	4,7%	65,8%
7	125.525	10.059	11000*	45,8%	54,2%	4,0%	73,8%
8	104.121	7.735	9.613	42,4%	57,6%	3,4%	81,2%
9	86.773	6.089	7.943	39,4%	60,6%	3,0%	88,3%
10	72.741	5.068	7.491	36,6%	63,4%	2,8%	95,2%
11	60.182	4.172	11000*	34,1%	65,9%	2,5%	102,2%
12	45.130	3.037	6.150	31,8%	68,2%	2,3%	108,9%
13	35.943	2.422	5.626	29,7%	70,3%	2,2%	115,6%
14	27.895	1.681	5.546	27,9%	72,1%	1,8%	121,7%
15	20.668	1.133	4.733	26,4%	73,7%	1,5%	127,1%
16	14.802	805	5.361	24,9%	75,1%	1,4%	132,6%
17	8.636	490	4.418	23,5%	76,5%	1,4%	138,2%
18	3.728	228	3.500	22,1%	77,9%	1,4%	144,4%

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

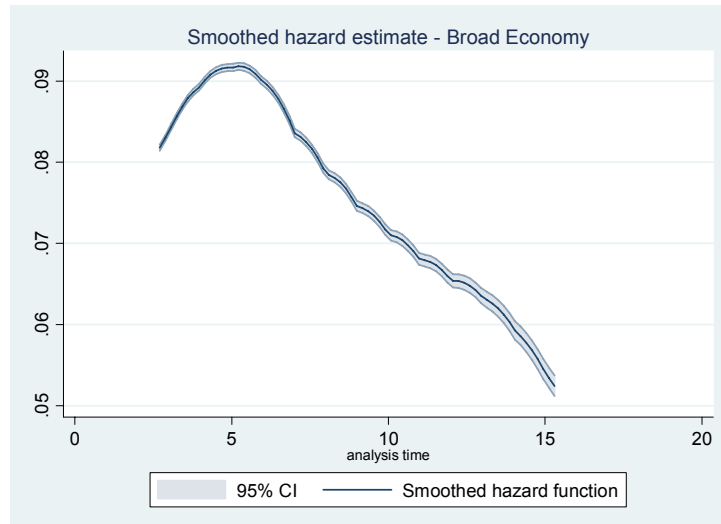
Notes: * Approximate values.

Probability of survival calculated according to the Kaplan-Meier survival function is based on the following formula:

$$\hat{S}(t) = \prod_{j: t_j \leq t} \left(\frac{n_j - d_j}{n_j} \right)$$

The Nelson Aalen Hazard Rate, or the risk associated to the probability of death is calculated according to the following formula: $\bar{H}(t) = \sum_{j: t_j \leq t} \frac{d_j}{N_j}$, described in section 2.1.

In Figure 1, we depict the smoothed hazard estimate or unconditional hazard function for the total economy. This function exhibits an inverted U-shape, with a maximum around the sixth year of activity (Figure 1). This means that, after a firm enters the market, the conditional probability of failure increases continuously until the sixth year. After the sixth year, the hazard rates decline steeply. Such pattern is similar to that found in other economies, such as Italy (Audretsch et al., 1999), the UK (Bhattacharjee, 2005), Germany (Wagner, 1994), UK, Italy and the US (Bartelsman et al., 2005) and Spain (López-García and Puente, 2006). In all these cases, the maximum of the unconditional hazard function is reached before the sixth year, indicating that Portuguese firms keep on failing for a longer period, before the hazard rate starts declining.

Figure 1 – Smoothed hazard estimate for the total economy, 1987-2005 (%)

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

5. Survival and hazard functions across regions

Table 2 presents the results for the non-parametric estimation, for each of the seven Portuguese NUTII regions. This framework explores the relationship between age and the regional hazard of exit.

In line with the results shown previously for the total economy, over 85% of newly born employer enterprises remain active during their first year of activity in all regions. The one-year survival rate varies from a low of 85% in the Açores, to a high of 87,5% in the Centro region, meaning that the new born enterprises died more prematurely in Açores than in other Portuguese regions.

Table 2 also reveals that the survival gap between the two extreme regions grows systematically with time. Within 6 years of activity, the region Norte is the only one with less than 50% of enterprise survival probability, lagging behind all other regions in terms of enterprise survival.

On the other hand, Centro has a higher survival rate than the economy's average. It is the region where more firms manage to survive longer throughout the period considered in this study.

There are also clear disparities between regions, in particular between Norte and Centro, in terms of median duration survival. At the end of the analysis period, Norte is the region that presents the lowest survival rate, with only 20,7% of the firms' population managing to survive after eighteen years of activity. In Centro, in turn, 27,4% of active start-ups are still alive after 18 years.

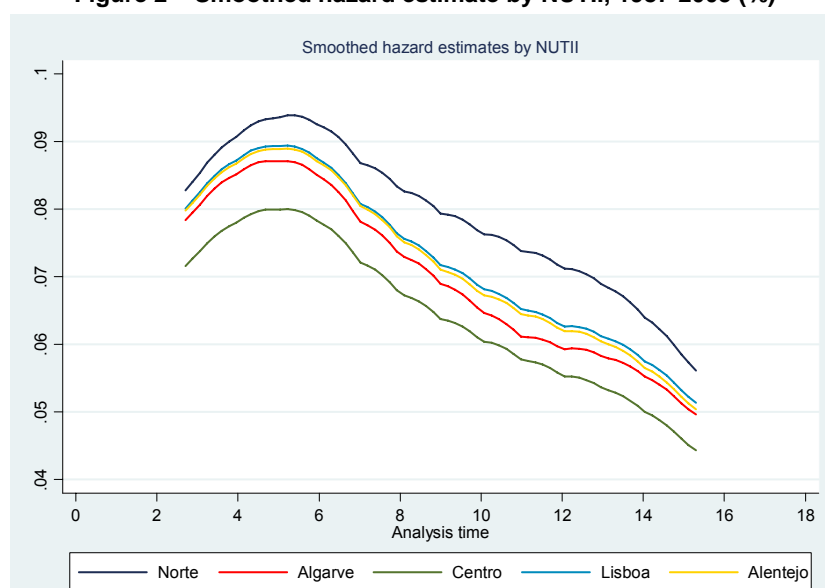
Table 2 - Survival Table for Employer Enterprise Births by NUTII region, 1987-2005

Time	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1	85,6%	87,4%	85,5%	85,8%	85,6%	85,1%	86,1%
2	75,1%	77,7%	75,1%	75,5%	75,5%	74,2%	76,0%
3	66,5%	70,1%	67,0%	67,0%	67,7%	67,0%	68,3%
4	59,8%	64,0%	60,5%	60,4%	61,2%	59,9%	61,3%
5	54,1%	58,9%	55,0%	54,9%	55,8%	54,5%	56,2%
6	49,4%	54,5%	50,4%	50,7%	51,1%	50,5%	51,6%
7	45,3%	50,7%	46,6%	46,9%	47,2%	46,7%	47,5%
8	41,7%	47,5%	43,2%	43,4%	44,2%	43,7%	44,6%
9	38,7%	44,5%	40,2%	40,5%	41,1%	41,2%	41,7%
10	35,8%	41,9%	37,6%	37,7%	38,5%	38,9%	38,6%
11	33,0%	39,5%	35,1%	35,2%	36,2%	36,3%	36,6%
12	30,5%	37,4%	32,8%	33,0%	34,0%	33,9%	34,3%
13	28,1%	35,3%	30,8%	31,0%	32,0%	31,3%	31,7%
14	26,4%	33,4%	29,0%	29,3%	30,2%	29,4%	29,9%
15	24,8%	31,8%	27,4%	27,8%	29,0%	28,2%	28,2%
16	23,2%	30,4%	26,1%	26,2%	27,8%	26,4%	26,9%
17	21,9%	28,9%	24,6%	24,9%	25,4%	25,4%	26,6%
18	20,7%	27,4%	22,9%	23,2%	23,9%	23,8%	25,4%

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

The median duration of firms at the regional level (Figure 2), is below seven years for most regions, except for Centro (around the eight year).

The disparities among the Portuguese regions are confirmed by equality tests. Both Log-rank and Wilcoxon (Breslow) tests allow for the rejection of the hypothesis of survival equality among regions⁴.

Figure 2 – Smoothed hazard estimate by NUTII, 1987-2005 (%)

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

6. Survival and hazard functions across size classes

A general finding in the literature is that most firms start small, live small and die small. According to Eurostat (2009), Portugal has the highest share of enterprises births in the 1 to 4 employees' size class. Small firms in Portugal are also being created at a faster pace than larger firms, gaining share in both enterprise and employment (Sarmiento and Nunes, 2009).

⁴ The hypothesis being tested considers that there are no subgroup differences in survivor functions. We find the probability that the observed differences occur by chance is below 0,0. This piece of evidence is not included in the present work, but is available at request.

We find that smaller firms exhibit the lowest survival probability (Table 3). More than 15% of micro firms with fewer than 5 employees “die” in the first year of activity (only around 85% manage to survive), whereas large firms with over 250 employees, have a much higher survival rate, of 93,9%. Differences between size classes are significant. Conditional on overcoming the first ten years, the smallest sized firms are the only ones to have a survival probability below 50% (31% for the 1 to 4 size class). Over time, the gap between the smallest and the largest firms’ survivor rates widens. The bigger the firm, the higher the probability of survival.

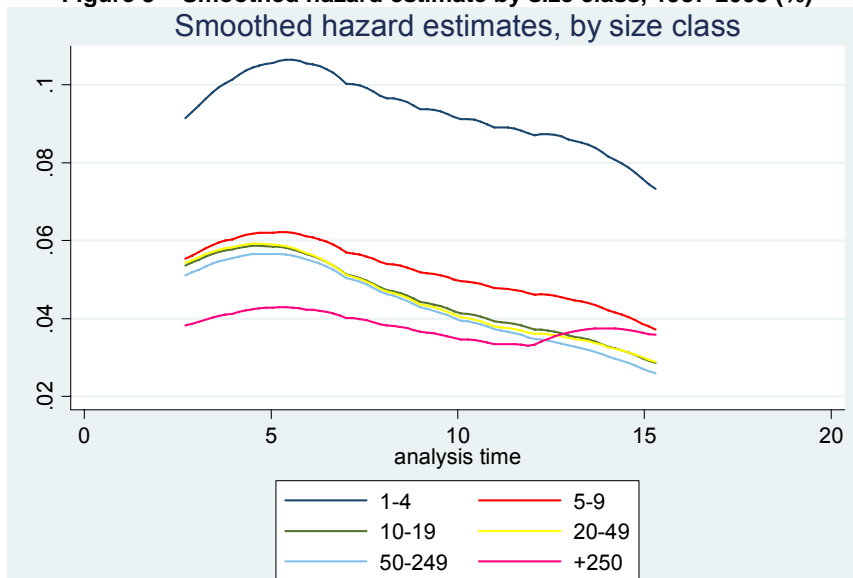
Table 3 - Survival Table for Employer Enterprise Births by size class, 1987-2005

Time	1-4	5-9	10-19	20-49	50-249	+250
1	84,9%	90,0%	90,1%	89,8%	92,0%	93,9%
2	73,4%	82,6%	82,8%	82,7%	84,7%	87,6%
3	64,3%	76,5%	76,9%	76,6%	78,6%	82,8%
4	57,0%	71,2%	71,7%	71,3%	73,2%	78,9%
5	51,0%	66,7%	67,2%	66,8%	68,9%	74,6%
6	45,8%	62,9%	63,5%	62,9%	64,8%	71,9%
7	41,3%	59,5%	60,6%	60,3%	62,0%	70,7%
8	37,5%	56,5%	58,0%	57,7%	59,7%	69,1%
9	34,1%	53,8%	55,7%	55,4%	57,1%	65,8%
10	31,0%	51,1%	53,5%	53,2%	55,0%	62,4%
11	28,2%	48,6%	51,4%	51,3%	52,8%	60,6%
12	25,7%	46,2%	49,4%	49,5%	51,1%	57,6%
13	23,4%	43,9%	47,5%	47,4%	49,1%	55,9%
14	21,4%	42,0%	45,8%	46,0%	47,8%	54,7%
15	19,7%	40,5%	44,4%	44,5%	46,4%	54,0%
16	18,2%	39,0%	42,9%	43,5%	44,9%	52,2%
17	16,7%	37,4%	41,9%	41,9%	44,0%	50,6%
18	15,1%	35,8%	40,8%	40,4%	42,9%	43,8%

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

Differences in hazard rates across firm size classes are particularly evident in the early stages of a firm’s life (Figure 3). The regional disparity, observed in the previous section, is also confirmed among different size classes. The equality tests performed allow the acceptance of the hypothesis that firms present distinct survive performances according to their dimension. The largest size class reveals some deterioration in its survival capacity after the 12th year of activity, depicted by the “overshooting” of the hazard estimation function.

Figure 3 – Smoothed hazard estimate by size class, 1987-2005 (%)



Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

7. Survival and hazard functions across broad sectors

Our analysis now turns to the question of whether failure rates vary according to industry membership. Table 4 shows survival rates at different lifetimes across broad sectors for a period of ten years (after 1995 due to the start of European System of Accounts of 1995, and up to 2006 due to the problems of compatibility with Classification of Economic Activities Revision 3, introduced in 2007).

Enterprises operating in the construction sector have the lowest survival probabilities over all this time period and show the greatest survival gap between the first and its tenth year of activity (a decrease of 55,1 p.p.). Its hazard peak is reached within the first 4 years of activity (Figure 4), but survival tends to decline faster than in other sectors. On the other hand, the agriculture sector has had the highest survival rates up to the fourth year of activity.

Table 4 – Survival table for employer enterprise births by broad sectors, 1995-2006

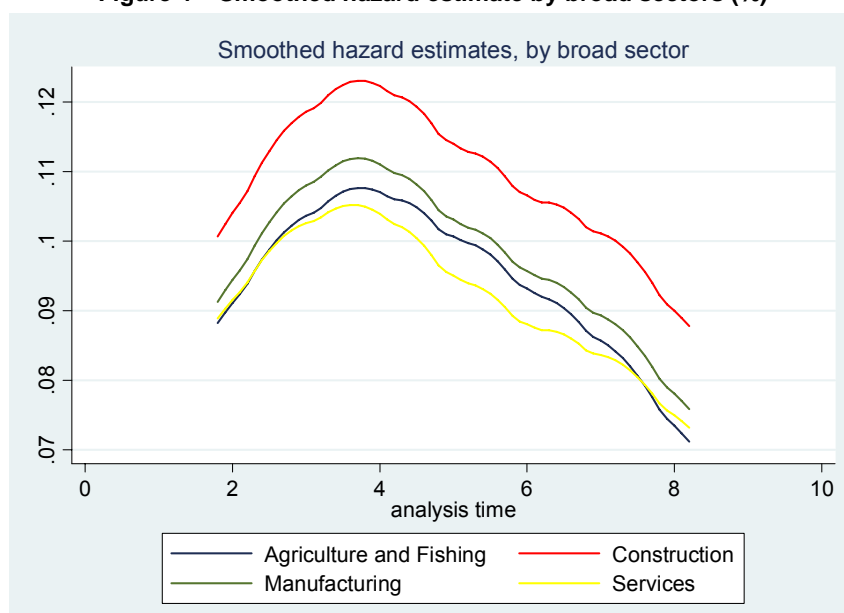
Time	Agriculture and Fishing	Construction	Manufacturing	Services
1	86,5%	84,8%	86,4%	85,9%
2	76,1%	73,3%	75,7%	75,4%
3	67,9%	63,8%	66,9%	66,9%
4	60,3%	56,0%	59,4%	60,1%
5	54,3%	49,4%	52,8%	54,5%
6	49,3%	44,2%	47,7%	49,8%
7	44,8%	39,8%	43,9%	45,7%
8	40,9%	36,3%	40,4%	42,3%
9	38,8%	33,1%	37,2%	39,1%
10	36,1%	29,7%	34,2%	35,7%

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

The smoothed hazard estimate shows that in the service sector, the probability of “death” increases steeply within the first three years, but the hazard peak is reached sooner than in other sectors. Following this point, an increase in age, brings about a flatter probability of failure at the lower end of the distribution (Figure 4).

The existence of disparities among the Portuguese regions is also confirmed by the equality tests performed. Both Log-rank and Wilcoxon (Breslow) tests allow for the rejection of the hypothesis of survival equality across broad sectors.

Figure 4 – Smoothed hazard estimate by broad sectors (%)



Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

8. Final remarks

In our analysis, we find that around 25% of enterprises entering the market fail within the first 2 years of activity and that more than 50% fail within a period of six years. We have also found that the instantaneous probability of exit is monotonically decreasing with firm size and that, after entry, the conditional probability of failure increases continuously up to the sixth year of activity.

Breaking down by region, sector and class dimension, we identify statistically significant disparities. As for the regional dimension, it is worth noting the disparities in terms of median duration survival, in particular between Norte and Centro. Within the first 6 years of activity, the Norte is the only region registering less than 50% of enterprise survival probability, lagging behind all other regions in terms of enterprise survival, while Centro is the region where firms survive longer throughout the period considered. We also observed that the survival gap between the Norte and Centro has been systematically increasing during the period .

As for the firm dimension, we found a significant relationship between size and chance of survival. This is particularly observable for new start-ups, who face the greatest uncertainty regarding market conditions (this accords to Jovanovic, 1982, who stresses post-entry learning as a fundamental determinant of firm performance and survival).

At the sectoral level, we find that firms in the construction sector exhibit the highest risk of failure. Firms in the service sector, in turn, display the highest survival rates. The services sector also exhibits a tendency for the hazard peak to be reached sooner, which means that chances of survival relating to firm age, start increasing sooner than in other broad sectors.

BIBLIOGRAPHY

Audretsch, D., E. Santarelli, and M. Vivarelli (1999) "Start-up size and industrial dynamics: some evidence from Italian manufacturing," *International Journal of Industrial Organization*, Elsevier, vol. 17(7), pages 965-983, October.

Bhattacharjee, A. (2005) "Models of Firm Dynamics and the Hazard Rate of Exits: Reconciling Theory and Evidence using Hazard Regression Models," *Econometrics 0503021*, EconWPA.

Bartelsman, E.J., Scarpetta, S. and Schivardi, F. (2005) "Comparative Analysis of Firm Demographics and Survival: Evidence from Micro-level Sources in OECD Countries", *Industrial and Corporate Change*, Vol 14, No. 3, pp 365–391.

Eurostat (2009) "Business Demography: employment and survival", *Statistics in focus*, No. 70/2009

Eurostat and OECD (2007) "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".

Jovanovic, B. (1982) "Selection and evolution of industry", *Econometrica*, 50 (3), pp. 649-670.

López-García, P. and Puente, S. (2006) "Business demography in Spain: determinants of firm survival", *Documentos de Trabajo No. 608*, Banco de España.

OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship A Collection of Indicators 2009 Edition", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.

OECD/Eurostat (2008), "Measuring Entrepreneurship: A digest of indicators", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.

Sarmento, E. and A. Nunes (2010) "Getting smaller: size dynamics of employer enterprises in Portugal" in "Cadernos Sociedade e Trabalho", Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (forthcoming).

Wagner, J. (1994) "The Post-Entry Performance of new Small Firms in German Manufacturing Industries", *The Journal of Industrial Economics* XLII., 125-131.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reunião ECOFIN Bruxelas, 2 de Dezembro de 2009	<p data-bbox="448 461 1359 528">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 2 de Dezembro destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul data-bbox="448 551 1359 1200" style="list-style-type: none"><li data-bbox="448 551 1359 1200">▪ Autoridades Europeias de Supervisão para os Serviços Financeiros: O Conselho ECOFIN adoptou uma orientação geral sobre as propostas de regulamentos que pretendem instituir a Autoridade Bancária Europeia, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados - em conjunto, as Autoridades Europeias de Supervisão (AES) -, que farão parte do futuro Sistema Europeu de Supervisores Financeiros. Estas autoridades irão suceder aos actuais comités europeus de supervisores (CEBS, CEIOPS e CESR) e terão a seu cargo a supervisão microprudencial na UE, em coordenação com a rede de supervisores nacionais, mantendo, estes últimos, o poder de supervisão das instituições financeiras individuais no dia-a-dia. Concretamente, será da responsabilidade das AES assegurar: <i>i)</i> a harmonização de regras e práticas de supervisão e a respectiva aplicação pelos supervisores nacionais, <i>ii)</i> a existência de uma cultura de supervisão comum, <i>iii)</i> a recolha de informação microprudencial, <i>iv)</i> a aplicação consistente das regras comunitárias, <i>v)</i> a supervisão a nível europeu das agências de <i>rating</i>, e <i>vi)</i> uma resposta coordenada em situações de crise. Acresce que qualquer decisão tomada por uma AES nunca poderá implicar responsabilidades orçamentais sobre os estados-membros. <p data-bbox="507 1223 1359 1424">A orientação geral acordada no ECOFIN permitirá à Presidência iniciar negociações com o Parlamento Europeu com vista à adopção final dos diplomas, de forma a iniciar a sua implementação ainda em 2010. De notar que estes regulamentos fazem parte do chamado “pacote de supervisão” e complementam a orientação geral adoptada no ECOFIN de 20 de Outubro quanto à supervisão macroprudencial.</p> <ul data-bbox="448 1447 1359 2074" style="list-style-type: none"><li data-bbox="448 1447 1359 2074">▪ Procedimentos por Défice Excessivo O ECOFIN:<ul data-bbox="507 1536 1359 2074" style="list-style-type: none"><li data-bbox="507 1536 1359 1805">– abriu procedimentos por défice excessivo para a Bélgica, República Checa, Alemanha, Itália, Holanda, Áustria, Portugal, Eslovénia e Eslováquia, tendo emitido as respectivas recomendações sobre as medidas correctivas a adoptar. Atendendo à existência de circunstâncias especiais (impacto da crise económica mundial), o Conselho considerou justificável uma correcção do défice a médio prazo. Assim, Bélgica e Itália deverão apresentar um défice abaixo dos 3% até 2012 e os restantes países até 2013;<li data-bbox="507 1816 1359 1973">– reviu o calendário para a correcção dos défices da Irlanda, Espanha, França e Reino Unido tendo em conta a deterioração da situação económica; Espanha e França deverão apresentar défices abaixo dos 3% até 2013, Irlanda até 2014 e Reino Unido até ao ano financeiro de 2014-2015;<li data-bbox="507 1984 1359 2074">– considerou que a resposta da Grécia à recomendação emitida em Abril de 2009 (início do procedimento de défice excessivo) foi insuficiente. As finanças públicas deterioraram-se mais do que o esperado em resultado

da recessão económica, sendo que as novas medidas apresentadas pelas autoridades gregas consistem essencialmente num reforço da receita, em parte temporário, e não na contenção permanente da despesa como solicitado pelo Conselho.

- **Estratégia da UE para o crescimento e o emprego pós-2010:** Tendo em vista a preparação do Conselho Europeu, o ECOFIN aprovou as conclusões relativas à Estratégia de Lisboa pós-2010, as quais se centram em quatro áreas nucleares:
 - Objectivos: (i) aumentar o crescimento potencial, em particular através de reformas que contribuam para impulsionar o emprego e a produtividade; (ii) melhorar a sustentabilidade das finanças públicas, em consonância com o PEC; (iii) reforçar o mercado interno e promover a dimensão externa. As políticas de inclusão social e combate às alterações climáticas deverão igualmente reforçar o seu enfoque no crescimento e no emprego;
 - Governação: o programa deverá integrar mecanismos eficazes de coordenação e supervisão das reformas estruturais, mas evitando sobreposições com outros instrumentos de monitorização comunitários;
 - Metas a atingir pelos estados-membros: os objectivos associados à nova estratégia deverão ser em menor número e mais claros que os actuais, acomodando simultaneamente as diferenças entre os estados-membros. A sua definição ao mais alto nível político contribuirá igualmente para reforçar a apropriação (“ownership”) nacional;
 - Comunicação: deverá ser adequada, simples e transparente relativamente ao desempenho dos países face às metas acordadas. O reconhecimento por parte da opinião pública é visto como crucial para o sucesso da implementação de reformas estruturais.

- **Estratégias de Saída – Medidas de Apoio ao Sector Financeiro:** Tendo em vista a preparação do Conselho Europeu, o ECOFIN aprovou conclusões no que se refere às medidas de apoio ao sector financeiro adoptadas pelos estados-membros durante a crise. As referidas conclusões reconhecem a necessidade de se começar a desenhar uma estratégia para um *phasing out* transparente e coordenado dos diferentes programas de apoio ao sector financeiro, sendo, porém, ainda prematuro iniciar a sua implementação. É também referido que os estados-membros devem assegurar a existência de incentivos para que os bancos “limpem” os seus balanços e reforcem a sua capacidade de assumir riscos. Em relação ao *phasing out* são propostos os seguintes princípios:
 - Deve ser assegurada a coordenação entre os estados-membros, tendo em conta a especificidade de cada situação em particular, de forma a evitar efeitos de *spill-over* negativos;
 - O momento de saída deve ter em conta um conjunto de elementos, incluindo a estabilidade macroeconómica e do sector financeiro, o funcionamento dos canais de crédito, a avaliação do risco sistémico e o *phasing out* “natural” por parte dos bancos. As circunstâncias específicas de cada estado-membro devem ser tomadas em consideração, permitindo saídas em diferentes momentos do tempo;
 - Dependendo das circunstâncias específicas de cada estado-membro, o *phasing out* deve iniciar-se pelas garantias estatais, devendo incentivar a saída dos bancos saudáveis e a resolução dos problemas das instituições bancárias mais debilitadas;
 - O fim das medidas de apoio deve ter em conta o respectivo

enquadramento legal e o objectivo de minimizar a perda potencial de fundos públicos.

O Conselho ECOFIN convida ainda o CEF a continuar a monitorizar os desenvolvimentos neste domínio, em cooperação com a Comissão Europeia, o CEBS e o BCE. É solicitado ao CEBS a realização semestral de análises aos balanços dos sistemas bancários, que permitam, entre outras coisas, determinar, através da realização de *stress tests*, a dependência dos bancos da UE das medidas de apoio estatais e o montante de capital disponível para a concessão de crédito caso estas medidas sejam retiradas.

- **Estabilidade Financeira e Gestão de Crises:** O ECOFIN aprovou conclusões relativas ao reforço dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de crises financeiras na União Europeia. Estas conclusões vêm, em primeiro lugar, apontar algumas orientações que a Comissão Europeia deve seguir no trabalho que está a desenvolver a nível da prevenção, gestão e resolução de crises, convidando-a a apresentar propostas concretas na Primavera de 2010 que tenham em conta essas mesmas orientações e os resultados da consulta pública sobre gestão de crises no sector bancário que decorrerá até ao dia 20 de Janeiro de 2010. Em particular, as conclusões referem que a Comissão deverá explorar (i) a necessidade de dotar os supervisores de instrumentos de *early intervention* e de desenvolver indicadores comuns de *early warning*, (ii) o desenvolvimento de mecanismos que permitam tomar decisões coordenadas sobre grupos transfronteiriços, (iii) a criação de mecanismos de resolução de crises que limitem a intervenção do Estado, possibilitando a falência de instituições bancárias sem pôr em causa a estabilidade financeira e assegurando a protecção dos depositantes, (iv) a introdução de formas de transferência de activos dentro de um mesmo grupo transfronteiriço, desde que acompanhadas das devidas salvaguardas, (v) a possibilidade de estender o enquadramento de gestão de crises a outro tipo de instituições financeiras para além dos grupos bancários transfronteiriços, (vi) a definição de um conjunto de instrumentos de resolução de crises a utilizar por todas as autoridades nacionais, (vii) a possibilidade de abrir excepções relativamente a algumas directivas Comunitárias, designadamente de direito societário, aquando da intervenção numa entidade bancária, desde que estejam asseguradas as devidas salvaguardas, (viii) o desenvolvimento de formas de cooperação e partilha de informação entre as autoridades competentes, (ix) a constituição de um fundo europeu a utilizar em situações de crise e (x) a harmonização do enquadramento de insolvência na UE. Em segundo lugar, e a nível do enquadramento de uma resposta coordenada da UE em situações de crise, incluindo questões de *burden sharing*, as conclusões fazem o ponto de situação relativamente ao trabalho desenvolvido até ao momento pelo CEF e propõem que este apresente propostas concretas neste domínio, em consonância com o já definido no documento de reflexão, na Primavera de 2010.

O **Conselho Europeu** reuniu nos dias 10 e 11 de Dezembro, tendo aprovado conclusões em linha com o acordo pelo Conselho ECOFIN em matéria de supervisão financeira, de estratégias de saída orçamental e financeira e da Estratégia de Lisboa pós-2010.

Acordo em
matéria de
energias
renováveis

Os governos de Portugal e do Chile assinaram, em 2 de Dezembro de 2009, um memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de energias renováveis, ao nível da investigação e da cooperação entre técnicos. Os dois governos assinaram ainda um acordo sobre o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas acerca de temas de interesse comum.

INICIATIVA	SUMÁRIO
Regime jurídico da mobilidade eléctrica	<p>No Conselho de Ministros de 3 de Dezembro de 2009 foi aprovado o Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da mobilidade eléctrica, aplicável à organização, acesso e exercício das actividades relativas à mobilidade eléctrica em Portugal Continental, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto para a mobilidade eléctrica, tendo em vista a introdução e massificação da utilização do veículo eléctrico a nível nacional.</p> <p>Este Decreto-Lei cria ainda um subsídio de 5000 euros à aquisição, por particulares, de veículos automóveis eléctricos, o qual poderá atingir os 6500 euros no caso de haver simultaneamente abate de veículo automóvel de combustão interna, sujeito às condições actualmente vigentes em matéria de abate de veículos.</p> <p>O Governo prevê também adoptar outras medidas nesta área, como a fixação de majoração de custo, em sede de IRC, em aquisições de frotas de veículos eléctricos pelas empresas.</p> <p>Esta iniciativa legislativa promove a regulação ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica. b) Operação de pontos de carregamento. c) Gestão das operações associadas a tais actividades. d) Fase de execução da rede piloto da mobilidade eléctrica. <p>O Governo visa, igualmente, com esta medida, criar novas oportunidades de negócio para a indústria nacional, bem como promover a atracção de investimento estrangeiro para a economia portuguesa nesta área, de modo a posicionar Portugal como país de referência ao nível do teste, desenvolvimento e produção de soluções de mobilidade eléctrica.</p>
Estágios para jovens licenciados	<p>Na sessão de encerramento do XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em 7 de Dezembro de 2009, o Primeiro-Ministro anunciou que o Governo, em conjugação com os municípios, vai desenvolver um programa de criação de 2.000 estágios para jovens licenciados desempregados ou à procura do primeiro emprego em câmaras municipais.</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional</i> Decreto-Lei n.º 321/2009 - I Série n.º 239, de 11/12</p>	<p>Aprova a Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional, que estabelece a estrutura, a orgânica e a competência dos membros do Governo. O presente decreto-lei produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.</p>
<p><i>Estratégia de internacionalização da economia nacional</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2009 - I Série n.º 241, de 15/12</p>	<p>Estabelece as medidas que concretizam a estratégia de internacionalização da economia nacional: 1) Criar, durante o 1.º trimestre de 2010, um novo fundo, no montante de 250 milhões de euros, para apoiar operações de desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) portuguesas em mercados internacionais. 2) Criar, durante o 1.º trimestre de 2010, o Programa INOV-Export, destinado a apoiar a inserção, numa primeira fase, de 500 jovens quadros profissionais especializados em comércio internacional em PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras. 3) Criar, durante o 1.º trimestre de 2010, 14 lojas da exportação em Portugal, especialmente dedicadas a fornecer apoio técnico às empresas exportadoras ou potencialmente exportadoras. 4) Criar o Conselho para a Promoção da Internacionalização. 5) Criar uma estrutura</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Medidas de estímulo ao crescimento económico</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 109/2009 - I Série n.º 243, de 17/12</p>	<p>interministerial para a internacionalização capaz de executar as prioridades estratégicas para a internacionalização da economia nacional, assim como os adequados instrumentos de execução. 6) Promover o reforço do sistema de benefícios fiscais ao investimento na internacionalização. 7) Criar uma rede de altos quadros portugueses de empresas no exterior, tendo em vista detectar, criar e apoiar a concretização de oportunidades de investimento em Portugal ou de internacionalização de empresa portuguesas.</p>
<p><i>Medidas de apoio à economia e de reforço da competitividade</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 110/2009 - I Série n.º 244, de 18/12</p>	<p>Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de apoio à economia e de reforço da competitividade, nomeadamente: 1) Assegurar o pagamento das dívidas da administração central do Estado às empresas fornecedoras da Administração Pública, através de um sistema de <i>confirming</i>, negociado com o sistema bancário, generalizado a todos os serviços do Estado, de acordo com um conjunto de regras. 2) Promover a criação de uma conta corrente entre o Estado e as empresas, que inclua todos os impostos e contribuições para a segurança social e indicando os créditos sobre o Estado. 3) Proceder à revisão da generalidade dos processos de licenciamento, procedendo às adaptações legislativas e organizativas que em cada situação se revelarem adequadas, tendo em vista a simplificação dos respectivos procedimentos administrativos. 4) Concentrar num único portal de informação os apoios do Estado, concedidos através de serviços e organismos da administração central, directa e indirecta do Estado, incluindo gestores de programas comunitários, bem como pelas autarquias locais. 5) Garantir que as compras públicas sejam mais transparentes, mais simples e tenham maior valor acrescentado bruto nacional. 6) Promover, no respeito das regras comunitárias aplicáveis, o reforço da participação das pequenas e médias empresas na contratação pública.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.